

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

As Representações sociais das mulheres migrantes  
brasileiras vítimas de violência doméstica

Nuno Miguel Carapinha Terenas

Mestrado em Relações Interculturais

2015

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

As Representações sociais das mulheres migrantes  
brasileiras vítimas de violência doméstica

Nuno Miguel Carapinha Terenas

Mestrado em Relações Interculturais

Dissertação orientada pela Professora Doutora Joana  
Miranda

2015

## Resumo

O tema a que se refere este estudo foi escolhido dada a atualidade e a pertinência da temática da violência doméstica na nossa sociedade, sendo reconhecida e assumida como um crime público e uma forma grave de violação dos direitos humanos. Este estudo tem como objetivo analisar, identificar e compreender as representações sociais de um grupo de mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica. Do ponto de vista metodológico o estudo é qualitativo recorrendo aos testemunhos pessoais através de uma amostra de 10 participantes no qual foi aplicada a técnica de recolha de dados, a entrevista. Os conteúdos das entrevistas foram analisados através dos softwares *Textstat 2.9* e do *Freemind 1.1*. Os resultados demonstraram que o tipo de violência doméstica preponderante é a violência física e as causas da violência doméstica foram, essencialmente, o álcool e as drogas. O agressor foi representado pelas mulheres através de objetivações negativas e afetivas, sendo que a maioria das mulheres acreditam na mudança do comportamento violento do agressor. No que tange às representações acerca do futuro, observaram-se representações ancoradas na resiliência e na falta de perspectivas de futuro. Os resultados são indicadores que as representações sociais que as mulheres brasileiras têm dos brasileiros são positivas e dos portugueses negativas, sendo o suporte social sustentado na família, nos amigos e nas instituições de apoio à vítima. Os resultados demonstram que as mulheres possuem a representação de que os portugueses e os brasileiros são ambos violentos, e constatou-se que as representações sociais que as mulheres possuem em relação à tolerância são objetivações positivas. Verificou-se também que a violência contra a mulher reflete um fenómeno complexo e multifacetado.

**Palavras-Chave:** Representações sociais, mulheres brasileiras, violência doméstica.

## Abstract

The theme for this study was chosen given the presence and pertinence of domestic violence in our society, which is recognised as a serious public crime and a violation of human rights. This study aims to analyse, identify and understand social representations within a group of Brazilian emigrant women, victims of domestic violence. From a methodological point of view, this is a qualitative study which retrieved personal witnesses from a sample of 10 participants, collecting data by means of interviews. The contents of the interview were analysed using the softwares *Textstat 2.9* and *Freemind 1.1*. The results showed that main type of domestic violence is physical violence and the causes for domestic violence were mainly due to alcohol and drug abuse. These women identified the aggressor through negative and affective objectifications and most of them believed that the behaviour of the aggressor would change. With regards to representations about the future, these seem to be anchored on resilience and lack of perspective for the future. Results show that the social representations the Brazilian women have of Brazilians are positive, whereas those of the Portuguese are negative and they place their social support on their family, friends and family support institutions. The results also reveal that the women possess a representation that both Portuguese and Brazilians are violent, but that the social representations the women have concerning tolerance are positive ones. It was also found that violence against women reflects a complex and multifaceted phenomenon.

**Keywords:** Social representations, Brazilian women, domestic violence.

## Dedicatória

“Em todas as lágrimas há uma esperança”

*Simone de Beauvoir*

## Agradecimentos

O presente trabalho de Mestrado representa o ultrapassar da etapa final enquanto estudante do Mestrado em Relações Interculturais e um culminar de um objetivo académico a que me propus coincidindo com um período de crescimento pessoal e profissional.

Deste modo várias são as pessoas para quem vai o meu sinal de gratidão e afeto.

Quero deixar o meu obrigado às pessoas que intervieram direta e indiretamente na realização deste trabalho.

À professora Doutora Joana Miranda, minha professora e orientadora por tudo o apoio prestado e pelo seu amplo leque de conhecimentos, opiniões, comentários, ideias e sugestões conduzidas durante a elaboração deste trabalho. À sua hábil direção e ajuda na superação dos diferentes obstáculos.

Ao Exmo. Sr.º Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Dr.º João Lázaro pela autorização da recolha dos dados através das entrevistas efetuadas nas instalações da APAV em Lisboa.

A toda a equipa da Unidade de Apoio à Vítima Migrante (UAVM) um especial obrigado à Dr.ª Juliana por todo o apoio.

À Exma. Dr.ª Manuela Tavares, membro da Direção da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e à Dr.ª Elisabete, coordenadora do Pólo do Monte de Caparica da UMAR em Almada.

A toda a equipa do Pólo do Monte de Caparica em Almada da UMAR pelo apoio prestado para a realização das entrevistas, um especial obrigado à Dr.ª Maria Bibas.

Aos meus pais, por inculcaram o amor ao estudo e à realização profissional, entre outros valores e princípios que regem a minha vida.

À minha esposa e filha, pela tolerância, compreensão e carinho quando estava a escrever a tese em vez de atender às suas necessidades.

Um obrigado à minha amiga Victoria Paul pela sua ajuda, apoio e paciência, pela entreatajuda prestada ao longo destes últimos meses, um sincero agradecimento a todos aqueles que, sem limitações, partilharam comigo os seus conhecimentos.

## Índice geral

Resumo .....	I
Abstract .....	II
Dedicatória .....	III
Agradecimentos.....	IV
<b>Índice</b> .....	<b>V</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Parte I - Enquadramento teórico</b> .....	<b>4</b>
<b>Capítulo I - Movimentos migratórios</b> .....	<b>5</b>
1. A evolução da imigração brasileira em Portugal .....	5
<b>Capítulo II - O género</b> .....	<b>9</b>
2.1 Conceito de género .....	9
2.2 As abordagens teóricas do género na violência doméstica.....	10
<b>Capítulo III - As representações sociais</b> .....	<b>14</b>
3.1 Definição de representações sociais.....	14
3.2 As origens das representações sociais.....	18
3.3 As funções das representações sociais.....	19
3.4 Os processos das representações sociais .....	20
3.4.1 A ancoragem .....	20
3.4.2 A objectivação .....	22
3.5 A teoria das representações sociais.....	22
3.6 As representações sociais da violência doméstica .....	24
<b>Capítulo IV - A violência doméstica</b> .....	<b>27</b>
4.1 O conceito de violência doméstica .....	27
4.2 A violência doméstica e a desigualdade de género.....	30
4.3 A violência doméstica sobre as mulheres imigrantes .....	35
4.4 Tipos de violência doméstica .....	37
4.5 As consequências da violência doméstica .....	40
4.6 As causas da violência doméstica .....	43
4.7 A violência doméstica em Portugal.....	44

4.8. A violência doméstica e o perfil do agressor .....	48
4.9A violência doméstica e as representações sociais dos brasileiros e dos portugueses .....	50
4.10 A violência doméstica e a agressão .....	52
4.11 A violência doméstica e as estratégias de coping.....	54
4.12 A violência doméstica e o processo emocional .....	56
4.13 A violência doméstica e o suporte social.....	58
4.14 A violência doméstica e a tolerância .....	62
<b>Parte II - Investigação empírica .....</b>	<b>65</b>
<b>Capítulo V - Metodologia de investigação .....</b>	<b>66</b>
5.1 Definição e delimitação do objeto de estudo.....	66
5.2 Objetivo do estudo .....	66
5.3 Formulação do problema de investigação.....	66
5.4 Fundamentos metodológicos .....	66
5.4.1 Amostra .....	68
5.4.2 Procedimentos .....	69
5.4.3 Instrumentos de recolha de dados .....	70
5.4.3.1 As entrevistas.....	71
5.5 Apresentação e análise dos dados.....	72
5.6 Discussão dos resultados .....	80
<b>6. Limitações do estudo .....</b>	<b>102</b>
<b>7. Conclusões.....</b>	<b>104</b>
<b>8. Bibliografia .....</b>	<b>107</b>
<b>9. Webgrafia .....</b>	<b>112</b>
<b>10. Anexos .....</b>	<b>126</b>

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1.1</b> Ranking das nacionalidades mais representativas .....	<b>6</b>
-------------------------------------------------------------------------	----------

## Índice de figuras

<b>Figura: 2.1</b> População estrangeira residente em Portugal, por NUTS .....	7
--------------------------------------------------------------------------------	---

### Índice de quadros

<b>Quadro: 5.1</b> Categorização do perfil do agressor.....	75
<b>Quadro: 5.2</b> Categorização dos projetos futuros .....	75
<b>Quadro: 5.3</b> Categorização das representações sociais que as mulheres brasileiras têm dos brasileiros .....	76
<b>Quadro: 5.4</b> Categorização da agressão.....	76
<b>Quadro: 5.5</b> Categorização das estratégias de coping.....	77
<b>Quadro: 5.6</b> Categorização das representações sociais das brasileiras para com os portugueses .....	77
<b>Quadro: 5.7</b> Categorização do processo emocional .....	78
<b>Quadro: 5.8</b> Categorização do suporte social .....	79
<b>Quadro: 5.9</b> Categorização da maior violência .....	79
<b>Quadro: 5.10</b> Categorização da tolerância.....	79

## Introdução

A realização desta investigação pretende analisar as representações sociais de um grupo de mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica, um tema, que nos chega todos os dias, principalmente, através da comunicação social, pelas redes sociais, pelos amigos, entre outros, sendo um fenómeno cada vez mais frequente nas sociedades, estando, muitas vezes associado, à mulher como vítima de maus-tratos.

Na sua grande maioria a violência doméstica ocorre em múltiplos contextos, essencialmente, em casa, no local de trabalho e em locais públicos. Embora se tenha convertido num problema social, importa referir que a violência é um problema, não sendo uma novidade, dado que na época medieval e, posteriormente, na época da industrialização, a legislação em vigor admitia que o homem praticasse determinados atos violentos sobre a mulher, sendo que esta situação preservou-se na Europa até ao século XIX.

Em Portugal, a violência doméstica tem tido grande relevo social, em virtude de se verificar um crescimento nas investigações, bem como no aumento da sensibilidade política em relação à violência doméstica, pelo que se tem assistido a um incremento do debate público, articulado com o envolvimento da comunicação social e a uma maior e melhor proteção jurídica, através da criminalização da violência doméstica.

A decisão pela escolha neste estudo da comunidade brasileira prende-se com o facto de esta ser a comunidade imigrante mais representativa em Portugal.

Neste contexto, importa referir que de acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2014), a população estrangeira residente em 31 de Dezembro de 2014 em Portugal, era de 395.195 cidadãos, sendo as três nacionalidades mais expressivas, o Brasil com 87.493 cidadãos, o que corresponde a 22%, Cabo Verde com 40.912 cidadãos, o que corresponde a 10%, a Ucrânia com 37.852 cidadãos, o que corresponde a 10% e, por fim, a Roménia com 31.505 cidadãos, o que corresponde a 8%.

É também de referir, que de acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2014), na distribuição por género tem maior preponderância o sexo feminino,

sendo de assinalar as mulheres oriundas da América, Europa e África. A explicação deste facto prende-se com o reagrupamento familiar, bem como, a diminuição de residentes do sexo masculino.

Contudo, conforme é referido pela APAV (2013) a nacionalidade que mais recorre à Unidade de Apoio à Vitima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE) é a brasileira com 33,2%, sendo os crimes de violência doméstica, designadamente, os maus-tratos físicos, os maus-tratos psíquicos e as ameaças/coação, os mais registados.

É de salientar que na base dos projetos de imigração, a decisão de migrar passa pelas mulheres, resultado da sua autonomia, da mudança de mentalidades, da maior aptidão de comunicação, da modificação da imagem negativa da mulher que migra sozinha (Sertório & Pereira, 2004), bem como, conforme refere Albuquerque (2005) pela globalização económica e pela reestruturação dos mercados de emprego, desde finais do século XX, que criam um estímulo estável ao recrutamento de mão-de-obra feminina.

Para explicar o crescimento da comunidade brasileira em Portugal, Bógus (2007) refere a falta de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro e os baixos salários no Brasil.

Deste modo e analisando o estudo “A Segunda Vaga de Imigração Brasileira para Portugal (1998/2003): Estudo de Opinião a Imigrantes Residentes nos Distritos de Lisboa e Setúbal – Informações Estatísticas e elementos de análise” realizado pela Casa do Brasil em Lisboa (Malheiros, 2007) constata-se que o perfil dos/as brasileiros/as, que chegaram entre 1998 e 2003 a Portugal, é de uma população jovem entre os 25 e os 34 anos, que migra sozinha; possuem o 12.º ano de escolaridade; a ocupação profissional é, essencialmente, na área do comércio e restauração (42,5%), seguida do sector secundário (32%), no qual se destaca a construção civil, estando entre 30 a 40% desta população indocumentada.

Os resultados mostraram ainda que 79,5% dos/as brasileiros/as migram por razões económicas (baixos salários e desemprego) e escolheram Portugal como país de

destino, porque esperam uma integração facilitada na sociedade e por causa da proximidade da língua (Malheiros, 2007).

É neste contexto, que o presente estudo engloba uma componente teórica, na qual é contextualizada a realidade em estudo, e uma componente prática, na qual é apresentada o estudo empírico.

Assim sendo, é realizada uma resenha da literatura acerca dos movimentos migratórios e do género, ainda que de forma não exaustiva, em seguida uma abordagem às representações sociais, ao nível das origens, processos, teorias e funções e à violência doméstica, particularmente, na conceptualização, na desigualdade de género, na violência sobre as mulheres imigrantes, tipos, causas e consequências dessa mesma violência.

A segunda parte deste estudo é constituída pela apresentação da metodologia de investigação, estando nela incluída a justificação da temática em torno da qual se desenvolve o estudo, bem como o objetivo principal que é analisar, identificar e compreender as representações sociais de um grupo de mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica. Importa referir que realizámos um estudo empírico de carácter qualitativo em que se analisaram as representações sociais das mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica.

É ainda apresentado o instrumento elaborado para a concretização desta investigação (entrevistas), os procedimentos a utilizar, a definição da população e amostra sobre a qual versa este estudo; e ainda os resultados.

Os dados recolhidos através da amostra e após o respetivo tratamento estatístico nos softwares gratuitos *TEXSTAT 2.9* e *FREEMIND 1.1* vão permitir categorizar as representações das participantes.

Espero que este estudo contribua para a divulgação de informação pertinente para futuros estudos científicos, relacionados com esta temática e contribua com algumas indicações para futuras ações, a implementar para atenuar o sofrimento diário destas mulheres.

## **Parte I – Enquadramento teórico**

## Parte I – Enquadramento teórico

### Capítulo I - Movimentos migratórios

#### 1. A evolução da imigração brasileira em Portugal

Os movimentos migratórios têm tido uma dinâmica constante ao longo da história enraizados na diversidade histórica, económica, social e cultural das diferentes sociedades, não sendo as migrações internacionais características do século XXI, mas fazendo parte integrante da história da humanidade.

As trajetórias de vida e os projetos de futuro dos migrantes estão relacionados, muitas vezes, com a migração temporária, a qual se transforma em permanente e por vezes até definitiva, porque o migrante passa a ter uma estabilidade laboral e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida, o que justifica a permanência no local de destino.

O processo migratório atual não se reduz, unicamente, a um fluxo genuíno de cidadãos, mas totaliza, uma importante troca de bens, recursos económicos, culturais, sociais e políticos, entre os países de origem e os países de destino, sendo esta mobilidade uma questão “(...) central na manutenção das diversidades das culturas nas sociedades complexas” (Urry, 1999: 55).

As migrações contemporâneas são constituídas por um conjunto de características inovadoras que as distingue das antecessoras, porque a sua composição tem vindo a alterar-se, assistindo-se a mudanças nas sociedades, quer nas de origem, quer nas de destino.

A imigração em Portugal é um fenómeno recente, tendo-se verificado um aumento muito significativo do número de imigrantes a partir dos anos oitenta do século XX. Portugal foi sempre um país de emigração, mas a partir de 1974 também se tornou um país de imigrantes.

Países como Portugal e o Brasil tiveram sempre uma relação de proximidade e de relacionamento ao nível cultural, étnico, histórico e linguístico, sendo o fator linguístico um fator de coesão e aproximação entre ambos os países. Os migrantes

oriundos do Brasil ao adquirirem determinadas competências sociais e culturais criam as condições de base para uma boa integração em Portugal.

Deste modo, as temáticas relacionadas com a imigração brasileira em Portugal têm sofrido um enorme progresso, com particular destaque nas mulheres imigrantes brasileiras, em que diversos autores, tais como Beatriz Padilla, João Peixoto e Igor Machado têm contribuído para a sua expansão através de diversas investigações. Machado e Azevedo (2009) realizaram um levantamento bibliográfico relativo ao período 2000-2008 em que constataram que muitos autores evidenciaram que a temática da imigração brasileira teve um enorme crescimento.

A imigração brasileira teve uma evolução muito significativa em Portugal, contribuindo para uma viragem das correntes migratórias em Portugal, como demonstra a (Tabela: 1.1 Ranking das Nacionalidades mais Representativas).

Tabela: 1.1 Ranking das Nacionalidades mais Representativas

<b>Ranking das Nacionalidades mais Representativas</b>		
<b>Países</b>	<b>2014</b>	
	<b>N.º de pessoas</b>	<b>%</b>
Brasil	87.493	22%
Cabo-Verde	40.912	10%
Ucrânia	37.852	10%
Roménia	31.505	8%
China	21.402	5%
Angola	19.710	5%
Guiné- Bissau	17.981	5%
Reino Unido	16.560	4%
São Tomé e Príncipe	10.167	3%
Espanha	9.692	2%

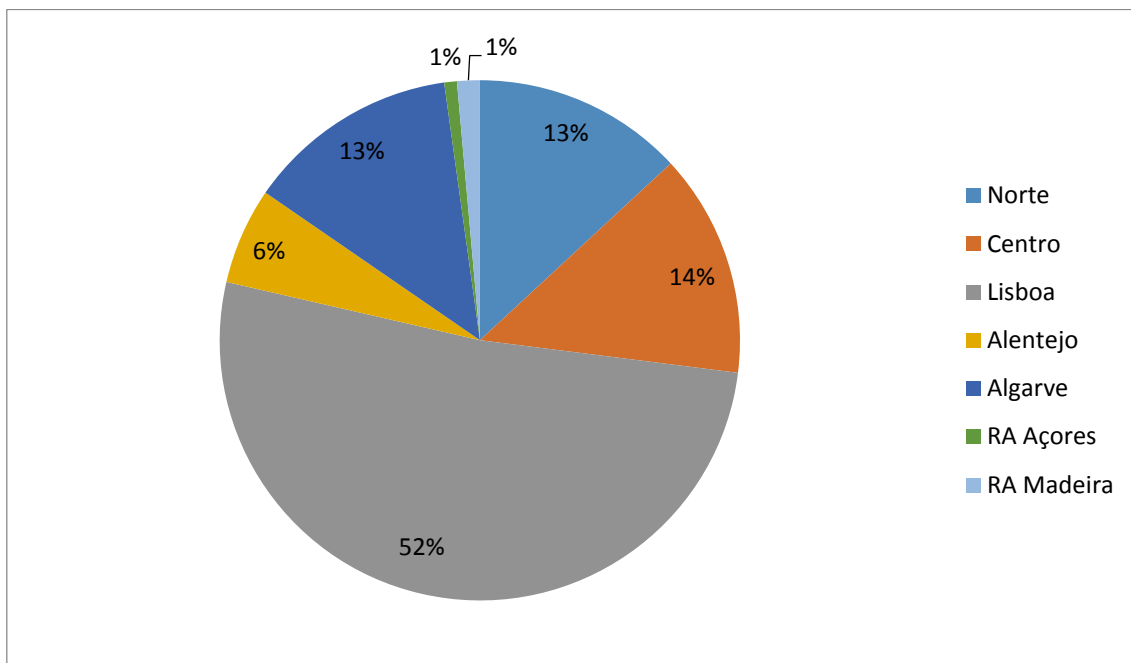
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2014) (adaptado)

Conforme se constata relativamente às nacionalidades mais representativas, a maior comunidade estrangeira em Portugal é a Brasileira, com 87.493 pessoas, o que corresponde a 22%, em seguida a comunidade Cabo-Verdiana com 40.912, o que

corresponde a 10%. A comunidade Ucraniana é a terceira com 37.852 pessoas, o que corresponde a 10%, seguindo-se a comunidade Romena com 8%, a Chinesa, a Angolana e a Guineense com 5%. Entre as restantes comunidades com menor representatividade encontram-se o Reino Unido com 4%, S. Tomé e Príncipe com 3%, e por fim, a Espanhola com 2%.

Ao nível da distribuição geográfica da população estrangeira em Portugal por Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) é na zona da grande Lisboa que se concentram a maior parte, com cerca de 52%, em seguida a região do Centro do país com 14%, e com a mesma percentagem de 13% a região do Norte e o Algarve. Com menos representatividade encontra-se o Alentejo com 6% e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira com 1% (Figura 2.1).

Figura: 2.1 População Estrangeira Residente em Portugal, por NUTS



Instituto Nacional de Estatística e dos Censos (2011) (adaptado)

Conforme se constata a população estrangeira concentra-se na sua grande maioria nos centros urbanos e litoral, porque é nestes locais que se concentra grande parte da atividade económica, bem como as oportunidades de emprego.

Assim sendo, conforme é referido por Padilla (2006), as principais razões para a população brasileira escolher Portugal como país de destino, relacionam-se, essencialmente, com o papel das redes sociais, com a afinidade linguística, com o aspeto cultural e com as boas relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal. No entanto, e de acordo com a Casa do Brasil de Lisboa, (2004) alguns estudos revelam que a origem socioeconómica dos imigrantes oriundos, atualmente, do Brasil é bastante baixa, sendo, uma mão-de-obra não qualificada, designadamente, com funções relacionadas com a restauração, construção civil e serviços domésticos, sendo também a nível da sua origem social provenientes de classes médias e baixas (Padilla, 2006).

## Capítulo II – O gênero

### 2.1 Conceito de gênero

Na União Europeia tem-se assistido ao desenvolvimento de iniciativas legislativas que apoiam e promovem a igualdade, nomeadamente, ao nível das organizações internacionais, sobretudo, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em Portugal, com a revolução do 25 de Abril, os direitos das mulheres começaram a ser encarados de forma diferente, inclusive em 1979 foi legislado o diploma sobre a Lei da Igualdade<sup>1</sup> que permitia defender e combater atos discriminatórios (OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho, 2011).

As abordagens feministas têm desenvolvido uma reflexão acerca de determinados conceitos relacionados com o masculino e o feminino, bem como, com o gênero e com o sexo (Amâncio, 2003).

Conforme refere Amâncio (2003:690), é essencial acautelar a “(...) colagem do gênero ao sexo e a ontologização das identidades, das orientações comportamentais, dos papéis e das divisões sociais que perpetuam a naturalização dos processos de produção de sentido sobre o sexo”.

Assim sendo, o conceito de gênero pode ser definido como uma diferença social entre o homem e a mulher, sendo esta diferença, imposta pela socialização considerada versátil ao longo do tempo, apresentando variações entre a cultura e dentro da cultura, enquanto, o conceito de sexo, possui determinadas características biológicas que diferenciam os seres humanos, quer femininos, quer masculinos (Amâncio, 2003).

Vários autores, como por exemplo Perista & Silva (2005) consideram que as diferenças entre gêneros resultam de valores que são impostos pela sociedade onde os indivíduos estão inseridos, sendo que a socialização do gênero se inicia desde o nascimento, através da aprendizagem e interiorização das normas e das expectativas,

---

<sup>1</sup> Vide Decreto-Lei n.º 392/1979, de 20 de setembro.

considerando assim, a eventualidade de diferenças de género, de acordo com diferentes aspetos, particularmente, com a raça, etnia e a classe social.

Desde o século XIX que o movimento feminista analisou, essencialmente, no plano político, as diferenças de género, mostrando as particularidades da mulher (Rebelo, 2002), contudo, de acordo com a então designada Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (1999:15), a “igualdade de género inclui o direito à diferença, o que significa ter em conta as próprias diferenças existentes entre mulheres e homens, relacionadas com as suas respetivas classes sociais, opiniões políticas, religiões, etnias, raças ou preferências sexuais”.

Neste contexto, Perista & Silva (2005) referem que a diferença de género tem como pressupostos base, a igualdade de género, sendo que, é através das diferenças, que podemos obter a igualdade de género.

Outra perspetiva têm Hare-Mustin & Marecek (1994) ao referirem que as diferenças entre o homem e a mulher nunca existiram, trata-se de questões culturais (normas, valores culturais, classe social, etnia e idade) e relacionais, em que as normas e os valores variam de cultura para cultura e dependem do seu contexto sociocultural, e dentro da mesma cultura, ainda se encontra disparidade entre os diferentes grupos.

Deste modo, o género determina e influencia o comportamento e o modo de vida, bem como as interações que estabelecem, sendo os padrões comportamentais e os respetivos papéis que são atribuídos à mulher e ao homem espontâneos, porque são compreendidos e interiorizados pelo processo de socialização (Mota-Ribeiro, 2005) e fortalecidos no desenvolvimento das interações (Nogueira, 1996).

Importa acrescentar que a imigração foi sempre percebida como um processo, essencialmente, masculino e na perspetiva das políticas migratórias, atualmente, ainda é um fenómeno masculino e temporário, sendo que não é possível estudar as migrações sem se pensar em aspetos que são dominados pelo género (Padilla, 2010).

## **2.2 As abordagens teóricas do género na violência doméstica**

Na temática do gênero e da violência, segundo Risman (1998) podem identificar-se, sobretudo três grandes abordagens teóricas, particularmente, a abordagem individualista, a abordagem estruturalista e a abordagem interacionista.

A abordagem individualista defende que a masculinidade e a feminidade são traços que os homens e as mulheres agregam na sua identidade, através de uma propensão biológica e de todo o processo de socialização, partindo do desígnio que a violência é especialmente, uma característica masculina (Anderson, 2005).

No entanto, esta abordagem assume que o homem e a mulher, ambos, são violentos na relação conjugal, sendo que a violência não é um fenómeno de gênero. No entanto, esta abordagem não consegue explicar porque é que só determinados homens e algumas mulheres são agressores dentro da relação conjugal, uma vez que os homens e as mulheres são biologicamente semelhantes e sujeitos, ambos, aos mesmos processos de socialização (Archer, 2000).

A abordagem estruturalista refere que o gênero é um sistema de estratificação que classifica a mulher e o homem em categorias e papéis onde o gênero somente existe quando ocorre uma força social que atua, livremente, através dos desejos do homem e da mulher, isto é, ambos tendem a reproduzir no grupo, relações de trabalho e de poder que existem na sociedade (Risman, 1998).

Nesta abordagem os homens recebem mais ensinamentos para o uso da violência, em comparação com as mulheres, porque as mulheres são desencorajadas da violência, durante o seu processo de socialização, enquanto que os homens são incentivados à violência, designadamente através, por exemplo, de atividades que exigem o uso da força física (Messner, 1998).

Neste contexto, importa referir que as consequências da violência conjugal divergem entre o homem e a mulher, porque existe um sistema de desigualdade de gênero que coloca a mulher mais vulnerável, ao nível psicológico, económico, social e físico. No entanto, no namoro a mulher tem menos probabilidade de ser dependente do homem e é mais autónoma (Archer, 2000).

Por último, na abordagem interacionista, o gênero é encarado como uma característica da interação social e não como uma característica individual do sujeito,

sendo uma consequência das práticas sociais e não uma característica individual que expressa o comportamento.

Segundo Brown (2006), a prática da violência é percebida como um comportamento masculino, sendo a agressão uma componente cultural de masculinidade, onde o homem é visto como um “verdadeiro homem” ao ser agressivo, porque a violência é tida como um comportamento normal do homem.

Para Babcock *et al.*, (1993), a investigação tem demonstrado que os homens apenas fazem uso da violência contra a mulher quando sentem que a sua autoridade é provocada, sendo uma forma do homem comprovar a sua masculinidade (Anderson & Umberson, 2001).

Algumas investigações têm demonstrado, por exemplo, a relação entre a masculinidade e a violência, como é o caso de Fine, 1997 (*apud* Dias & Machado, 2008) ao ter procurado analisar o porquê das taxas de violência serem mais elevadas entre sujeitos que vivem em situação de pobreza, e constataram que nos Estados Unidos da América, o êxito económico poderá ser uma característica concebida da masculinidade, pelo que os homens que estão desempregados ou ganham menos podem sentir que a sua masculinidade está em causa, porque não sustentam a família e, conseqüentemente, não têm controlo sobre a mulher através dos recursos económicos, emergindo a necessidade de fazê-lo através da violência contra a mulher.

Também Totten (2003) ao ter investigado jovens marginalizados, com menos recursos económicos, constatou que a forma de estes exercerem e afirmarem a sua masculinidade é através da violência contra as namoradas.

Assim sendo, o estudo efetuado por Caridade (2011) e tendo por base uma amostra significativa de 4.667 jovens, de diversos níveis de formação, como por exemplo, estudantes do ensino profissional, secundário e universitário, bem como de diferentes áreas geográficas, cujas idades variam entre os 13 e os 19 anos, constatou que os resultados indicam que 19,5% dos jovens já sofreram de violência emocional, 13,4% de violência física e 6,7% de agressões mais graves. Em relação aos agressores (30,6%), verificou-se que 22,4% admitiram ter recorrido à violência emocional, 18,1% à violência física e 7,3% a agressões mais graves.

Noutro estudo longitudinal efetuado por Buzy *et al.*, 2004 (*apud* Caridade, 2011) verificou-se que o consumo de álcool pelos adolescentes aumenta o risco de vitimação, tendo as raparigas que consomem mais álcool uma maior probabilidade de se envolverem em situações de risco, podendo relacionar-se com parceiros amorosos também com consumos excessivos.

Neste contexto, importa referir que para a conceção interacionista, a violência conjugal está intimamente ligada aos processos sociais de género, em que conceptualiza o género como o resultado das práticas sociais, enquanto que para a conceção individualista, o género é um preditor da violência, reduzindo-se às características individuais, perspetivando a violência como uma consequência direta das categorias de género.

É de salientar que o comportamento de violência é influenciado pelas normas culturais onde os sujeitos tendem a seguir regras e padrões culturais subentendidos que são diferentes, quer para os homens, quer para as mulheres (Anderson, 2005).

Vários estudos têm demonstrado que a violência contra a mulher é um fenómeno generalizado em quase todos os contextos culturais, sendo que a violência contra a mulher é maior, onde existe mais desigualdade económica, maior autoridade masculina e menos poder da mulher (Machado & Dias, 2007).

Assim sendo, a cultura é uma dimensão essencial na compreensão do fenómeno da violência contra a mulher, incluindo uma diversidade de discursos e práticas culturais, não somente à violência contra a mulher, mas igualmente à mulher e às relações de género. Logo, ao adotar-se uma perspetiva cultural sobre a violência conjugal, há que assumir uma perspetiva integrada que inclua o género e a violência, logo a violência terá que passar a ser envolvida numa análise do género e das relações de género.

## Capítulo III – As representações sociais

### 3.1 Definição de representações sociais

A etimologia da palavra “representação” advém da forma latina “repraesentare” que significa “apresentar de novo” (Falcon, 2000, *apud* Reis, 2011:150).

Outra definição é a de Jovchelovitch (1998) que considera que a “representação” é representar e reproduzir o social.

Nas suas formulações iniciais, a teoria das representações considerava que a representação possuía duas grandes condições, que era o indivíduo e o coletivo, partindo do pressuposto que “as leis que explicavam os fenómenos coletivos eram diferentes das que explicavam os fenómenos individuais” (Farr, 1995, *apud* Reis, 2011:150).

Quem sustentava esta teorização, eram autores como Weber, Durkheim e Marx (Minayo, 1995, *apud* Reis, 2011:150), os quais “(...) estavam preocupados com os fenómenos coletivos das representações”. Por exemplo, para Max Weber, a vida social consiste, essencialmente, na conduta quotidiana dos indivíduos estando associada à significação cultural, sendo esta, resultante das ideias e da mentalidade. Para Durkheim, as representações são, particularmente, representações coletivas, onde a representação significa a lei e os costumes, isto é, todas as formas de vida coletiva, o qual Durkheim define como sendo consciências coletivas (Minayo, 1995, *apud* Reis, 2011).

Para Durkheim, “(...) o indivíduo sofre pressão das representações dominantes na sociedade. É a sociedade que pensa ou exprime os sentimentos individuais (...)” (Moscovici, 2001, *apud* Reis, 2011:150).

É no seguimento do conceito de “representações colectivas” de Durkheim que Moscovici desenvolve o conceito de “representação social”.

Assim sendo, Moscovici (1988) critica a concepção Durkheimiana, porque na sua opinião, nesta concepção existe um défice de preocupação em perceber a origem dos fenómenos, a que os conceitos das representações coletivas, estão associados, por exemplo, à ciência, à religião, aos mitos e aos fenómenos sociais e psíquicos, bem

como, a falta de dinâmica das representações sociais em relação à diversidade de sistemas, quer políticos, quer religiosos, filosóficos, entre outros.

Segundo Marx (Minayo, 1995, *apud* Reis, 2011), para se analisar as representações, o seu pensamento base assenta na consciência, isto é, as representações, as ideias e os pensamentos são o principal conteúdo da consciência que, por sua vez, são proporcionadas pela base material.

Para Arruda (2002), após os anos setenta, Moscovici evocou Piaget, Freud e Vygotsky para operacionalizar a conceção da representação social e a ideia da construção do saber e saber prático, isto é, foi com o suporte nos trabalhos de Moscovici que a partir da década de setenta, se verifica a expansão do conceito de representação social, quer a nível epistemológico, quer a nível metodológico, aplicado em domínios como as ciências humanas e sociais.

Deste modo, para Moscovici, 2004 (*apud* Reis, 2011) o ambiente quer físico, quer natural ou social é, essencialmente, composto por imagens a que os indivíduos acrescentam algo, rejeitando algumas imagens e adotando outras. Isto é, o processo de representação envolve uma codificação, na qual, existe um sistema de classificação de categorias e de nomes.

Moscovici refere que “(...) a finalidade das representações é tornar familiar em algo não-familiar (...)” (Moscovici, 2004, *apud* Reis, 2011:152). Assim sendo, Moscovici considera, por um lado, que os universos consensuais são familiares, onde não existem conflitos, onde tudo tem por base a confirmação das crenças e as interpretações adquiridas, sendo a dinâmica das relações, uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, os indivíduos e os acontecimentos são compreendidos. Por outro lado, o não familiar são ideias que perturbam o indivíduo e que causam alguma tensão (Moscovici, 2004, *apud* Reis, 2011).

Assim, descreve-se as representações sociais, como sendo uma forma de conhecimento que o indivíduo tem, no qual se socializa à medida que o mesmo partilha o seu mundo com os outros, sendo formas de pensamento que são utilizadas na compreensão do meio social, as quais surgem através das observações do indivíduo e da sua descrição, dos factos e dos fenómenos sociais ocorridos.

Segundo Moscovici, 1976 (*apud* Castro, 2002:952), “(...) as representações são um conjunto de proposições, acções e avaliações emitidas pela opinião pública, que estão organizadas de formas diversas, segundo as classes, as culturas ou os grupos, e constituem outros tantos universos de opiniões”, em que cada universo possui três dimensões, particularmente, a atitude em relação ao objeto, podendo ser positiva ou negativa; a informação que está relacionada com o conhecimento; e por fim, o seu campo de representação que está relacionado com o objeto da representação (Moscovici, 1976, *apud* Castro, 2002).

As representações sociais, segundo a definição referencial ostentada por Jodelet (1985) são formas de conhecimento que se exteriorizam através das imagens, conceitos e categorias, sendo socialmente produzidas, contribuem para a construção de uma realidade que facilita a comunicação, sendo, particularmente, fenómenos sociais, que têm que ser entendidos a partir das funções simbólicas e ideológicas e das formas de comunicação onde circulam.

Deste modo, as representações sociais constituem formas de conhecimento orientadas para a compreensão do mundo e para a comunicação, as quais resultam, segundo construções de carácter expressivo, dos sujeitos sociais, a respeito de objetos socialmente valorizados, sendo conceptualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente, produzida e participada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo (Jodelet, 1985).

Assim sendo, podemos referir que as representações sociais são formas de pensamento funcional, são simultaneamente campos sociais compostos que somente podem ser entendidos, quando referidos às condições da sua realização e à essência estruturante da realidade social, tendo em vista o papel na criação desta realidade. Assim, as representações sociais sendo motivadas e apreendidas no contexto das comunicações sociais, são, obrigatoriamente, estruturas dinâmicas. A representação social é “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Moscovici, 2003, *apud* Coutinho *et al.*, 2008:3), isto é, é particular, porque é originada por um grupo de pertença no contexto social onde o sujeito está inserido, tendo por função a facilitação

da comunicação e a orientação de conduta, logo, por um lado, na formação da conduta a representação social modela o comportamento e justifica a sua expressão, por outro lado, o papel da comunicação é o de constituir uma ferramenta por meio da qual os grupos aprendem formas de se envolver e de se relacionar, por intermédio da linguagem (Moscovici, 2003, *apud* Coutinho *et al.*, 2008).

Para Moscovici (1988) existem três tipos de representações sociais: as representações controversas, que são concebidas no desenvolvimento de um conflito social, não sendo partilhadas pela sociedade no conjunto; as representações emancipadas que são o resultado do apoio de ideias entre os subgrupos, em que cada subgrupo cria as suas próprias versões e as partilha com os outros, e por fim, as representações hegemónicas, as quais, dizem respeito a significados, amplamente, partilhados pelos membros de um determinado grupo, muitíssimo estruturado, por exemplo, um partido, e que predominam de forma tácita em todas as práticas simbólicas, parecendo ser constantes e coercivas.

Importa salientar, conforme referem Cabecinhas & Évora (2008), que os meios de comunicação social contribuem, em muito, para o consenso alargado de determinadas representações sociais dominantes. No entanto, estes meios podem ser ótimas ferramentas para a visibilidade das minorias, possibilitando a divulgação de representações controversas e contribuindo, igualmente, para a mudança social, porque as representações sociais são sistemas de interpretação que regulam a relação com os outros e orientam o comportamento dos sujeitos, porque as representações intervêm na difusão e na assimilação de conhecimento, na construção de identidades, quer pessoais, quer sociais, no comportamento dentro e fora do grupo.

Assim sendo, as representações sociais estão ligadas a pensamentos ideológicos, culturais e os meios de comunicação social e o diálogo interpessoal intervêm na sua composição, por via de processos de influência social (Cabecinhas & Évora, 2008).

Segundo Vala (2000), uma representação somente é social quando compreende, essencialmente, três critérios: o critério quantitativo, quando uma representação social é partilhada por um conjunto de sujeitos, no entanto, este critério é “insuficiente para dar conta do conceito de representação social porque nada diz

sobre o seu modo de construção” (Vala, 2000:461). O critério genético, quando uma representação social é o resultado da atividade cognitiva e simbólica de um determinado grupo social, e por fim, o critério funcional, quando as representações sociais são organizadoras das relações simbólicas entre os diferentes atores sociais.

Deste modo, Vala (2000:464) refere que “o conceito de representação social remete para fenómenos psicossociais complexos. A riqueza destes fenómenos torna difícil a construção de um conceito que, simultaneamente, os delimite e não esbata a sua multidimensionalidade”.

Conforme se pode verificar existem diversas definições sobre as representações sociais, que incluem conceitos relacionados com crenças, atitude, atribuições, ideologias, cultura, sistema de valores, relativamente, aos quais, o conceito de representação social “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binómio indivíduo-sociedade” (Vala, 2000:465).

O conceito de representação social é usado em diversas ciências humanas e sociais, sendo aplicado no estudo de questões muito variadas constituindo um campo de investigação diligente, ligado a contextos sociais específicos que são características das sociedades modernas.

### **3.2 As origens das representações sociais**

A questão das origens das representações sociais tem sido alvo de debate.

Para Moscovici, 1961, 2003 (*apud* Wachelke, 2007: 382), “as representações sociais são construídas e difundidas por meio da interação pública entre atores sociais, em práticas de comunicação do cotidiano”.

É, deste modo, que segundo Jodelet (2001) as representações sociais se transmitem através da comunicação, entre os grupos, como condição de capacidade e determinação, porque é através da comunicação que as ideias se difundem e chegam aos grupos sociais.

#### **As representações sociais e as representações individuais**

Uma inquietação válida para o psicólogo social consiste em investigar sobre o grau em que os indivíduos compartilham as representações sociais e possuem crenças e comportamentos norteados por elas, ou a forma como os indivíduos participam para as construir e comunicar. Isto é, a relação entre os indivíduos e a representação é tão relevante quanto complexa na sua preocupação, por exigir um esforço de aproximação entre níveis de análise distintos.

Regularmente, a aprendizagem de conteúdos das representações sociais ocorre antes de uma definição sobre o objeto da realidade, por exemplo, no caso das crianças, as mesmas, são capazes de emitir julgamentos, moderadamente, sistemáticos antes de terem ideias organizadas sobre determinadas coisas.

Neste contexto, Duven (1992) refere que no desenvolvimento das representações sociais, a valorização precede a construção de conceitos sólidos.

Seria improvável crer que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo social partilham os mesmos elementos de uma representação social, como anuência simplista, e que essa representação social fomentaria os mesmos efeitos nas suas representações cognitivas particulares (Rose *et al.*, 1995).

Consequentemente, mesmo que um determinado indivíduo possua determinadas crenças que questionem os conteúdos da representação do seu grupo, o indivíduo tem consciência da existência da representação social, e verosimilmente, sabe que se trata de um conhecimento atribuído à categoria social de que faz parte, ou a uma outra. Logo, a representação social não estabelece a sua representação individual, mas auxilia como sendo uma referência para que esta seja construída.

Neste contexto, Vala (1996) refere que uma representação social torna-se, proeminente para um indivíduo, particularmente, quando a pertença grupal correspondente à representação que lhe seja evidente.

### **3.3 As funções das representações sociais**

As representações sociais orientam as ações e as relações sociais, pelo que possuem um papel essencial na dinâmica das relações e das práticas sociais.

Neste sentido, Abric (1984) identifica a existência de quatro funções primárias das representações sociais:

- A função cognitiva, que admite entender e explicar a realidade, circunstância necessária à comunicação social;

- A função identitária, que possibilita a salvaguarda da especificidade dos grupos, condição essencial à identificação dos grupos de pertença e controlo social, isto é, as representações sociais possuem como função situar os indivíduos e os grupos no plano social, permitindo a construção de uma identidade social e pessoal, conciliável com o sistema de normas e de valores, socialmente e historicamente, determinados;

- A função orientadora, que está relacionada com os comportamentos e as práticas, enquanto descodificadora das realidades sociais que orientam a ação e a função justificativa, permite, *à priori*, explicar as tomadas de posição, bem como os comportamentos e têm como função preservar e justificar a diferenciação social.

Igualmente, Vala (1986) confere quatro funções às representações sociais: o meio envolvente deixa de ser alheio, quando ganha coerência entre a incorporação e a objetivação na própria estrutura social; os indivíduos ao comunicarem, descrevem, avaliam e explicitam; as representações sociais são determinantes do comportamento e a especificidade de cada grupo contribui para a formação das suas representações sociais, sendo estas, as que determinam as diferenças entre os grupos.

Conforme se verifica em ambos os autores, as representações sociais são fundamentais para a compreensão da dinâmica social.

### **3.4 Os processos das representações sociais**

Conforme refere Moscovici (1961), na formação das representações sociais interferem, essencialmente, dois processos: a objetivação e a ancoragem, ambos, estão, intimamente ligados e são modelados por determinados fatores sociais.

#### **3.4.1 A Ancoragem**

O processo de ancoragem, possui duas vertentes, porque precede a objetivação e situa-se no seu seguimento, isto é, ao preceder a objetivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência, porque é a partir das experiências e dos esquemas já constituídos que o objeto da representação é pensado, logo a ancoragem reporta-se aos processos, pelos quais, o não familiar se torna familiar (Vala, 2000).

Enquanto processo que perfilha a objetivação, a ancoragem alude à função social das representações, porque reporta-se aos processos pelos quais uma representação se torna um organizador das relações sociais, ou seja, a ancoragem possibilita compreender a forma como os elementos representados contribuem para expressar e estabelecer as relações sociais (Vala, 2000).

O conceito de ancoragem tem algumas analogias com a noção de categorização, porque juntos funcionam como equilibradores do meio e como simplificadores de novas aprendizagens (Vala, 2000). No entanto, o processo de ancoragem é mais complexo, porque a ancoragem leva à criação de transformações nas representações já constituídas, isto é, “o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (Vala, 2000: 475).

Importa referir, que segundo os estudos de Doise, 1984 (*apud* Cabecinhas, 2009), o significado de uma representação está, permanentemente, ancorado nas aceções mais gerais que intervêm nas relações simbólicas, próprias de um determinado campo social. Desta forma, Doise coloca a análise das representações sociais no quadro das relações intergrupais, realçando a recíproca determinação entre ambos os fenómenos.

Na aceção de Doise, as representações sociais adotam um lugar central nas relações intergrupais, representando três tipos de funções: a função seleção, a função justificação e a função antecipação. A função seletiva manifesta-se numa centralidade dos conteúdos proeminentes para as relações intergrupais, comparativamente, aos conteúdos irrelevantes. A função justificativa evidencia-se nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento adverso em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto

da interação. Por último, a função antecipatória exterioriza-se na preponderância que as representações fazem no próprio desenvolvimento da relação entre os grupos, ou seja, as representações, não se confinam a seguir ao desenvolvimento das relações intergrupais, mas igualmente interferem na determinação deste desenvolvimento, antecipando-o ativamente (Doise, 1984, *apud* Cabecinhas, 2009).

### 3.4.2 A objetivação

A objetivação é, particularmente, uma operação organizadora de imagens, sendo um processo através do qual ideias abstratas são transformadas em algo concreto tornando-se “tão vívidos que o seu conteúdo interno assumem o carácter de uma realidade externa” (Moscovici, 1988).

Assim sendo, este processo envolve três fases: a descontextualização da informação entre critérios normativos e culturais, este processo de seleção e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, depende das normas e dos valores grupais; a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e a naturalização sendo a transformação destas imagens em elementos da realidade. Assim, os conceitos tornam-se iguais à realidade e o abstrato torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (Moscovici, 1961).

Conforme refere Vala (1986:360-363), o processo de objetivação depende da materialização da abstração que se desenvolve em duas circunstâncias: a primeira, “pela reorganização dos aspetos retidos num modelo figurativo e simplificado do objeto (do objeto à imagem)”; e em segundo, pela “naturalização do objecto, onde o que era abstracto se torna real (da imagem à naturalização do objecto)”.

Deste modo, as representações assumem-se como construções que obedecem a um real número de mecanismos cognitivos, afetivos, sociocognitivos e socioafetivos, que demonstram a especificidade de diversos grupos (Vala, 1986).

## 3.5 A teoria das representações sociais

Moscovici desenvolveu a teoria das representações sociais “(...) a qual não é somente heurísticamente útil para analisar complexos fenômenos sociais, mas também capaz de reorganizar teoricamente tradicionais campos de estudo na Psicologia Social” (Doise, 1993, *apud* Almeida, 2009:717). Isto é, com efeito, a teoria das representações sociais pode ser considerada como uma teoria, no sentido de que o seu intuito é o de sugerir conceitos de base que devem atrair a atenção dos investigadores sobre um conjunto de dinâmicas próprias e “(...) suscitar, também, estudos mais detalhados sobre os múltiplos processos específicos” (Doise, 1990, *apud* Almeida: 717).

Assim sendo, a teoria das representações sociais trata de operacionalizar o pensamento social na sua dinâmica e na sua multiplicidade, isto é, parte do propósito de que existem formas de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes (Doise, 1985).

Assim, o que é sugerido pela teoria das representações sociais é um estudo científico do senso comum, contudo o senso comum é o objeto de estudo da psicologia social porque, em conformidade com a teoria das representações sociais, essa modalidade de conhecimento muda conforme as inserções específicas num contexto de relações sociais (Doise, 1985), ou seja, esta forma de conhecimento está ligada à realidade dos grupos e das categorias sociais, capacitando os seus membros com uma visão do mundo e contribuindo para sua identidade social, isto é, os grupos sociais têm por função explicar aspetos proeminentes da realidade, definir a identidade grupal e orientar práticas sociais (Abric, 1998, *apud* Wachelke, 2007).

No entanto, a teoria das representações sociais baseia-se na ideia de que o indivíduo extrai categorias de pensamento da sociedade e constitui um desenvolvimento da corrente sociopsicológica intitulada de pensamento social.

A teoria das representações sociais não é uma imitação fiel de determinado objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva em que as estruturas de conhecimento, do grupo refazem o objeto com base em representações que já existem, sendo uma rede de conceitos e imagens que interagem entre si e cujos conteúdos se desenvolvem ininterruptamente (Moscovici, 1988).

O processo de representação social possibilita ao indivíduo interpretar e formar aspetos da realidade para agir em relação a eles, sendo que a representação toma o lugar do objeto social a que se refere, e transforma-se em realidade para os atores sociais, logo, as representações sociais tanto podem ser normativas, introduzindo objetos em modelos sociais, como podem ser prescritivas, quando servem de guia para as ações e para as relações sociais (Moscovici, 2003, *apud* Wachelke, 2007).

A teoria das representações sociais é descrita como um contínuo de crenças e de ideias que permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Essas representações são provenientes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos (Oliveira, 2004).

É importante conhecer as representações sociais das mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica e analisar como este conhecimento, produzido e partilhado por este grupo de pertença, cria uma realidade que se traduz em práticas quotidianas. É necessário entender as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica como sujeitos sociais que transportam, em si, as características culturais do género que, para Ribeiro & Coutinho (2011) é uma construção social, e tem colocado o homem numa situação de dominação sobre a mulher, ao longo da história.

### **3.6 As representações sociais da violência doméstica**

As representações sociais da violência doméstica reportam-se à “construção sócio-cognitiva” (Abric, 1994, *apud* Monteiro, 1999:162), isto é, enfatiza-se o conteúdo e o processo de pensamento, a compreensão dos indivíduos em relação a este fenómeno social e a repercussão no contexto em que eles estão inseridos e são evidenciados.

Assim sendo, os fenómenos da violência, através da perspetiva analítica centrada nas representações sociais permitem que sejam captado os sentidos que o agressor e a vítima atribuem às suas representações e às suas práticas, sem secundarizar o contexto e o ambiente, no qual estes atores agem e onde as ações violentas são

praticadas. Privilegia a subjetividade das representações sabendo que as representações sociais só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente. Isto é, a subjetividade e a objetividade são assumidas, tanto uma quanto a outra, como elementos essenciais desta forma de relação social (Porto, 2006).

Outra parte a ser considerada na análise centrada nas representações sociais é o fato de estas revelarem visões de mundo, desenvolvendo e atribuindo sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, logo trata-se de compreender as relações entre as representações sociais e a compreensão do mundo por parte dos atores sociais (Porto, 2006).

Assim, a investigação das representações sociais procura salientar a contribuição substantiva que as crenças, os valores, os ditados populares, bem como as ideologias, tomados em sua condição de representações sociais, aportam ao conhecimento do social, afastando, desde logo, a sua definição como algo irracional, separado de vínculos lógicos com o real (Porto, 2006).

No estudo da violência doméstica enquanto fenômeno social é fundamental ter em conta a forma como cada indivíduo a percebe, percepção esta que é determinada pelo contexto sociocultural em que se insere e pelas suas percepções pessoais (Dias, 2004). Isto é, para a análise deste facto importa compreender o significado que o sujeito atribui aos atos violentos, entender como este configura a violência doméstica, tendo em conta a cultura que o rodeia.

Desde logo, as representações sociais e a violência doméstica encontram-se completamente ligadas uma vez que as representações podem influenciar, tanto positiva como negativamente, a percepção dos sujeitos face a este fenómeno a partir de um quadro de referência (Sani, 2008).

Conforme refere Dias (2004:231), as representações sociais permitem “(...) aos indivíduos e grupos atribuir sentido às suas condutas e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências”.

Segundo refere Nogueira (2001:37), as representações sociais são um “(...) conjunto partilhado de crenças e de conhecimento do senso comum (...)” por uma comunidade e pelo qual se orientam.

Neste contexto, importa referir que para Moscovici (1988), as representações sociais não são estáticas, podem alterar-se segundo as interações entre grupos, sendo um sistema de valores, ideais e maneiras de agir, as quais possuem, particularmente, duas funções: a primeira está relacionada com a ordem que orienta os indivíduos para o material e para o social; e a segunda função é tornar a comunicação entre os indivíduos exequível, através de um código comum para estabelecer trocas sociais e para perceber a realidade individual e coletiva.

Assim, quando se estuda o fenómeno da violência doméstica é fundamental ter em conta não só as representações dos indivíduos face à mesma, como a forma como os indivíduos percecionam a violência, a forma como transmitem significado aos atos violentos e como a violência é condicionada pelo contexto social e cultural que os rodeiam (Dias, 2004).

## Capítulo IV – A violência doméstica

### 4.1 O conceito de violência doméstica

O comportamento violento não é, contudo, único dos humanos, parecendo ser inerente à maioria dos seres vivos, ocorrendo devido a variadas causas, geralmente associadas a lutas pelo poder e pela dominação.

A violência doméstica pode entender-se como uma forma de violência entre pessoas que convivem, num determinado lugar, sendo um problema oculto.

As organizações não-governamentais e os organismos internacionais, bem como os respetivos governos de cada país, têm-se unido na luta contra a violência doméstica (Dias, 2004). Importa referir que segundo a Resolução do Conselho de Ministros, a violência doméstica é considerada uma violação dos Direitos Humanos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro)<sup>2</sup>.

Muitas das organizações não-governamentais e organismos internacionais têm produzido diferentes tipos de documentos orientadores, onde estão patentes princípios e linhas orientadoras do combate à violência contra as mulheres (Dias, 2004).

Vários são os documentos e recomendações da ONU orientados para os problemas da discriminação e da violência contra as mulheres, designadamente, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993) e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995).

Com o intento de dar evidência ao problema da violência, a Comissão Europeia foi adotando várias medidas, entre elas o *Roteiro para Igualdade entre Homens e Mulheres* para o período 2006-2010, e em particular, o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos* (2007) que teve como objetivo sensibilizar para uma sociedade mais justa e combater atitudes e comportamentos discriminatórios, com particular relevância para as questões de género.

---

<sup>2</sup> Vide *IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013)*. Diário da República, 1.ª série, N.º 243, 17 de Dezembro de 2010.

A conceptualização deste fenómeno é enorme, sendo que “surtem tantas definições de violência doméstica quanto os autores que estudam esta problemática” (Dias, 2004:91), não existindo uma definição comum a todos os estudiosos da violência doméstica (Dias, 2004).

Assim sendo, Dias (2004:94) refere que a violência doméstica:

“(…) integra qualquer acto, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto com uma determinada intenção ou finalidade; e refere-se aos tipos mais frequentes de violência, designadamente à que é cometida contra as crianças, as mulheres e os idosos”.

Em 2003 a Organización Mundial de la Salud (2005) admite que a violência doméstica é um problema que não afeta apenas a família, mas também a sociedade em geral, considerando-a um problema ao nível da saúde pública que prejudica o desenvolvimento saudável da pessoa agredida, mas também, o de toda a sociedade.

De acordo com o *IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica*, a violência doméstica:

“(…) abrange todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal. Importa salientar, que este conceito foi alargado a ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co-habitação” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro)<sup>3</sup>.

Para as Nações Unidas a violência é “o uso intencional da força física ou poder, ameaça ou real, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (World Health Organisation, 1996:37).

<sup>3</sup> Vide *IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013)*. Diário da República, 1.ª série, N.º 243, 17 de Dezembro de 2010, p. 5766.

Segundo o *“Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence”* (2011), a violência doméstica são todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que surgem dentro da família, ou entre os atuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o agressor partilhe ou tenha partilhado, ou não, o domicílio com a vítima.

A violência é normalmente realizada contra a mulher, em ambiente familiar, ou seja, entre casais na própria residência, sendo o companheiro o principal suspeito das agressões praticadas (Rodrigues, 1996). No entanto, estas agressões são manifestadas através de comportamentos violentos cíclicos onde em determinados momentos de tensão, a vítima deixa o seu companheiro, mas pela incapacidade de poder viver fora da relação conjugal, em determinados momentos de tranquilidade, existe um retorno para o companheiro e a violência recupera os contornos da relação (Rodrigues, 1996).

Importa referir, neste contexto, que a violência doméstica pode encontrar-se em qualquer lugar, sendo que as vítimas podem ser de ambos os sexos, de qualquer idade e nível social e económico, estando presente em todo o mundo, manifestando-se de diversas formas e distinguindo-se conforme a cultura em que se desenvolve (Organização das Nações Unidas, 2003).

A violência doméstica é transversal a todas as classes sociais, ainda que possa ser mais visível nas classes sociais mais baixas, porque as classes mais altas tendem a conseguir preservar mais a esfera da vida particular (Dias, 2004).

Trata-se de um fenómeno complexo e polissémico e o seu espaço de proliferação e progresso é a vida em sociedade (Minayo & Souza, 1994).

A violência é na maioria das vezes oculta, uma vez que ocorre na esfera privada e que a vítima procura camuflar a situação. A Organização Mundial de Saúde (2005) reconhece a existência de um vazio entre as necessidades que podem ter as vítimas de violência e a resposta dada pelos serviços, por exemplo, os de saúde, entre outros, em quase todos os países.

O setor da saúde, em particular, nem sempre apresenta uma atitude adequada perante o problema, não considerando a intencionalidade do ato que gerou a morbilidade. Esta situação de invisibilidade decorre do facto dos serviços de saúde se

confinarem a cuidar dos sintomas e de não disporem de ferramentas, atitudes e sensibilização que lhes permita reconhecer o problema da vítima (Lettiere, Nakano, Spanó & Rodrigues, 2008).

## **4.2 A violência doméstica e a desigualdade de gênero**

As mulheres não foram ao longo de vários séculos reconhecidas como pessoas com determinados direitos, sendo instrumentalizadas com variados objetivos sociais, políticos e religiosos, designados por uma sociedade de organização patriarcal em que a família era constituída com o objetivo de proteger a linhagem familiar e de constituir alianças familiares e económicas, sendo que eram os progenitores quem definia o casamento dos seus filhos (Silva, 1995).

Ao longo dos tempos até chegarmos à sociedade contemporânea, à mulher e ao homem são conferidos papéis diferentes, com reconhecimento social desigual, sendo que somente uma parte da construção de papéis diferenciados sexualmente é biológica, particularmente, a gravidez e a amamentação. A maior resistência física imputada ao sexo masculino não é comprovada na diferenciação sexual do trabalho. Às mulheres foram, na maioria das vezes, impostas tarefas que impunham resistência física e que poderiam ser efetuadas por homens. As mulheres trabalhavam, incansavelmente, ao longo do dia, realizando as suas tarefas e cuidavam dos filhos. Os homens executavam tarefas longe de casa, mas que não abrangiam todo o dia (Calvinho, 2007).

Segundo Segalen (1992), a divisão do trabalho quer em sociedades tradicionais, quer em sociedades contemporâneas, não possui explicação biológica nem tem como base princípios de igualdade, sendo que as tarefas desenvolvidas pelo homem eram sempre mais honrosas, onde o uso da autoridade, das decisões e do controlo, não exigiam força física e sendo tarefas de homens, eram socialmente superiores.

A organização social tem como origem a distinção sexual, porque a existência de dois sexos é comum à humanidade, e foi com base nesta diferenciação que a família se constituiu e se criou. O sexo dos elementos constituintes da família vai decidir, através

da interação familiar, o seu propósito familiar e social. Assim sendo, “(...) os valores, as competências, e a divisão do trabalho são difundidos com base nos sexos, pela família” (Saraceno, 1992, *apud* Calvino, 2007:29).

Deste modo, ao longo dos tempos esta organização social tem contribuído para uma efetiva interação de fatores que possibilitou a utilização da violência pelo marido sobre a esposa e ajudou o seu desenvolvimento (Silva, 1995).

O homem foi sempre considerado o elo social da família, atribuindo-lhe o domínio no seio familiar, enquanto à mulher se conferiram as responsabilidades domésticas e da família (Silva, 1995).

A violência contra a mulher é histórica na maioria das sociedades, nas sociedades ocidentais está enraizada na desigualdade entre homens e mulheres e representada nas concepções de poder masculino e de dependência e inferioridade femininas, sendo que a construção social de gênero, desenvolveu-se assente no antagonismo homem-mulher, superior-inferior e foi longo o tempo em que a violência conjugal foi censurada pela comunicação social, por ser encarada como um assunto privado do casal e normal no seu seio (Silva, 1995).

Em Portugal, no início do século XIX, era definido por lei, ao marido bater na mulher e no final do século XIX, o Código Penal encarava o adultério, efetuado pela mulher, como uma circunstância atenuante para o homicídio conjugal praticado pelo homem, sem que o contrário estivesse, legitimamente, regulamentado (Silva, 1995).

Em Portugal, a socialização dos sexos e a família de tradição patriarcal estimularam que ao nível da família se constituísse uma hierarquia, na qual, o marido ocupa uma posição superior e dominante (Amnistia Internacional, 2006) e a ameaça a essa superioridade e dominância pode ser punida através da agressão, de modo, a mostrar que através do castigo, a mulher se lembre de quem manda (Silva, 1995).

De acordo com Dias (2004), um estudo de Lourenço, Lisboa e Pais de 1997 desenvolvido em Portugal e referido no Relatório da Amnistia Internacional, 2006, salienta que as mulheres mais jovens, em idade reprodutiva e produtiva (entre os 18-34 anos), são as mais afetadas pela violência; os agressores têm idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade e praticam a maioria das agressões em casa; são

mulheres com nível de habilitações literárias variadas; os atos de violência são mais abundantes entre as mulheres operárias, seguindo-se-lhes as mulheres de quadros superiores, de profissões liberais, de escritórios e de serviços, as mulheres mais sujeitas a atos de agressão física são as de situação social mais baixa, enquanto os atos de agressão sexual afetam mais as mulheres de condição social mais alta, a agressão psicológica é transversal, atingindo mais de metade das mulheres em Portugal e a sua intensidade aumenta com o uso de outros tipos de violência.

Estes dados possibilitam compreender a transversalidade da violência ao nível sociodemográfico e a sua ocorrência em idades que coincidem com as fases da vida em que as pessoas, em geral, já formaram uma família, à qual devem assegurar afeto e segurança (Silva, 1995).

A violência é um fenómeno universal, a qual não tem limites étnicos, culturais e religiosos, sendo comum em todas as sociedades e classes sociais, manifestando-se em várias áreas da vida social, entre as quais a família (Silva, 1995).

A violência contra a mulher é frequente na maioria das sociedades, sendo que nas sociedades ocidentais, está enraizada na desigualdade entre os homens e as mulheres, traduzindo-se através das concepções de poder masculino e de subordinação feminina (Silva, 1995).

Durante muitas gerações as agressões entre o casal, foram aceites como forma de o marido designar a ordem em casa a partir de um modo dominante. O marido era o protetor e defensor da mulher e dos filhos, estando inserido numa sociedade patriarcal, onde o que era necessário era punir qualquer desvio, corrigindo-o (Silva, 1995).

Esta forma de atuação pelo recurso à força era considerada pela sociedade uma forma de manifestação de afeto e preocupação para com a mulher e os filhos, sendo que estas condutas foram difundidas pela cultura e a sua legitimidade eternizada em provérbios populares portugueses, por exemplo, “entre marido e mulher ninguém meta a colher” e “quanto mais me bates mais gosto de ti” (Silva, 1995).

Embora em Portugal as mulheres tenham o direito à igualdade devidamente salvaguardada desde há algumas décadas, a tradição ainda predomina no seio familiar,

com uma lenta mudança de comportamentos, que se pretende mais apropriados com a ideologia da igualdade entre os sexos na família. No entanto, a continuidade do comportamento violento contra a mulher, atualmente, é indicado nos discursos de pessoas mais idosas, que consideram a violência admissível em determinadas situações e contextos (Silva, 1995).

A agressão física à mulher traduzida em numerosos comportamentos e crenças masculinas tem sido coadjuvada pela privacidade em que a família atual vive em relação ao meio social e à comunidade. Assim, o espaço social tem sido assumido por estruturas que não alcançam o espaço privado, sendo este último, da responsabilidade dos elementos adultos de cada família, sendo que a forma como é praticado esse poder de regular o espaço familiar foi sendo escondida da sociedade (Gelles & Straus, 1988).

Este isolamento favorece a falta de controlo e a condenação de comportamentos violentos por parte de agentes externos, mas, igualmente, pela privacidade no interior da habitação, sendo que os problemas familiares e as formas de resolução, só a cada família dizem respeito.

Estes aspetos intrafamiliares são dominados pela construção social do feminino e do masculino em que os papéis de género na família são considerados propiciadores da prática do poder e são sustentados por hábitos culturais de resolução de conflitos com recurso à violência. A violência contra a mulher tem a sua maior representação no seio da família, onde a prática ainda predomina na desigualdade das relações e se sobrepõe às leis que existem há décadas, num esforço de mudança de pensamento, que tem sido lento, no que se refere à igualdade de homens e mulheres, quer na família, quer na sociedade.

Deste modo, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1994:3), no seu artigo 1.º da Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, define a violência contra a mulher como “(...) qualquer acto violento baseado no género que resulte ou tenha o intuito de provocar sofrimento físico, psicológico ou sexual que provoque sofrimento na mulher, incluindo coerção, privação da liberdade, tanto ocorridas na vida pública como na vida privada”.

A agressão à mulher, fisicamente mais fraca e que compreendeu que o seu papel é dependente do marido, fá-la sentir-se atemorizada pelo comportamento daquele que ama e numa perspectiva de amor não quer e não pode, na maior parte das vezes, encarar o marido, subordinando-se ao seu querer para lhe acalmar o ânimo e se libertar da agressão (Silva, 1995).

No entanto, este comportamento é um autêntico equívoco, pois o resultado do comportamento, não é a tão ambicionada melhoria da relação, mas sim, o contrário. Isto é, o marido agressor ao perceber a dependência da mulher e a falta de controlo e punição do seu comportamento, vai sentir que o seu poder está fortalecido (Silva, 1995).

A este reforço de poder junta-se a perceção de libertação de uma dificuldade de forma célere, porque o agressor conseguiu que a vítima se submetesse e ainda foi recompensado com a satisfação dos seus anseios e gostos particulares (Silva, 1995).

Desta forma, a manutenção do poder, a capacidade de controlar e de ser agradado assumem-se como forma de obter autoestima que, na maioria das vezes, não é obtida em diversas áreas, particularmente, pessoal e profissional, ou então, em determinadas situações em que o reconhecimento social ou laboral da mulher é maior que o do homem (Gelles & Straus, 1988). Segundo Gelles & Straus (1988), a indecisão, a vergonha e a humilhação são sentimentos continuados nesta situação e fazem a mulher confiar-se ao silêncio. Perante este silêncio a mulher procura em si, as razões que a colocaram naquela conjuntura culpabilizando-se pelo ocorrido, sendo na maioria das vezes, esta a principal causa que as impede de reagir.

O isolamento com que muitas mulheres se deparam, leva ao sentimento de fraqueza sendo que este isolamento pode estar relacionado com a necessidade da mulher manter em sigilo o que consigo se passa, mas, igualmente, pelo isolamento que o companheiro lhe foi colocando, por ciúme e com ameaças, no sentido de ele assegurar a sua impunidade (Silva, 1995).

Deste modo, importa referir que a ocorrência de violência em contexto familiar é multifatorial e decorrente de fatores variados, tais como, individuais, psicológicos, culturais, socioeconómicos e ambientais (Silva, 1995).

Conforme refere Calvinho (2007), a maioria destes fatores contribuem para a violência conjugal e estabelecem-se na desigualdade entre o género feminino e o género masculino em diferentes áreas sociais, designadamente, pela dependência económica da mulher que se dedica ao trabalho doméstico e a cuidar dos filhos; pela incapacidade económica que possui para prosseguir com a sua vida sozinha; as remunerações serem mais baixas no género feminino; a estigmatização do divórcio e a culpabilização pelo desacordo familiar e insucesso relacional de que a mulher é alvo e a abstenção dos familiares, amigos e vizinhos, que quando têm conhecimento do problema conjugal, tornam difícil o sucesso da denúncia do agressor.

As contrariedades sociais e familiares que a mulher encara e a sua ânsia de terminar com a violência, mas garantindo a relação afetiva, fazem com que se mantenha na relação violenta durante muitos anos e com o desejo de que a mesma se resolva. Desta forma, contribuem para que a violência conjugal persista em atingir um grande número de mulheres, que na atualidade já a comunicam em maior número e que a nível nacional e internacional, é um dos motivos de divórcio (Calvinho, 2007).

### **4.3 A violência doméstica sobre as mulheres imigrantes**

No âmbito do Projeto *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica* e da Dissertação de Doutoramento *Para um Direito Sem Margens: A defesa dos direitos das mulheres contra a violência*, realizada por Madalena Duarte no ano de 2010 no que, especificamente, diz respeito às mulheres em situação de violência, foram entrevistadas trinta mulheres, sendo cinco imigrantes, de idades, origem geográfica e classe social diferenciadas.

A análise de conteúdo das entrevistas, bem como das Organizações Não-Governamentais (ONG) que a ajudaram neste projeto, possibilitou apurar as similitudes e disparidades entre os seus trajetos e os das mulheres de nacionalidade portuguesa, os quais apontam um conjunto de dificuldades que as mulheres imigrantes encaram quando se encontram numa situação de violência doméstica (Duarte, 2010).

Deste modo, o caminho percorrido pelas mulheres vítimas de violência é um trajeto duradouro e solitário. O medo de retaliações, o sentimento de vergonha, a subordinação econômica e o receio de perder os filhos, contribuem para que a violência continue no ambiente familiar e não seja denunciada. No caso das mulheres imigrantes, o trajeto percorrido até à denúncia pode ser porém mais demorado (Duarte, 2010).

Neste âmbito, existem comunidades imigrantes que se encontram isoladas, quer culturalmente, quer socialmente, o que obriga a mulher na procura de intervenção formal para solucionar a situação de violência, com a qual se depara. Nestas situações a linguagem pode ser um obstáculo significativo no esforço destas mulheres para obterem apoio (Duarte, 2010).

Estas situações podem adotar limites mais profundos quando as mulheres são domésticas, sendo-lhes problemático constituir laços de sociabilidade fora do âmbito familiar (Duarte, 2010).

Assim sendo, o isolamento contribui para um desconhecimento dos seus direitos e do quadro normativo regulador da violência enquanto crime no país de destino (Duarte, 2010).

Outros obstáculos emergem já após a procura de apoio por parte destas mulheres, particularmente, para além da língua, o estatuto legal é, para muitas mulheres, um obstáculo quase insuperável (Duarte, 2010).

A ausência de autorização de residência é uma dificuldade com a qual se confrontam várias ONG que têm a incumbência de gestão de casas abrigo, uma vez que as mulheres têm de estar numa situação regularizada para poderem ser acolhidas. No entanto, em algumas ONG, ainda que sem apoio financeiro do Estado, as mulheres imigrantes, numa condição de ilegalidade, são acolhidas (Duarte, 2010).

No estudo efetuado por Duarte (2010) constata-se que existe uma sensibilização cada vez maior, por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e das chamadas polícias de proximidade, Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR), para o fenómeno da violência doméstica exercida sobre mulheres imigrantes, no entanto, esta situação deixa algumas reservas nas deliberações

judiciais, as quais traduzem ainda evidentes preconceitos relativamente ao papel social da mulher.

Em 1989, o Supremo Tribunal de Justiça pronunciando-se sobre uma sentença de primeira instância que condenava dois jovens pela violação de duas estrangeiras que lhes tinham pedido boleia, o tribunal elaborou um acórdão que ficou conhecido, pois, embora mantendo a condenação, propendeu a desculpabilizar os dois jovens (Duarte, 2010).

Importa referir que de acordo com o estudo de Duarte (2010) a maioria das pessoas entrevistadas alertou em particular para a discriminação que as mulheres brasileiras sofrem na sociedade portuguesa, o que pode promover situações de dupla vitimização por parte do agressor e das instituições, se estas se encontram numa situação de violência.

#### **4.4 Tipos de violência doméstica**

Segundo Fonseca (2006) a violência contra as mulheres é uma questão do foro privado, mas também um objeto de inquietação social, sendo que a violência é concebida onde exista uma relação em que exista abuso de poder, podendo manifestar-se de variadas formas (Fonseca, 2006).

As formas de violência contra a mulher podem ser físicas, quando o ato provoca lesões corporais, designadamente, ao nível cutâneo, neurológico, ósseo, queimaduras, espancamentos, ou alguma ação que ponha em risco a integridade física da mulher; sexual quando corresponde a qualquer prática sexual, sem a anuência da mulher, através do uso da força, intimidação, manipulação e ameaça; psicológicas, quando é manifestado através da tentativa de controlar as ações, crenças e decisões, através da ameaça, manipulação dirigidas à mulher; patrimonial, quando resulta em danos, privação, subtração ou retenção de determinados objetos ou documentos (Fonseca, 2006).

Deste modo, no que se refere à violência psicológica, o isolamento é uma das primordiais formas de manifesto, porque o homem procura através das suas ações

enfraquecer a rede de apoio da mulher e afastá-la do convívio social, proibindo-a de manter contacto com familiares, amigos, sendo o principal objetivo deste isolamento social, o controlo absoluto da mulher ao restringi-la do contacto com o mundo exterior, tornando-a mais dependente do seu companheiro e tornando-se submissa a si próprio (Fonseca, 2006).

Na maioria das vezes, a violência psicológica através da ameaça é orientada, tanto para a mulher, como para outros membros da família, fazendo-se por intermédio de promessas de agressões e gestos intimidadores. Uma das particularidades comuns dos agressores é a de praticarem este tipo de violência com vista a encontrar pontos fracos na mulher, em algumas situações, são os filhos, utilizando-os como alvo, de modo, a afetá-la psicologicamente (Fonseca, 2006).

A violência psicológica caracteriza-se por comportamentos metódicos que seguem um padrão particular, objetivando alcançar, preservar e exercer controlo sobre a mulher, tendo o seu início através de pressões normais nos relacionamentos, provocadas por diversos fatores, particularmente, por problemas financeiros, desemprego e meras diferenças de opinião, sendo que a situação de violência pode ser também uma prova de estabelecer o poder perdido ou até nunca obtido ou, ainda, uma afirmação da identidade (Fonseca, 2006).

Também a *Organização Mundial de Saúde* distingue determinadas formas de violência, particularmente, a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência física. A violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que abrange determinados membros de um grupo, que coabitem no ambiente doméstico, envolvendo pessoas que convivam esporadicamente, nesse espaço. A violência intrafamiliar é toda a ação ou omissão que afete o bem-estar, a integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento do outro membro da família, incluindo pessoas que assumam funções parentais, ainda que sem laços de parentesco, e em relação de poder à outra; e a violência física ocorre quando uma pessoa, que está em posição de poder em relação a uma outra pessoa, causa ou tenta causar dano, por meio do uso da força física que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas (Redesaúde, 2001).

Segundo Ravazzola (1999), a violência conjugal é compreendida como violência contra a mulher, a qual é cometida pelo companheiro no contexto de uma relação quer afetiva, quer sexual, independentemente, de ser uma relação estável e legalizada.

A violência conjugal pode abranger as formas de violência física, violência sexual e de violência psicológica (Corsi, 2003), porque nas relações conjugais violentas, os agressores são do gênero masculino e as principais vítimas, do gênero feminino, sendo a violência conjugal uma forma de violência de gênero (Narvaz, 2002). Segundo Werba (2001:72) a violência de gênero “envolve ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo”.

Na violência sexual, não existem dois agressores idênticos. Existem contudo, algumas particularidades comuns e partilhadas. A maioria é do sexo masculino. Muitos foram abusados, sexualmente e/ou fisicamente, quando eram jovens, e possuem uma imagem negativa relativa às mulheres eternizadas em estereótipos e que servem de razão para os atos de violência sexual (Allison & Wrightsman, 1993, *apud* Amnistia Internacional, 2006).

A maioria dos violadores tem uma grande necessidade de poder sobre as mulheres sendo agressivos e violentos. Porém as suas atitudes face às interações sociais podem ser normais (Amnistia Internacional, 2006).

Segundo Bergen, 1996 (*apud* Amnistia Internacional, 2006), existem duas formas pelas quais as mulheres podem lidar com a violência surgida em ambiente familiar: ou acabam de imediato com a relação; ou minimizam o risco por parte do seu companheiro, focalizando as forças na sobrevivência emocional em cada incursão, porque na sua maioria os companheiros são incapazes de abandonar a relação.

Também para Calvinho (2013), existem vários tipos de agressão que são normalmente usados no seio das relações afetivas violentas, particularmente, as agressões físicas, as agressões emocionais, as agressões verbais e psicológicas, o isolamento social, a intimidação, os comportamentos e atitudes, as ameaças e o controlo económico.

Em diversas investigações, conforme refere Pereira (2006) no que toca a relação entre a violência física e a violência sexual tem sido confirmada a existência de maior risco de violação nas mulheres com relações conjugais em que subsiste a violência física. No entanto, existe dificuldade das mulheres admitirem o abuso sexual e a violação como sendo agressões, por considerarem que a entrega sexual ao seu companheiro é uma obrigação (Ramos, 2004).

#### **4.5 As consequências da violência doméstica**

O fenómeno da violência contra as mulheres transporta severas e pesadas consequências para a saúde, comprometendo o exercício da cidadania, dos direitos humanos, bem como o desenvolvimento socioeconómico dos países.

A *Organização Mundial de Saúde* identifica a violência doméstica contra a mulher, como sendo uma questão de saúde pública, a qual afeta a integridade física e emocional da vítima (Grossi, 1996, *apud* Fonseca, 2006).

Deste modo, os sintomas psicológicos, mais frequentes, em vítimas de violência doméstica são designadamente, insónias, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, perda de apetite, depressão, ansiedade, ataques de pânico, stress, stress pós-traumático, problemas psicossomáticos, comportamentos autodestrutivos, uso de substâncias alcoólicas e drogas, bem como, desenvolvimento de sentimentos de insegurança e tentativas de suicídio sendo que pode conduzir a taxas de suicídio mais elevadas do que as confirmadas em mulheres que não sofrem de violência (Kashani & Allan, 1998). As consequências hostis da violência familiar, não estão restringidas à vítima do abuso, porque o agressor pode sofrer as consequências do seu próprio comportamento. Existem estudos que indicam que na generalidade das ocorrências as mulheres acabam por assassinar os seus companheiros, fazem-no em resposta a um ataque direto (ONU, 2003).

Importa referir, que a violência doméstica é adversa para os familiares e para outras pessoas que tentam interferir, pois podem, do mesmo modo, ser agredidas ou até mesmo serem assassinadas. No entanto, a violência doméstica acarreta custos,

designadamente, por um lado, da ordem social, os quais incluem o estigma da família, o isolamento social e a subordinação a grupos de apoio, por outro lado, os custos económicos para a comunidade são consideráveis, os quais estão associados à justiça, saúde, assistência social, casas de abrigo, entre outros (ONU, 2003).

A complexidade das questões compreendidas na dinâmica da violência contra as mulheres, tais como as questões do poder, do género, da classe social, do alcoolismo, de submissão e de resistência têm sido encontradas na pesquisa e na literatura científica no que respeita às mulheres que são agredidas por seus companheiros (Narvaz, 2005).

Segundo a Amnistia Internacional (2006:26), as consequências diretas que derivam dos crimes de violência doméstica são, sobretudo, as consequências relacionadas com a saúde física, tais como, nódoas negras, dores de cabeça, hemorragias, fraturas, problemas ginecológicos, abortos espontâneos; síndromes de dor crónica, problemas gastrointestinais, contusões, hematomas, feridas, queimaduras, fraturas, luxações, trauma genital e anal, hemorragias e lesões oculares; consequências relacionadas com a saúde mental, baixa autoestima, sentimento de incapacidade, ansiedade, irritabilidade, depressão, perda de memória, abuso de álcool e drogas, tentativas de suicídio; baixo autoconceito, perda do interesse sexual, sentimentos de perda do poder e de impotência e ideação suicida, e por fim, as consequências sociais, tais como, isolamento, dependência económica e perda do emprego.

A maioria das mulheres, vítimas de violência doméstica, perdem o seu posto de trabalho ou são forçadas a renunciarem aos seus contratos de trabalho, por motivos de assédio moral, sexual, baixas prolongadas, dificuldades de concentração e baixa de produtividade (Amnistia Internacional, 2006).

A maioria das mulheres têm receio e vergonha em falar sobre as relações conjugais conflituosas que vão permitindo ao longo de vários anos, com prejudiciais impactos ao nível, quer da saúde física, quer da saúde mental (Amnistia Internacional, 2006).

À violência estão associados muitos problemas graves, ao nível da saúde das mulheres. Esses problemas de saúde abrangem, quer problemas de saúde mental, quer de saúde física. Sendo estes últimos, normalmente, de fácil e imediato diagnóstico, quando são provocadas por agressões que deixam sinais no corpo, no entanto, não sendo macroscopicamente aparentes as implicações psicológicas e psicossomáticas são notáveis (Direção Geral da Saúde, 2005) debilitando a saúde mental da mulher (Ramos, 2004; WHO, 2002).

Em consequência da violência, quer em contexto familiar, quer em contexto sexual, as mulheres vítimas de violência apresentam maior número de problemas de saúde, e conseqüentemente, com maior número de consultas médicas e de cirurgias, recorrem aos serviços de urgência hospitalar com mais frequência e apresentam mais baixas por doença, sofrendo uma degradação da qualidade de vida (WHO, 2002).

Importa salientar, que certas lesões, pela sua importância e localização, podem mesmo ser a causa de invalidez permanente (Direção Geral da Saúde, 2005; WHO, 2002).

Ao nível da violência sexual, os problemas podem manifestar-se através da disfunção sexual, doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, a hepatite B, a SIDA, risco de aborto, parto prematuro e recém-nascido com baixo peso (Direção Geral da Saúde, 2005; WHO, 2002).

Segundo Heise (1994), a gravidez não desejada por parte da mulher que é maltratada pode fazê-la recorrer ao aborto clandestino e assim desenvolver riscos para a sua saúde ao proporcionar ocorrências graves que podem acarretar-lhe a morte ou até comprometer a sua fertilidade futura, sendo que as alterações psicológicas, a que as mulheres estão sujeitas, podem provocar medo do sexo e perda do prazer sexual (Direção Geral da Saúde, 2005).

A Associação Psiquiátrica Americana em 1994 classificou um conjunto de sintomas suscetíveis de serem provocados por relações interpessoais stressantes, particularmente, "(...) Diminuição da modulação dos afectos; Comportamentos impulsivos e autodestrutivos, Sintomas dissociativos; Doenças somáticas; Sentimentos de incapacidade, Vergonha, Desespero; Sentimentos permanentes de destruição;

Perda de valores anteriormente defendidos; Hostilidade; Retraimento social; Sentimentos de perigo constantes; Diminuição das relações com os outros; Mudanças das características da personalidade prévia” (Direção Geral da Saúde, 2005, *apud* Vicente, 2003:10).

As consequências da violência doméstica ultrapassam o nível individual e familiar, abrangendo toda a sociedade, pelo aumento dos custos com a saúde e pela baixa produtividade e participação social (Direção Geral da Saúde, 2005).

#### **4.6 As causas da violência doméstica**

Diversas investigações sobre a violência, nas relações de intimidade, comprovam que esta é praticada, na sua generalidade, por homens sobre as mulheres (Lisboa, 2009; Dias, 2004), sendo as causas desta violência atribuídas a uma construção social de género desigual e a uma estrutura social assente em concepções patriarcais (Duarte, 2012).

Esta ótica de análise da violência rompe com uma sucessão de visões tradicionais e modelos psicológicos que relacionam a violência doméstica como uma questão familiar ou como uma questão do foro psicológico no relacionamento entre duas pessoas.

Desta forma, a violência doméstica tem origem em contexto social, sendo a agressão à mulher, o reflexo das vastas estruturas de desigualdade económica e social.

As origens da violência situam-se na estrutura social e no conjunto de valores, tradições, costumes, hábitos e crenças que estão profundamente ligados à desigualdade sexual. A violência contra as mulheres resulta da crença, incitada em algumas culturas, de que o homem é sempre superior à mulher, sendo esta, um objeto de posse em que o homem tratará a mulher como quiser (ONU, 2003).

No entanto, importa referir que a discriminação no seio da família continua a ser uma realidade existindo, na maioria das vezes, uma dependência económica que não permite a efetiva igualdade, porque o homem continua a subjugar a situação financeira e económica, e por vezes, até uma dependência psicológica (Associação

Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2003; Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, *apud* Amnistia Internacional, 2006).

Entre os casais com empregos estáveis e confortáveis, também se sofrem abusos, sobretudo a prática da diminuição da autoestima da vítima pelo agressor. Nestes casais encontra-se, fundamentalmente, a violência psicológica (Dias, 2004).

Outra causa é o facto de que algumas mulheres começaram a ter melhores remunerações do que os homens. Estas situações podem agravar a situação e criar ruturas no casal, noutras ocorrências mais tradicionais em que a mulher não trabalha, a dominação é quase completa (Dias, 2004).

Segundo Dias (2004:63), algumas investigações provaram que “(...) os homens que agredem frequentemente as suas mulheres tendem igualmente a maltratar os filhos (...)”“(...) o mau trato de crianças é quinze vezes mais provável em famílias em que a violência doméstica está presente (...)”“(...) as crianças que testemunham situações de violência entre os pais têm uma probabilidade de se tornarem adultos abusadores três vezes superior à das crianças que não assistem regularmente a estas situações (...)”“(...) cerca de três milhões de crianças, por ano, correm sérios riscos de serem vítimas de violência parental”.

#### **4.7 A violência doméstica em Portugal**

Apesar de a violência doméstica em Portugal ser um fenómeno que afeta muitas famílias, só ultimamente é que foi integrada de forma manifesta na agenda política nacional.

Só a partir da década de oitenta é que em Portugal a violência doméstica foi reconhecida como uma questão social.

Com a criação, na década de noventa, de legislação direcionada para as vítimas de violência doméstica, Portugal conseguiu dar uma resposta a um problema social e foi ao encontro de um conjunto de recomendações e diretivas europeias desenvolvidas neste domínio.

Segundo a Amnistia Internacional (2006:9), pelo menos “uma em cada três mulheres foi agredida, obrigada a manter relações sexuais ou sujeita a outro tipo de abuso”, sendo que “em geral, o autor dos abusos é um familiar ou conhecido”. Estes dados revelam “uma tragédia de dimensões mundiais do ponto de vista dos direitos humanos”.

Também Irene Khan em 2004, Secretária-Geral da Amnistia Internacional através do Comunicado de imprensa de lançamento da campanha “*Acabar com a violência sobre as Mulheres*” em 2004, refere que a violência contra as mulheres somente acabará quando todos estivermos prontos a subscrever o acordo de não a perpetrar, de não permitir que outros a perpetrem, nem a consentir, e a não descansar, enquanto não for eliminada (Amnistia Internacional, 2006).

Em Portugal, a partir da década de oitenta e após o reconhecimento da violência doméstica como um problema, tornou-se um objeto de estudo e de estudos científicos, bem como de medidas de política social.

De acordo com o *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017)*<sup>4</sup> em Portugal a maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres.

Outro estudo realizado em Portugal para a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres revela que no ano de 1995, uma em cada três mulheres tinha sofrido duas ou mais ocorrências de violência, tendo 43% dos casos, ocorrido no domicílio (Pais, 2006, *apud* Calvino, 2007).

De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) o agressor é habitualmente marido ou companheiro, homem entre os 25 e os 44 anos de idade. A discriminação é exercida por indivíduos com formação universitária e com profissões ao nível dos quadros superiores ou liberais (APAV, 2003).

Importa ainda referir que para a Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica (Amnistia Internacional, 2006) em Portugal, uma em cada três mulheres sentem alguma forma de violência ao longo da sua vida.

---

<sup>4</sup> Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro.

Em Portugal, só a partir dos finais dos anos noventa é que as políticas públicas começam a dar maior relevo a este fenómeno, tendo sido produzido o *I Plano Nacional Contra Violência Doméstica (1999-2003)*, o *III Plano Nacional Contra Violência Doméstica (2007-2010<sup>5</sup>)*; o *IV Plano Nacional Contra Violência Doméstica (2011-2013)*, e por último, o *V Plano Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017)*.

Estas iniciativas políticas nascem no seguimento das primeiras abordagens ao tema que se verificaram no domínio científico durante a década de noventa (*Inquérito de Vitimação, 1992* e *Inquérito de Vitimação, 1994*), mas, principalmente, em função de uma das primeiras investigações realizadas em Portugal, em 1995, por Lourenço, Lisboa, & Pais (1997), na qual foi possível compreender a dimensão da violência doméstica em Portugal. No entanto, outros estudos também contribuíram para uma maior visibilidade da violência doméstica em Portugal através do *Inquérito Nacional Violência contra as Mulheres*, elaborado em 1995 e do *Inquérito Nacional Violência de Género*, elaborado em 2007.

No que respeita ao emolduramento legal, deve-se evidenciar que desde a sua tipificação no Código Penal português, em 1982, os crimes de violência doméstica processaram-se no sentido de desenvolvimento do conceito, ao nível dos contextos e das pessoas abrangidas, quer ao nível das vítimas, quer ao nível do agressor, assim como ao nível do agravamento das penas relacionadas com os crimes de violência doméstica.

Neste contexto, em 2007, depois da revisão dos Códigos Penais de 1982 e de 1995 e atualmente, em vigor através da Lei n.º 30/2015, de 22 de abril, com a Retificação n.º 22/2015, de 25 de maio, a violência doméstica é definida no Código Penal como tendo uma maior proteção legal para com as vítimas.

Deste modo, e de acordo com o referido no Código Penal português, atualmente em vigor, este criminaliza a violência doméstica ao referir no seu artigo 152.º (violência doméstica) que:

---

<sup>5</sup> Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de junho.

“(...) quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) O Progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”.

Ao longo destes últimos anos, ao nível do enquadramento legal, o poder político tem concebido um conjunto de requisitos socioculturais de modo a anular o problema da violência doméstica em Portugal. Os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica têm delineado uma estratégia nacional de combate à violência doméstica através de uma política planeada e organizada, com objetivo de defender as vítimas, punir o agressor, conhecer e antever o fenómeno, habilitar os profissionais e munir o país de estruturas de apoio e atendimento (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010).

Nos últimos anos, vários estudos (Direção Geral da Administração Interna, 2011; Lisboa, 2008; União de Mulheres Alternativa e Resposta, 2013) contribuíram para uma maior sistematização do saber sobre o fenómeno da violência doméstica em Portugal.

Em Portugal, em termos legais, conforme já foi mencionado, a violência doméstica constitui, atualmente, um crime público, tipificado no artigo 152.º, do Código Penal na Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro na versão, atualmente, em vigor através da Lei n.º 30/2015, de 22 de abril, com a Retificação n.º 22/2015, de 25 de maio, bem como na Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro na versão, atualmente, em vigor através da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. A vítima, ou qualquer outra pessoa que tenha conhecimento da ocorrência do crime, pode apresentar queixa junto da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Polícia de Segurança Pública (PSP) ou da Polícia Judiciária (PJ), que a remetem ao Ministério Público (MP), podendo também, apresentar queixa diretamente ao Ministério Público, junto do tribunal da área onde ocorrerem os factos.

A Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro na versão, atualmente, em vigor através da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro estabeleceu o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, revogando a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, que havia criado a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência, bem como o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, que a regulamentava.

Estas normas revelam um marco importante, porque apresentam a consagração do estatuto da vítima, a natureza urgente dos processos de violência doméstica, o uso de meios técnicos para controlo à distância dos agressores, a hipótese de detenção do agressor fora de flagrante delito, o direito de as vítimas serem indemnizadas e as medidas de apoio judicial, médico, social e laboral.

#### **4.8. A violência doméstica e o perfil do agressor**

O perfil do agressor de acordo com o Relatório Anual da APAV (2013) é do sexo masculino (82,3%), tem entre 25 e 54 anos de idade (29,9%), é casado (38,8%) e está empregado (31,5%); e o perfil da vítima é do sexo feminino (82,8%), tem entre 25 e 54 anos (35,1%), é casada (34,8%), tem uma família nuclear com filhos (43%), possui ensino superior (6,9%) e está empregada (29,1%).

Neste contexto, importa referir que para Costa (2003) em termos gerais, o homem violento apresenta algumas características comuns, como por exemplo, é alcoólico, desempregado, possui uma autoestima reduzida, experiência de maus tratos; depressão e aparecimento de algumas reações de agressividade durante a juventude, mas aparentam ser responsáveis, afetuosos e cidadãos dignos (Machado & Gonçalves, 2003).

A sua imagem para o exterior é de pessoa estável com bons modos, marido e companheiro carinhoso, pai bondoso, cumpridor da lei, isto é, nada na sua conduta indica um comportamento violento. Segundo Sani, (2003:18) o “ofensor tende a isolar a criança e a família dos contactos com o exterior, por forma a deter maior controlo e conter o segredo familiar dentro da família”.

Deste modo, as aparências têm por disposição o disfarce, mas em privado, procedem de modo ameaçador, sustentando uma postura agressiva. Têm sentimento de posse relativo à sua mulher ou companheira, que por sua vez, está constantemente numa postura defensiva (Fernandes, 2013).

Segundo Fernandes (2013), o agressor tem uma percepção inflexível da realidade, tende a opor-se a aceitar a responsabilidade, podendo acreditar que a violência é desculpável. Tenta racionalizar ou justificar o seu comportamento, culpando a vítima de ter causado a agressão.

Importa referir que o agressor por norma apresenta uma forte tendência para tomar como reais as suas suposições imaginárias, por exemplo, os ciúmes sobre o sexo oposto. Acompanhando a agressividade, o consumo abusivo do álcool e de substâncias psicotrópicas constituindo mais um dos fatores desorganizadores, com consequências ampliadas na crise familiar (Leonard, 1999).

Apesar de alguns autores não referirem que exista um perfil característico para a vítima, segundo Portugal (2003) existem algumas características mais significativas, tais como, são mulheres envergonhadas, reservadas, incapazes de reagir, resignadas, apáticas, emocionalmente dependentes, deprimidas, submissas e apresentam isolamento social.

Num estudo efetuado pelos autores Rocha *et al.*, (2010), nos Açores, os agressores eram do sexo masculino, tinham entre os 25 e os 44 anos, eram casados com as vítimas ou ex-companheiros destas, na sua grande maioria estavam empregados, com profissões pouco qualificadas, e economicamente não dependendo da vítima, mas com hábitos alcoólicos.

Importa referir que outros autores verificaram que existem características psicológicas e sociais que são comuns entre os agressores, tais como, homens novos e de nível socioeconómico baixo, padrões de vinculação insegura, dificuldades em lidar com a raiva e hostilidade, com problemas conjugais, sintomas de sofrimento psíquico, falta de capacidades sociais e de comunicação, transtornos de personalidade e com problemas de álcool e droga (Lussier & Lemelin, 2002).

Para Kantor & Jasinski (1998) é também plausível que os homens que agredem as mulheres e/ou as companheiras sejam homens inseguros, dependentes emocionalmente de terceiros, possuam uma baixa autoestima e não consigam controlar os seus impulsos.

Deste modo, os agressores manifestam certas particularidades, experiências e situações específicas comuns para a maioria deles. Na realidade existe uma percentagem que foi vítima ou testemunha de violência, adotando esse comportamento como uma forma normal de se relacionar com o outro, considerando o seu parceiro como uma posse, considerando que tem o direito de controlar todos os aspetos da sua vida tornando-se patologicamente ciumento (Hotaling & Sugarman, 1986).

Segundo Hotaling & Sugarman (1986), o agressor tem uma imagem muito negativa de si, e após a agressão na maioria das vezes sente-se bem-sucedido, agindo de forma ameaçadora e onipotente e fortalecendo-se com cada ato de violência. Em geral, não aceita os atos cometidos como forma de proteção e tende a usar mecanismos de defesa na sua argumentação dos factos, tais como: a negação, a projeção, a justificação, a repressão e a minimização (Dutton, 1995).

Neste contexto, Laranjeira, Duailib & Pinsky (2005) realizaram um estudo para verificar se o álcool e a violência estavam relacionados e constataram que o consumo de álcool é um fenómeno que provoca situações de violência. Assim, a violência é um efeito do estado de alcoolismo, pelas alterações comportamentais que acarreta e leva ao descontrolo e agressividade, sendo que os sujeitos adictos têm uma maior vulnerabilidade a situações de desconforto que os sujeitos não-adictos, pois os consumos conduzem a um descontrolo do próprio sujeito (Soares & Cláudio, 2010).

#### **4.9 A violência doméstica e as representações sociais das mulheres brasileiras e dos portugueses**

No que refere às representações da comunidade brasileira em Portugal, a autoimagem da comunidade brasileira é predominantemente positiva (Xavier, 2007),

sendo as imagens e as relações marcadas por uma ambivalência entre a proximidade e o preconceito (Malheiros, 2007).

Para Machado (2003), existe um modelo chamado de “brasilidade” onde o brasileiro procura ser alegre, comunicativo e evidencia ter uma hipersexualidade.

A construção das representações sociais abrange as estruturas imaginárias e as simbólicas de qualquer indivíduo. No entanto, de acordo com estudos realizados por Machado (2003; Padilha, 2007; Xavier, 2007; Malheiros, 2007), a existência de preconceitos e de discriminação em relação às mulheres brasileiras, ao associarem estas à prostituição, acaba por condicionar o quotidiano das mulheres brasileiras que, mesmo sem ter em conta a sua aparência e classe social são, frequentemente, vista como uma possível prostituta (Machado, 2003).

De acordo com Padilha (2007:125) “ O tema da imagem da mulher brasileira em Portugal, em directa relação com o estereótipo da prostituta, não pode ser ignorado quando se fala da brasileira imigrante em Portugal”. A autora refere ainda num estudo realizado que “Nas entrevistas conduzidas, tanto homens como mulheres, concordaram que o tema é central e que influencia negativamente as experiências de migração, sobretudo as das mulheres”.

Esta representação de prostituta tem resultados diretos e indiretos no dia-a-dia destas mulheres brasileiras, podendo o preconceito contra as mulheres brasileiras chegar a influenciar também o homem brasileiro que, por vezes, tende a considerar as suas compatriotas da mesma forma (Padilla, 2007).

Na realidade, ainda que existam prostitutas brasileiras em Portugal, a maioria das mulheres brasileiras imigrantes trabalha na hotelaria, no atendimento em lojas e no sector doméstico (Machado, 2003), sendo portanto, esta generalização excessiva e não fundamentada.

De acordo com o artigo “A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise”, de Beatriz Padilla (2007), a autora realizou um estudo qualitativo no qual entrevistou mulheres brasileiras imigrantes em Portugal tendo abordado, designadamente, a história e projetos de migração; classe social; redes de apoio; legalização; género; etnicidade e trabalho, e concluiu que os brasileiros em Portugal

são vistos como brasileiros, isto é, são categorizados de uma forma singular, no qual a simpatia se torna a característica mais significativa dos brasileiros, no entanto, este estudo revelou que apesar de se pensar que os brasileiros em geral gostam de festa e estão sempre bem-dispostos, os homens brasileiros são considerados preguiçosos e malandros, e as mulheres enérgicas, exuberantes e fáceis.

Conforme refere Feldman-Bianco (2001), a produção de telenovelas brasileiras beneficia e estimula a imagem da mulher brasileira sensual. Inclusivamente, a imagem e o estereótipo sobre a brasileira existe no Brasil, em relação a certas mulheres, sobretudo as mulheres negras e mulatas (Padilla, 2001).

No artigo publicado “A relação entre os imigrantes brasileiros e os portugueses: a construção de imagens recíprocas” de Sandra Silva e Aline Schiltz, no livro *Imigração Brasileira em Portugal* (Malheiros, 2007) evidencia-se os estereótipos dos portugueses acerca dos brasileiros, através do qual é possível evidenciar que as representações maioritárias sobre os brasileiros estão ligadas à alegria e à prostituição (Silva & Schiltz, 2007).

No estudo realizado por Fernandes (2008) o qual analisou o quotidiano e as identidades das mulheres brasileiras que trabalhavam no atendimento ao público e em geriatria na região de Lisboa, a autora analisou, a forma como as brasileiras reconstroem as suas identidades a partir das imagens dos portugueses sobre elas, e destaca que “as brasileiras lidam com as imagens representativas sobre a mulher de forma plural” (Fernandes, 2008: 61).

#### **4.10 A violência doméstica e a agressão**

De acordo com os dados estatísticos da APAV (2014) em comparação com outros crimes, existe uma percentagem de 78,4% correspondentes a crimes de violência doméstica, tendo como principais causas, os maus-tratos psíquicos (37,2%) e físicos (25,3%).

No *Inquérito Nacional sobre Violência de Género (2009)* o tipo de violência que mais se destaca é a violência de natureza psicológica, física e por último a sexual. No

que diz respeito ao contexto da vitimização, importa referir o local da ocorrência mais frequente, isto é, relativamente à violência psicológica e física, o espaço da casa permanece como sendo o local mais frequente de vitimização das mulheres,

Num estudo realizado por Casimiro (2002) sobre as representações sociais da violência doméstica foram realizadas 30 entrevistas a um grupo de mulheres casadas ou que vivem numa relação conjugal, com filhos pequenos, que residem em meio urbano e correspondendo a classes sociais distintas, e constatou-se que em relação à percepção da violência conjugal, as mulheres do grupo social mais desprotegido consideram a prática da violência doméstica como sendo particularmente masculina, que envolve a agressão física como o único desígnio de ferir a mulher. Este grupo de mulheres encara a violência conjugal como um destino adotando uma postura passiva e submissa, dando ao homem o papel de dominador e agressivo.

As mulheres que pertencem a um grupo social favorecido mencionam a violência verbal, sexual e psicológica, e ainda que reconheçam a dimensão física, fazem-no de uma forma subtil (Casimiro, 2002).

Deste modo, verifica-se que a violência conjugal se encontra em diversos patamares em ambos os meios sociais, onde é possível perceber uma maior complacência em relação à violência por parte das mulheres com escolaridade mais baixa e com uma profissão menos qualificada (Casimiro, 2002).

Enquanto as mulheres de classes sociais desfavorecidas encaram a violência física como sendo o aspeto mais grave, consentindo a violência verbal e psicológica, verifica-se que o grupo oposto encara a violência verbal como um tipo de violência grave, considerando ainda mais grave a violência psicológica quando lhes são impostas determinadas ideias e vontades, quando não há consideração pela privacidade e pela falta de diálogo (Casimiro, 2002).

Em sumula, é possível constatar a existência de duas concepções sobre a violência conjugal e a forma como esta é sentida e compreendida, isto é, as mulheres do meio social desfavorecido adotam um papel de submissas e legitimam a representação por parte do homem como o dominador, sendo a este permitido até por vezes a agressão (Casimiro, 2002).

As mulheres do meio social privilegiado vivem o casamento como sendo uma relação de companheirismo, partilha e respeito, encaram a vida conjugal como uma forma de realização pessoal, onde têm como princípios a partilha dos direitos e deveres (Casimiro, 2002).

Neste estudo e ponderando outros aspetos, verifica-se também que as mulheres mais jovens, com nível de escolaridade mais elevado, pertencendo a um estrato social médio e alto, e com uma profissão ao nível dos quadros superiores, são alvo de menor discriminação. Por outro lado, as mulheres menos jovens, com nível de escolaridade mais baixo e de regiões não urbanas, são as que apresentam uma maior vulnerabilidade a situações de discriminação e de violência doméstica (Casimiro, 2002).

#### **4.11 A violência doméstica e as estratégias de *coping***

As estratégias de coping são ações ponderadas, conscientes, que podem ser compreendidas, usadas e rejeitadas e cujo objetivo é lidar com o stress percebido (Ryan-Wenger, 1992). Assumem-se através de um processo flexível e intencional e guiado para o futuro, na procura do alívio do stress (Ryan-Wenger, 1992).

Deste modo, a pessoa ao perceber a situação stressante, experimenta uma sensação emocional desagradável, procurando adotar estratégias que diminuam o seu sofrimento (Lisboa *et al.*, 2002).

Considerando que o processo de *coping* se baseia na interação entre o sujeito e o seu ambiente, é relevante realçar que as estratégias variam de acordo com os contextos nos quais o sujeito interage, bem como com as suas características pessoais, sendo que os fatores situacionais influenciam as respostas de *coping* e determinam mudanças nos tipos de estratégias utilizadas pelo sujeito (Lisboa *et al.*, 2002).

Assim sendo, o contexto é essencial na escolha das alternativas e dos recursos para lidar com as dificuldades, sendo as estratégias de *coping* antecipadas por mecanismos de avaliação pessoal e ambiental (Lisboa *et al.*, 2002).

As mulheres vítimas de violência doméstica utilizam diversas estratégias para reduzir ou eliminar ameaças à sua segurança física e bem-estar emocional. Estas estratégias de *coping* envolvem variáveis individuais e ambientais, sendo que as estratégias usadas dependem das crenças, habilidades e apoio social de cada sujeito (Ravagnani, Domingos & Miyazaki, 2007).

Têm sido usadas diferentes categorizações para as estratégias de *coping*, tais como, a ação agressiva; a evitação, (fugir da situação); distração, (adiar a necessidade de lidar com o agressor); procura de apoio social; ação direta, (tentar resolver o conflito); inação; aceitação; reavaliação positiva; autocontrole; e a expressão emocional (Dell'Aglio & Hutz, 2002) bem como, a evitação, cooperação social, apoio emocional agressividade, exploração social e hostilidade (Lopez & Little, 1996).

Löbmann *et al.*, (2003) ao investigarem o *coping* e a violência doméstica contra a mulher verificaram que existem vários mecanismos capazes de suavizar o impacto negativo da vitimização pela violência.

Diversas reações e efeitos podem ser observados entre as vítimas de violência, sendo desenvolvidas pelas estratégias de *coping* usadas, ou pela falta delas (Löbmann *et al.*, 2003).

De acordo com Löbmann *et al.* (2003), é essencial que se encare o processo de *coping* em todos os campos de pesquisa sobre a violência doméstica contra a mulher. Num estudo realizado por Parker & Lee (2007), realizado na Austrália sobre a relação existente entre as estratégias de *coping* e a saúde psicológica das mulheres vítimas de violência doméstica, constatou-se que existem evidências de que os resultados da violência são influenciados por essas estratégias.

Noutro estudo, efetuado por Meneghel *et al.*, (2003), verificou-se que as estratégias de enfrentar a violência que os sujeitos do estudo mais utilizaram, no dia-a-dia, foi o apoio do grupo familiar, usualmente, constituído por outras mulheres, como mães, avós, tias ou vizinhas, bem como, abstinência sexual, a separação e a reconstituição da família, apesar de em variados casos a situação de violência se repetir com outro companheiro.

Na situação de violência doméstica, os companheiros evitam falar sobre os acontecimentos e em algumas situações explicam-nos como episódios isolados, repudiam a sua própria responsabilidade e contestam a gravidade do seu comportamento; as mulheres reprimem as recordações, evitam a reflexão sobre os acontecimentos como uma estratégia de *coping* centrado na emoção, evitam determinados assuntos, situações e formas de comportamento que, segundo o seu ponto de vista, teriam potencial para desencadear a violência (Löbmann *et al.*, 2003).

Importa referir que de acordo com Löbmann *et al.*, (2003), as mulheres agredidas que tiveram comportamentos assertivos em situações de conflito com seus companheiros, demonstraram maior disposição no uso da violência como atitude de defesa, além de maior probabilidade de deixar os seus companheiros do que as mulheres que não resistiram.

Alguns estudos qualitativos investigam o processo de rutura da relação violenta, como sendo um processo longo, com ruturas prévias e que envolvem etapas de preparação (Enander & Holmberg, 2008). Deste modo, antes da rutura decisiva, as mulheres analisam a relação, tentam combater o problema e incrementam estratégias por adaptação ou para acautelar o agravamento da violência (Enander & Holmberg, 2008).

#### **4.12 A violência doméstica e o processo emocional**

O amor é uma construção social que pode ser representada como uma experiência emocional não universal que é determinada de forma distinta em função das culturas onde tem lugar. Deste modo, os significados do amor dependem da sua história, da temporalidade e das especificidades culturais que estão subjacentes à sua conceptualização (Beall & Sternberg, 1995).

O amor para além de ter uma conceção multidimensional é também um produto social e dedutivo, onde as narrativas que construímos e que enumeramos sobre o amor acabam por ter uma matriz cultural, sendo histórias singulares, acabando por ter uma função social regularizadora. O amor é visto como um motor de ação

social, porque permite no contexto dos valores e das ideologias das sociedades atuais, construir novas relações sociais (Beall & Sternberg, 1995).

No âmbito do Projeto de Investigação - *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica* e da Dissertação de Doutorado - *Para um Direito Sem Margens: A defesa dos direitos das mulheres contra a violência* (Duarte & Oliveira, 2012) foram entrevistadas 30 mulheres vítimas de violência doméstica. Neste trabalho analisou-se as idades, a origem geográfica e a classe social e constatou-se que o caminho percorrido por estas mulheres é um trajeto longo e solitário. O medo de retaliações, o sentimento de vergonha, as questões económicas, o receio de perder os filhos contribuem para que a violência doméstica perdure no espaço familiar e não seja denunciada. Importa acrescentar que no caso das mulheres imigrantes o caminho percorrido até à denúncia pode ser ainda mais demorado por estarem por vezes sozinhas e sem suporte social, sendo que o isolamento, por vezes, contribui para uma ignorância dos seus direitos (Duarte & Oliveira, 2012).

Neste contexto, segundo Antunes (2002), são frequentemente referidos três grupos de fatores que contribuem para a violência doméstica, tais como, o isolamento, quer geográfico, físico, afetivo e social, a influência moral e a divisão.

Importa referir que a importância da vinculação na violência doméstica é mencionada por diversas evidências, as mulheres vítimas de violência doméstica interpretam a violência como um sinal de amor e quando ocorre a primeira agressão, tende a coincidir com períodos de transição de um nível de intimidade para outro, por exemplo, no casamento e na gravidez; e por fim, a maioria dos agressores não são violentos fora do contexto da relação conjugal, praticando a violência somente sobre aqueles que lhes são mais íntimos (Antunes, 2002).

As contrariedades sociais e familiares que a mulher encara, pelo desejo de acabar com a violência doméstica mantendo a relação afetiva, fazem com que mantenha a vivência de uma relação perturbadora durante muitos anos com a esperança de que a violência acabe (Gelles & Straus, 1988).

#### 4.13 A violência doméstica e o suporte social

O suporte social pode se entendido como “a existência ou disponibilidade das pessoas que se pode confiar, pessoas que nos mostram que se preocupam conosco, nos valorizam e gostam de nós” (Sarason *et al.*, 1983, *apud* Ribeiro, 1999: 127).

Deste modo, existem diferentes tipos de suporte social, o psicológico é aquele que transmite informação e o não psicológico é o que está ligado à componente social (Cohen & Mckay, 1984). Portanto, a percepção de suporte social é, essencialmente, um fato cognitivo, que caracteriza um ponto de vista abstrato da rede social, sendo influenciado por diferenças individuais e pelas relações precoces, sobretudo as que se incrementam com as figuras parentais (Cohen & Mckay, 1984).

Desde logo, é de constatar que os amigos são um grupo de grande importância até à puberdade, momento em que este grupo detém um predomínio na relação com a família. Estudos demonstram que esta fase da vida é onde o grupo obtém as relações de amizade, onde são edificadas e fundamentadas como fontes de suporte social (Silva, 2003).

Deste modo para Sagim *et al.*, (2007) o suporte social é um dos fatores que levam a vítima de violência doméstica à incapacidade de encarar a violência.

A família é um conceito privado, fonte de bem-estar e lugar de desenvolvimento, no sentido do respetivo crescimento dos membros que a compõem. Apesar da importância da família, enquanto núcleo de socialização, não deva ser menosprezada, o excesso de confiança nas suas competências formadoras pode levar a esforços de defesa da unidade familiar, mesmo quando alguns dos seus membros são vítimas de outros (ONU, 2003).

A família como unidade intacta pode, nos casos da violência doméstica, possibilitar que esta tenha precedência em relação aos interesses do indivíduo que a integra. O direito a encontrar-se livre da ameaça, ou da sua materialização, da violência doméstica estabelece um direito básico elementar, que assiste a qualquer ser humano (ONU, 2003).

Importa referir que o conceito de família é polissêmico, limitando-se como núcleo familiar elementar e ampliando-se como grupo de indivíduos ligados entre si por laços consanguíneos, consensuais ou jurídicos, que criam fortes vínculos de parentesco (Carvalho & Almeida, 2003).

A família, enquanto instituição social fundamental é considerada indispensável para a socialização e para a sobrevivência dos indivíduos. Consagra, através da sua construção, práticas culturais, práticas económicas, e de reciprocidade de gerações, produz, agrega e partilha recursos para o contentamento das necessidades fundamentais das pessoas sendo espaços de afeto e de solidariedade (Carvalho & Almeida, 2003).

Deste modo, a violência na família hipoteca o futuro dos adultos saudáveis, ao nível físico e mental, porque as implicações sobre os indivíduos maltratados podem perdurar ao longo de toda a vida (Ramos, 2004).

A violência sobretudo entre os pais é um fator acrescido que predispõe as mulheres, a que na idade adulta tolerem situações de violência, impostas pelos maridos e companheiros, porque integram estes comportamentos como normais nas relações afetivas (Gelles & Straus, 1988; Ramos, 2004; Calvino, 2007).

Todos os indivíduos recebem de herança tudo quanto as gerações anteriores obtiveram ao longo dos anos, difundidos não só pelos genes, mas também pelas tradições e os saberes que são transmitidos de geração em geração (Dias, 2004).

Deste modo uma família onde as situações de violência doméstica ocorrem pode apenas revestir um tipo de violência ou pelo contrário coexistirem diferentes tipos, bem como diversas consequências (Dias, 2004).

Para a mulher vítima de violência doméstica são as noites e os fins-de-semana, os períodos mais perigosos e críticos, porque são os momentos em que a família passa mais tempo reunida, sendo o quarto e a cozinha os espaços mais favoráveis a agressões (Dias, 2004).

Importa referir que existem muitas mulheres com filhos que, por isolamento, provocado por questões geográficas, sociais e económicas permanecem vários anos ligadas a companheiros que as violentam física e psicologicamente (Dias, 2004).

As mulheres mantêm a esperança de uma mudança no comportamento violento dos seus cônjuges, sendo que muitas vezes têm medo de ficar ou de abandonar a relação. O medo de perder os filhos ou das ameaças de morte ou suicídios pesam no processo de tomada de decisão. É por causa dos filhos que as mulheres permanecem na relação, ou após uma saída, voltam a casa, admitindo que os filhos devem ser educados num ambiente harmonioso, estável e equilibrado, mas é também por essa razão e pelos filhos que muitas abdicam da relação violenta, sobretudo quando os filhos passam também a ser vítimas (Dias, 2004).

Deste modo, cada família tem uma entidade cultural, responsável por adaptar os comportamentos de cada membro, em cada momento, seja ele simples ou problemático, que emergem ao longo da história familiar (Bayle & Martinet, 2008).

Cada membro de uma família procura nela o seu bem-estar e a felicidade pelo que quando aparece uma desilusão ou decepção, é uma experiência vivida com infelicidade e numa escala que é variável, consoante o investimento afetivo realizado na própria família (Bayle & Martinet, 2008).

A família, nos dias de hoje, apresenta uma valorização da vida emocional e afetiva, particularmente, pela ocorrência de mudanças socioculturais, tecnológicas, ambientais, políticas e religiosas. A família está constantemente em mutação, não se revelando unida e sólida, e os únicos que parecem subsistir à rutura familiar e ao tempo, são os laços fraternos (Bayle & Martinet, 2008).

A família torna-se um espaço seguro para prosperar, quando existe um ambiente salutar nas relações determinadas entre os membros que a constituem, onde existem relações de afeto e de compromisso (Macedo, 1994).

Porém, a casa por vezes converte-se num ambiente de perigo iminente e de medo, tornando-se num fator impeditivo para um bom desenvolvimento familiar, sobretudo no que se refere ao sentimento de proteção, segurança, estabilidade emocional, consistência e eficácia das práticas educativas (Neves & Romanelli, 2006).

Nesta perspetiva, segundo Almeida, André & Almeida (1999), o ambiente familiar pode tornar-se como um espaço singular à violência doméstica, sendo a

família um meio gerador de violência, onde deveria ser fonte de amor e não de agressão e de força (Santos & Costa, 2004).

Assim, poderá dizer-se que a violência doméstica é uma decepção à crença na família, uma vez que neste espaço apenas deveria existir amor e afeto (Neves & Romanelli, 2006).

Deste modo, o espaço doméstico que deveria ser entendido como um abrigo, é considerado como um local de insegurança e de risco, levando a que a vítima sinta que tem pouco controlo sobre a sua vida (Machado, Gonçalves & Matos, 2004).

A temática da violência doméstica encontra-se bem presente nas sociedades contemporâneas, no entanto, subsistem variadas obstruções que por vezes, não possibilitam o seu conhecimento mais aprofundado, como por exemplo, o silêncio das vítimas, a proximidade das mulheres vítimas de violência doméstica com os agressores, o sentimento de incapacidade ou a própria ignorância da vítima e a vergonha que estas mulheres sentem diante a situação que vivem (Machado, Gonçalves & Matos, 2004).

Apesar do sofrimento da vítima, esta patenteia muitas vezes dificuldades em encontrar ajuda, quer seja pelas ameaças que sofre, quer pela falta de perspectivas e capacidade em encontrar opções para sair da situação em que se encontra (Neves & Romanelli, 2006).

Segundo Manita (2005) o fenómeno da violência doméstica é complexo, uma vez que ocorre nas relações íntimas sendo que entre o agressor e a vítima existe uma enorme proximidade.

Importa acrescentar que apesar da violência doméstica ser entre o casal, também existem consequências para toda a família, nomeadamente, para os filhos. Neste sentido, a dinâmica familiar é modificada, alterando-se o modo como comunicam e como manifestam os seus afetos (Neves & Romanelli, 2006).

Para Martins *et al.*, (2007) a violência na família aniquila o sistema familiar, tanto ao nível dos afetos, como no desenvolvimento social e psicológico, sendo que a violência doméstica diminui a confiança que é fundamental à vida familiar e perturba todas as relações familiares, sendo um fator destrutivo. Assim sendo, a violência

doméstica na família revela-se uma ocorrência aversiva e causadora de stress no seio familiar e, logicamente, determina modificações no sistema dos papéis, nas práticas e no poder (Martins *et al.*, 2007).

Deste modo, conforme refere Costa (2009), a família é vista como a primeira rede de apoio social, uma vez que é nesta rede de apoio social que são formados os primeiros laços e vínculos.

#### **4.14 A violência doméstica e a tolerância**

Dado que os tribunais solicitam indícios de culpa para a acusação do acusado, pode revelar-se difícil obter a condenação nestes casos. Isto é, os crimes que acontecem em família manifestam sérias dificuldades de obtenção de provas, visto tratar-se de crimes privados, sendo que a vítima é, muitas vezes, a única testemunha (ONU, 2003).

A prova da vítima é, por isso, essencial para acusar o réu. Na maioria das situações, a vítima continua a coabitar com o acusado e tem contacto com agressor, antes do julgamento ter lugar. Esta situação torna a vítima suscetível a ameaças e a diversos pedidos de retirada de queixa ou de prestação de depoimento favorável em julgamento (ONU, 2003).

Muitas pessoas têm a falsa impressão de que existe um número elevado de mulheres vítimas de violência doméstica que retira a acusação sobre o companheiro ou que nega prestar depoimento contra o próprio, em julgamento (ONU, 2003).

Este equívoco é na maioria das vezes, usado para evidenciar a inação do sistema judicial em casos de violência doméstica. Porém, alguns estudos apontam que a retirada de queixas, por parte da vítima de violência doméstica, não é superior à que se identifica noutro tipo de crimes (ONU, 2003).

Importa referir que a função da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) na resposta à violência doméstica, na maioria dos casos, é muito problemática, por exemplo, o acesso da Polícia de Segurança Pública ao domicílio privado é exíguo. Esta limitação é um princípio referido nos documentos

sobre os Direitos Humanos a nível internacional, sendo uma relevante garantia de proteção da vida de qualquer ser humano contra a interferência arbitrária do Estado. No entanto, em contexto de violência doméstica sobre a mulher o restrito cumprimento destes princípios pode proteger o agressor, à custa da vítima (ONU, 2003). Isto é, na ausência de autorização de busca, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana estão impedidas de entrar no domicílio.

Importa salientar, ainda, que, quando o estatuto legal da mulher imigrante está dependente do seu marido, companheiro e empregador, a probabilidade da mulher vítima de violência doméstica consentir as agressões em silêncio por parte de qualquer um deles, é maior (Duarte & Oliveira, 2012).

As mulheres imigrantes podem não estar preparadas a cooperar em nenhuma estratégia assente na criminalização, uma vez que suspeitam do sistema criminal, do qual querem proteger os respetivos companheiros, não obstante serem agressores (Duarte & Oliveira, 2012).

Deste modo, de acordo com Duarte & Oliveira (2012), estas mulheres encaram problemas adicionais, pois têm consciência que ao procurarem proteção policial, estão a sujeitar o agressor a um sistema de justiça criminal, por vezes racialmente preconceituoso.

A violência doméstica sendo encarada como um crime público, deve ser assumida como comprometimento de toda a comunidade e não somente de alguns serviços intervenientes, no sentido da proteção das vítimas de violência doméstica.

É indispensável formar os profissionais, para que na prática das suas funções se sintam preparados para participar e auxiliar as vítimas de violência doméstica, porque em alguns casos assiste-se a demoras na decisão do problema, levando a que todas as expectativas da mulher, em ver o seu sofrimento terminado, sofra uma decepção, às quais é ainda muitas vezes aconselhado o perdão (Silva, 1995).

Esta situação é propícia para que o agressor se aperceba que o seu comportamento não é condenado ficando a mulher desprotegida (Gelles & Straus, 1988). Num estudo realizado nos EUA constata-se que a probabilidade do agressor ser detido é baixa, além de uma justiça que se mantém complacente em relação ao

agressor, com a justificação de não quererem incentivar a destruição de laços familiares construídos (Gelles & Straus, 1988).

## **Parte II – Investigação empírica**

## **Parte II – Investigação empírica**

### **Capítulo V – Metodologia de investigação**

#### **5.1 Definição e delimitação do objeto de estudo**

O objeto de estudo incidiu nas representações sociais e na violência doméstica.

Assim sendo, pretendeu-se investigar as representações sociais de um grupo de mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica.

#### **5.2 Objetivo do estudo**

Este estudo tem como objetivo principal analisar, identificar e compreender as representações sociais de um grupo de mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica.

#### **5.3 Formulação do problema de investigação**

Em função do objetivo principal para este estudo, colocou-se a seguinte questão de investigação: Que representações sociais possuem as mulheres migrantes brasileiras vítimas da violência doméstica e, nomeadamente, como se relacionam essas representações?

#### **5.4 Fundamentos metodológicos**

O método de investigação que foi utilizado neste estudo foi o qualitativo, dado que se pretende valorizar as perspetivas das mulheres migrantes brasileiras sobre os seus mundos, assim como, realizar uma abordagem interpretativa em que as questões, hipóteses ou categorias de observação, não estão totalmente formuladas ou pré-determinadas.

Como salienta Albarello (1997), às pesquisas qualitativas não importa a representatividade, mas sim, a magnificência da diversidade permitida, pelos vários sujeitos e a coerência com os objetivos estabelecidos.

Neste estudo pretende-se estudar o passado e o presente das mulheres migrantes brasileiras, compreendendo a sua experiência e a interpretação da vida diária, bem como compreender os significados que atribuem ao fenómeno da violência doméstica.

Assim sendo, importa referir que o método qualitativo apresenta, muitas vezes, a particularidade de ser indutivo, porque as hipóteses, as questões de partida, apoiam-se na investigação de campo, sendo a análise qualitativa um meio de descoberta e de construção "(...) de um esquema teórico de inteligibilidade, e não tanto numa óptica de verificação ou de teste de uma teoria ou de hipóteses preexistentes" (Albarello *et al.*, 1997:117).

Neste estudo pretende-se privilegiar os testemunhos pessoais através das memórias, porque a partir da linguagem das participantes pretende-se compreender e refletir as narrativas fornecendo-lhe algum sentido e significado, e reconstruindo o passado através da memória.

Neste sentido, o percurso metodológico para este estudo foi constituído pelas seguintes etapas:

1. Revisão da literatura nacional e internacional e de estudos empíricos relacionados com a migração brasileira, com o género, com as representações sociais e com a violência doméstica;
2. Realização de entrevistas com as participantes do estudo na Associação de Apoio à Vitima em Lisboa e no Centro de Atendimento da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em Almada;
3. Análise de conteúdo das entrevistas, visando a sua descrição e interpretação.

Importa referir que um dos aspetos que qualifica a investigação das representações sociais é o facto de não distinguir nenhum método de investigação particular. Trata-se de uma tendência muito diversa e não prescritiva no que respeito à

metodologia. No entanto, a maioria dos investigadores favorece os estudos de terreno em detrimento dos estudos de laboratório (Albarello, 1997).

Conforme refere Farr (1992:85) “As representações sociais, pela sua natureza, devem estar situadas na cultura e na sociedade e não dentro do laboratório. Elas devem ser observadas “*in situ*”, isto é, no terreno”. Logo as representações sociais não podem ser analisadas num vazio cultural e temporal.

Neste contexto, foi-se estabelecendo, ao longo dos anos, o desígnio de que as metodologias de estudo das representações sociais, não têm necessariamente de ser de um, ou de outro tipo. Deste modo, para Moscovici (1989), as metodologias de estudo necessitam de ser adaptadas aos objetos de estudo e devem abranger uma relevante dedicação à explicação, antes da sua explicação.

#### **5.4.1 Amostra**

Tendo em conta o objeto de estudo, bem como o problema a investigar, foram entrevistadas, um total de 10 mulheres brasileiras migrantes vítimas de violência doméstica.

Analisando em concreto a amostra, verifica-se que as mulheres têm idades compreendidas entre os 31 e os 70 anos, apresentando uma média de idades de 41 anos. As habilitações literárias variavam entre o 6.º e o 12.º ano de escolaridade, sendo que a maioria das participantes terminou o 12º ano.

Apenas três das mulheres são solteiras, sendo que as restantes estão divorciadas (6 mulheres) e uma mulher está casada. Com exceção de uma das mulheres que tinha 4 filhos, a maioria tem um ou dois filhos e vivem com os seus respetivos filhos. As ocupações profissionais são diversas: encarregada de limpeza, vendedora de móveis; cosméticos, pastelaria, ajudante de cozinha, isto é, na sua maioria as mulheres desempenham profissões pouco qualificadas e com remuneração baixa, estando 4 mulheres no desemprego. São maioritariamente evangélicas (5 mulheres), católicas (4 mulheres) e uma é cristã, apesar das católicas também serem

cristsãs e ocupam os seus tempos livres em caminhadas, vão à igreja, pintura, com a família, vão ao cinema e ouvem música brasileira.

#### **5.4.2 Procedimentos**

O critério de seleção da amostra foi o da escolha de qualquer mulher que fosse de nacionalidade brasileira, tivesse sofrido de violência doméstica, e que acedesse a participar nesta investigação, de acordo com a observância dos princípios morais e éticos.

A realização das entrevistas foi precedida por um contato telefónico com as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica pelo Centro de Atendimento da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em Almada e pela Associação de Apoio à Vitima em Lisboa (APAV) e, posteriormente, foi comunicado ao investigador o dia e a hora da realização das entrevistas, tendo o processo decorrido em local tranquilo com a presença unicamente do entrevistador e do entrevistado.

Há a salientar que foram contactadas algumas entidades, tais como, a Associação Comunitária, a Casa do Brasil de Lisboa, a Claii do Laranjeiro, a CPCJ de Almada, a Embaixada do Brasil em Lisboa e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tendo estas entidades recusado o pedido de colaboração.

Foram escolhidas estas instituições, porque são as que estão mais próximas das comunidades imigrantes e que prestam aos imigrantes todo o apoio de que necessitam.

Importa referir que para garantir o sucesso das entrevistas foi seguido um conjunto de padrões de atuação, sobretudo, antes, durante e depois da entrevista.

O esclarecimento do propósito e dos objetivos da investigação foram salvaguardados, bem como a solicitação para a gravação das entrevistas e a garantia de anonimato, a cada entrevistada foi entregue o consentimento informado, onde foi explicado o âmbito da entrevista e requerida a permissão de realização e gravação da mesma

O processo de gravação permitiu a transcrição total e na íntegra do conteúdo das entrevistas permitindo a sua codificação e análise subsequente.

As entrevistas foram realizadas entre 13 de Março e 30 de Julho de 2015 e tiveram a duração, sensivelmente, de 60 minutos.

As entrevistadas foram informadas da total disponibilidade para a devolução das entrevistas após a sua transcrição, com o intuito de estas aferirem a sua precisão, facto que acharam não ser necessário.

### **5.4.3 Instrumentos de recolha de dados**

Os instrumentos de recolha de dados devem ser escolhidos de acordo com o paradigma e tipo de estudo desejado, no sentido de permitirem um alcance de dados conciliável com os objetivos da investigação (Albarello, 1997).

De acordo com a metodologia de investigação adotada para este estudo, o instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista.

Neste sentido, para a recolha dos dados, procedeu-se à construção de um guião que foi construído, com base nos objetivos que decorreram da problemática do estudo, tendo sido a entrevista estruturada e individualizada em seis grandes capítulos: a identificação; situação antecedente ao projeto migratório para Portugal; projeto migratório em Portugal; representações sociais dos portugueses face aos brasileiros; história da violência doméstica e os projetos de vida.

De seguida, explicam-se os blocos de análise, de um modo mais extenso, para que sejam compreendidos.

O primeiro bloco de análise compreende a caracterização sociodemográfica das participantes e pressupõe delinear o perfil biográfico das mesmas. Para tal, foram recolhidos os seguintes dados: nome, idade, cidade de origem, estado civil, escolaridade, local de residência, número de filhos, pessoas com quem vive, ocupação profissional, local de trabalho, remuneração mensal, religião, clube desportivo e tempos livres.

O segundo bloco de análise intitula-se *Situação antecedente ao projeto migratório para Portugal*, e pretende aferir se Portugal para as mulheres foi a primeira escolha para o projeto migratório, o que faziam profissionalmente antes do projeto migratório, qual a remuneração que auferiram no Brasil em comparação com a atual, e quais as condições de trabalho, de vida, familiar, social, cultural e de segurança que possuíam no Brasil.

O terceiro bloco, intitulado *Projeto migratório em Portugal*, tem como objetivo compreender quais foram as razões para a escolha de Portugal como país de destino; há quanto tempo estão as entrevistadas em Portugal; que autorização de permanência detém; como decorreu o processo de integração em Portugal e se tiveram apoio pelo facto de terem imigrado.

*Representações Sociais dos Portugueses* é o título do quarto bloco de análise do guião. Este bloco de análise focou-se, principalmente, nas representações sociais dos portugueses e dos brasileiros.

O quinto bloco, intitulado *História da Violência Doméstica*, focou-se, principalmente, na questão de como as mulheres vivem a situação de violência doméstica. Trata-se de aferir sobre os impactos causados pela violência doméstica, sobretudo que tipo de agressão, qual a ocorrência, o seu início, a causa e o comportamento do agressor.

O sexto bloco, intitulado *Projetos*, pretende compreender se as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica possuem projetos de vida a curto, a médio e a longo prazo.

Importa referir que este guião foi posteriormente testado em termos de duração e compreensão das questões com uma mulher migrante brasileira vítima de violência doméstica, tendo-se procedido a pequenas alterações de acordo com o *feedback* obtido pela participante, no entanto, importa referir que este guião permitiu um encadeamento das questões, de forma adequada ao objetivo de estudo.

#### **5.4.3.1 As Entrevistas**

A entrevista é uma das técnicas mais usadas na investigação social, sobretudo em contexto da metodologia qualitativa e permite maior liberdade de expressão aos entrevistados (Carmo & Ferreira, 2008).

Conforme referem Carmo & Ferreira (2008:144) “A entrevista é recomendável nos casos em que o investigador tem questões relevantes cuja resposta não encontra na documentação disponível ou que tenha encontrado, não lhe parece fiável, sendo necessário comprová-lo”.

Deste modo, a técnica de recolha de dados por entrevista possibilita de acordo com Carmo & Ferreira (2008:126) “(...) abrir a área livre entre dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador”, sendo o instrumento mais indicado quando se pretende estudar as representações sociais, porque possibilita delimitar sistemas de representações, valores e normas (Albarello, 1997).

Ao nível da profundidade, a entrevista possuiu liberdade no diálogo e profundidade nas temáticas, através de perguntas fechadas, dado que se pretendeu que a entrevista tivesse perguntas focalizadas sobre os conhecimentos e opiniões das mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica.

Na preparação para a entrevista foi elaborado um guião com base no referencial teórico do estudo e que incluiu as variáveis sociodemográficas, previamente já referidas.

Foi importante incluir estas variáveis demográficas, porque permitiram contextualizar e caracterizar as mulheres nos aspetos relacionados com determinados dados sociodemográficos, o que foi uma mais-valia para o estudo e permitiu operacionalizar as variáveis sociodemográficas em perguntas adequadas com as metas. Estes dados são úteis também na medida em que concedem uma visão geral da caracterização da amostra em estudo, possibilitando o aumento do conhecimento ao nível da caracterização das mulheres vítimas de violência doméstica.

## **5.5 Apresentação e análise de dados**

Após a realização das entrevistas procedeu-se à transcrição e leitura atenta das entrevistas. E em seguida procedeu-se à análise de conteúdo.

Conforme refere Spink (1995), a recolha de dados envolve o levantamento dos contextos sociais e dos conteúdos históricos dos grupos estudados, sendo uma análise concentrada na totalidade do discurso, e demorada.

O trabalho de interpretação do discurso seguiu os seguintes passos: transcrição da entrevista, leitura e escuta, alternando a escuta de material gravado com a leitura do material transcrito.

Nesta etapa foi necessário estar atento às características do discurso, por exemplo, às versões contraditórias, aos detalhes, tais como os silêncios, hesitações, lapsos, retórica, ou a organização do discurso de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos.

Por fim, e tendo assegurado os aspetos gerais da construção do discurso foi necessário, retornar aos objetivos do estudo e, sobretudo, definir claramente o objeto da representação.

Face à metodologia adotada para este estudo foi utilizada a análise de conteúdo, porque a mesma, permite analisar narrativas, sendo uma técnica utilizada para analisar dados verbais e visuais, recolhidos através da entrevista.

Conforme refere Bardin (1977:42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Para Quivy & Campenhoudt (2003:227) este é um método que possibilita “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade”, bem como sistematizar e explicitar a informação contida nas entrevistas, tendo por objetivo a elaboração de categorias e classificações pertinentes com vista à construção e interpretação de um campo concetual.

Deste modo, segundo Bardin (1977:95), “(...) o processo de análise qualitativa pressupõe diferentes fases de análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Assim, procedemos à leitura dos discursos das mulheres permitindo identificar os dados pertinentes e foi nesta etapa que se permitiu explorar as entrevistas e criar as primeiras impressões, seguindo-se uma leitura mais atenta, cuidada e precisa.

Primeiro, procedemos a uma análise, examinando os diferentes temas abordados, seguindo-se uma análise aos diferentes temas e diferentes formas, como estes surgem no discurso das mulheres.

A fase seguinte foi codificar a qual Bardin (1977:103-104) refere constituir “ o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo”.

Deste modo, a organização da codificação possibilita variadas opções tendo incidido na identificação de temas e categorias gerais, seguindo uma abordagem principalmente dedutiva, quanto a temas e categorias definidas *a priori* (Bardin, 1977).

Neste sentido, seguimos neste processo de categorização, o critério semântico, utilizando como unidade de registo, o tema.

Neste contexto importa referir que segundo Quivy & Campenhoudt (2003: 228) a análise temática tenta “revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso”.

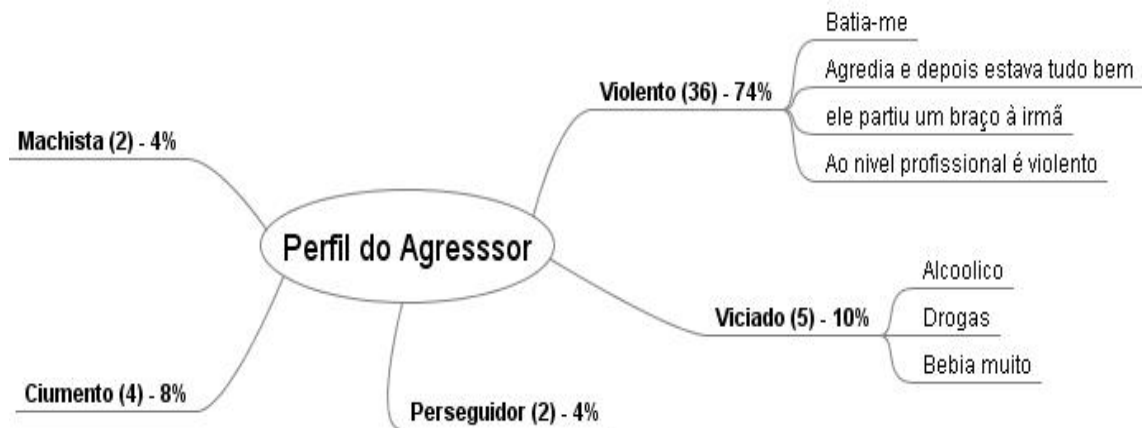
Todas estas etapas mostraram-se decisivas para a simplificação e redução dos dados, de modo a possibilitar fazer inferências sobre as mensagens sistematizadas e inventariadas e conduzir à interpretação dos dados obtidos.

Para o tratamento informático foram analisados os dados nos softwares gratuitos *TEXTSTAT 2.9* e no *FREEMIND 1.1.0*.

Deste modo relativamente a cada categoria apresenta-se a respetiva frequência e percentagem, numa vertente quali-quantitativa que resultou da descrição do conteúdo das entrevistas.

Os quadros seguintes ilustram a categorização efetuada após a análise das entrevistas.

**Quadro: 5.1 Categorização do perfil do agressor**



Relativamente à categoria do perfil do agressor (Quadro 5.1), verifica-se que o perfil do agressor é predominantemente violento (74%), viciado (10%), ciumento (8%), machista (4%) e, por último perseguidor (4%).

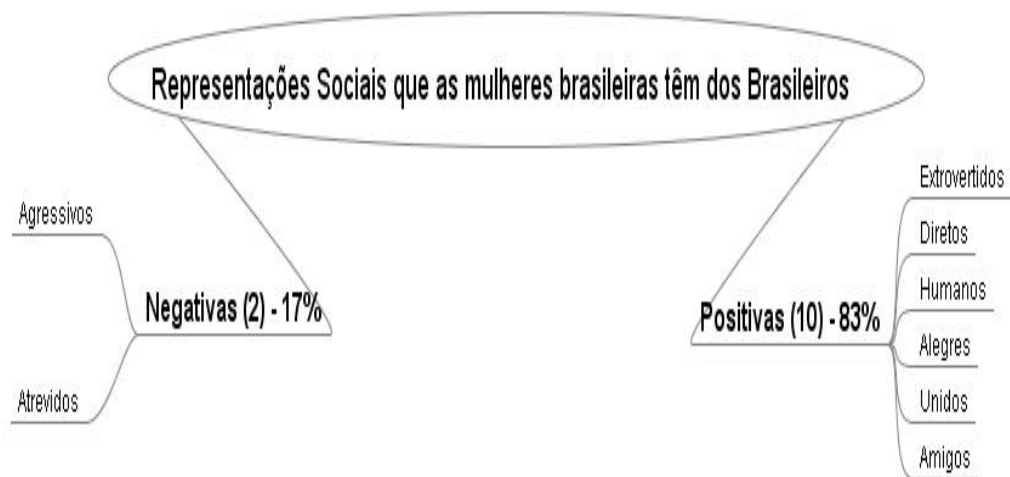
**Quadro: 5.2 Categorização dos projetos futuros**



Relativamente à categoria projetos futuros (Quadro 5.2), verifica-se que as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica pretendem viver o dia-a-

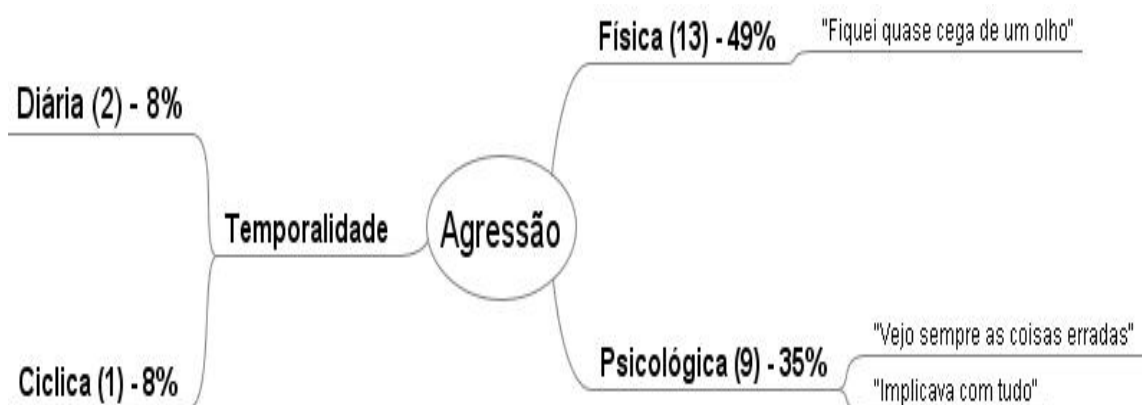
dia (34%), voltar ao Brasil (21%), estudar (13%), serem felizes (8%), terem estabilidade (8%), terem trabalho (8%) e viajar (8%).

**Quadro: 5.3 Categorização das representações sociais que as mulheres brasileiras têm dos brasileiros**



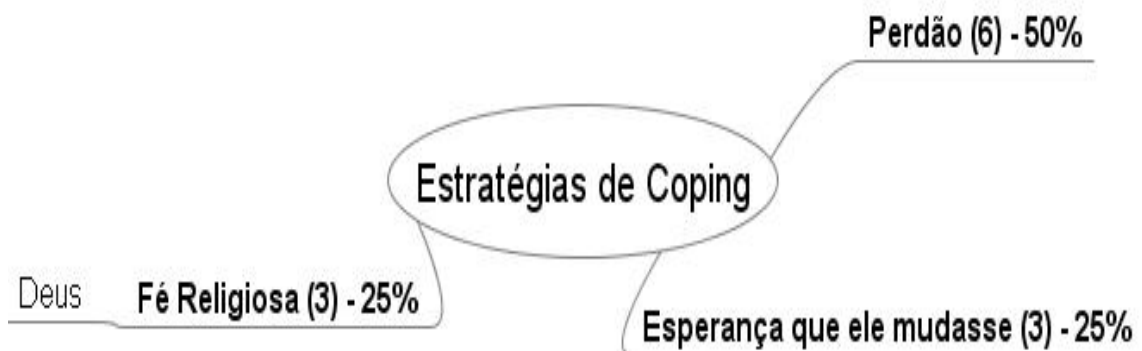
Relativamente à categoria representações sociais que as mulheres brasileiras têm dos brasileiros (Quadro 5.3), estas possuem uma imagem positiva (83%) dos brasileiros. 17% possui uma imagem negativa dos mesmos.

**Quadro: 5.4 Categorização da agressão**



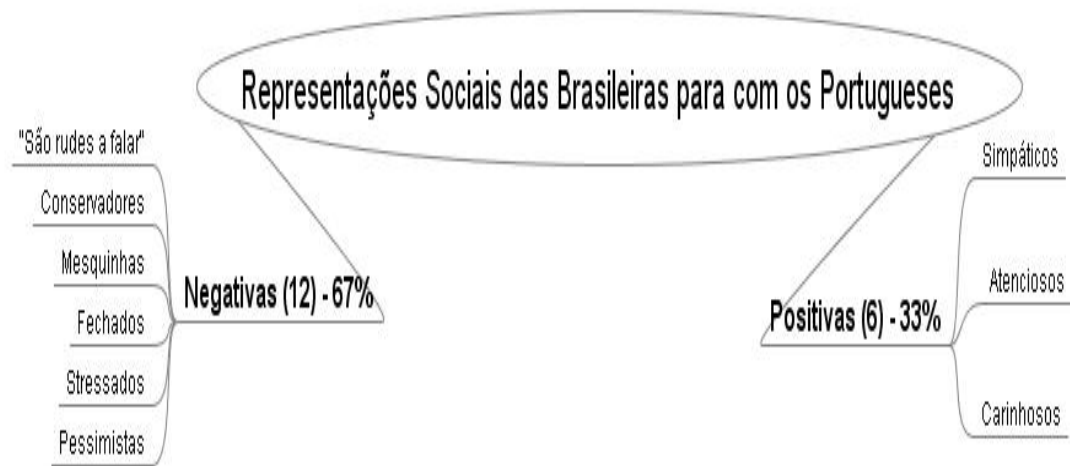
Relativamente à categoria agressão (Quadro 5.4), verifica-se que as agressões são maioritariamente físicas (49%) e psicológicas (35%), com uma temporalidade diária (8%) e cíclica (8%).

**Quadro: 5.5 Categorização das estratégias de *coping***



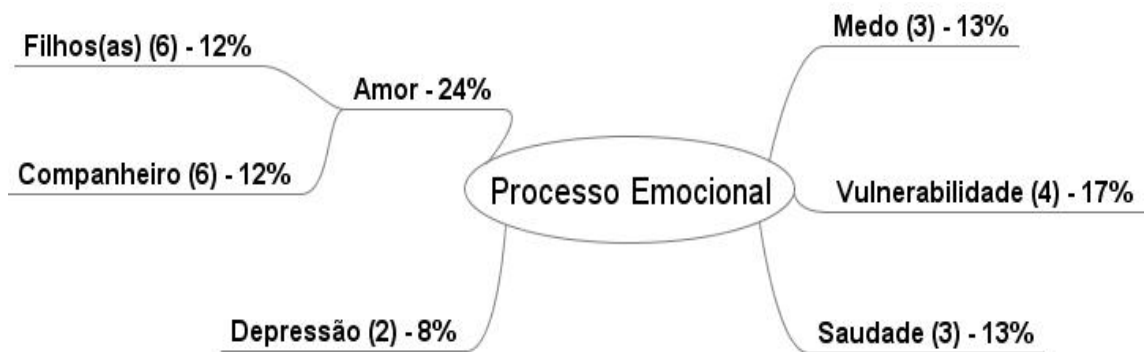
Relativamente à categoria estratégias de *coping* adotadas pelas mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica (Quadro 5.5), destacam-se o perdão (50%), a esperança que o agressor mude de comportamentos e atitudes (25%) e a fé religiosa (25%).

**Quadro: 5.6 Categorização das representações sociais das mulheres brasileiras para com os portugueses**



Relativamente à categoria representações sociais das mulheres brasileiras para com os portugueses, (Quadro 5.6) estas possuem uma imagem negativa (67%) dos portugueses e 33% possui uma imagem positiva dos portugueses.

#### Quadro: 5.7 Categorização do processo emocional



Relativamente à categorização do processo emocional (Quadro 5.7), destacam-se o amor para com os filhos (as) e companheiro (24%), a vulnerabilidade (17%), o medo (13%), a saudade (13%) e, por último, a depressão (8%).

**Quadro: 5.8 Categorização do suporte social**

Relativamente à categoria suporte social (Quadro 5.8) verifica-se que as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica têm como suporte social a família (50%), os amigos (40%) e o apoio externo (10%).

**Quadro: 5.9 Categorização da maior violência**

Relativamente à categoria maior violência (Quadro 5.9) verifica-se que os portugueses e os brasileiros são ambos violentos (66%). Com menor expressão é de referir o brasileiro (17%) e o português (17%).

**Quadro: 5.10 Categorização da tolerância**

Relativamente à categoria tolerância (Quadro 5.10), verifica-se que as mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica referem que existe tolerância face a este tipo de crime (71%) e que 29% referem que não existe tolerância.

## 5.6 Discussão dos resultados

No que concerne aos resultados obtidos, evidenciam-se algumas conclusões que importa salientar.

Os resultados apresentados são fruto da análise e interpretação das experiências das dez mulheres neste estudo, que de forma espontânea revelaram as suas representações sociais sobre a violência doméstica.

Cada uma mostrou, como ser único e individual, trajetórias e situações particulares da experiência migratória, conforme se pode constatar nas sinopses das entrevistas, de cada uma das mulheres.

A apresentação de extratos das entrevistas surge como uma forma mais clara para a exposição dos resultados e da sua interpretação, uma vez que, representam, por si, a informação ou o conteúdo (Nogueira, 2001) que nos pareceu ser mais revelador e esclarecedor do discurso.

A transcrição de alguns extratos apresenta a *itálico* alguns aspetos que mereceram na análise mais destaque, dada a riqueza do seu conteúdo.

### **Entrevista 1 (E1) – Liliane Alves**

**Liliane** tem 31 anos de idade. É natural de Belo Horizonte. Tem o 12.º ano de escolaridade. É divorciada. Vive na Reboleira e tem uma filha que vive com ela. Trabalha em Lisboa e é empregada de limpeza (encarregada). Ganha o ordenado mínimo. É católica. Não tem clube desportivo e ocupa os seus tempos livres a ler e a passear.

Portugal foi a primeira escolha para o projeto migratório, porque ... *falava português e tinha uma tia em Portugal*....Trabalhava como chefe de operadora de caixa

no Brasil. Tinha uma remuneração melhor no Brasil. No Brasil tinha boas condições de trabalho e de vida, bom ambiente familiar, estava bem integrada na sociedade e não tinha problemas de segurança. Escolheu Portugal como país de destino, por causa da língua e ... *quis mudar de ares ... tinha mais facilidade de ganhar mais dinheiro....* Está legalizada em Portugal desde 2006 e quando chegou a Portugal foi para casa de um amigo brasileiro que o conheceu na internet mas ... *ele tinha outras intenções comigo, ele era deficiente e queria ter um filho comigo, pretendia pagar-me 2,500€ para ter um filho com ele, e não gostei da situação e sai de casa dele.* Não tinha nenhuma ligação a Portugal e emigrou sozinha sem apoio familiar. Não se sente feliz em Portugal e está arrependida por ter imigrado ... *mas já cá estou há muito tempo, não volto atrás.*

Vê os portugueses como pessoas *stressadas e pessimistas*, sendo que *os brasileiros são mais unidos com a família, têm entreajuda, estão sempre prontos a ajudar o outro...* Pensa que os portugueses e os brasileiros são ambos violentos e os portugueses têm uma imagem negativa dos brasileiros ... *as brasileiras são só para a cama...* e o facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português não alterou a sua imagem da maioria dos portugueses. Considera que o facto de ser brasileira a tornou mais vulnerável do que se fosse uma mulher portuguesa e que ... *a maioria das pessoas dizem como é que aguentaste tanto tempo.* Em Portugal existe tolerância face a este tipo de crime ...*por vezes parece que o agressor é que é a vítima.*

No primeiro casamento sofreu de agressão física e com o ex-companheiro de agressão psicológica. A primeira agressão aconteceu quando descobriu que o ex-marido fumava haxixe e por questões financeiras no período em que estava grávida com o ex-companheiro. As agressões ocorriam principalmente aos fins-de-semana com o ex-marido e diárias e ... *por qualquer motivo...* com o ex-companheiro. Não se sente perseguida nem vive com medo. Existia afeto por parte do ex-companheiro após a agressão e teve conhecimento que era violento também com outras pessoas. Manteve o relacionamento com o ex-marido por ter pena dele e com o ex-companheiro por gostar dele. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor, mas talvez perdoe ao ex-companheiro, ao ex-marido não lhe perdoa porque ... *fiquei quase cega*

*de um olho*. Atualmente nesta fase da vida não volta a confiar numa relação com outra pessoa.

Pretende viver o dia-a-dia com a filha. Não tem vindo a implementar ações de modo a alterar o seu projeto de vida. Gosta de trabalhar em grupo, porque ... *sou uma pessoa que posso estar mal, mas no trabalho gosto de falar com os colegas*. Pretende regressar ao Brasil e não pensa emigrar para outro país. Atualmente, não pretende ter projetos de vida, vive o dia-a-dia.

### **Entrevista 2 (E2) – Mónica Alves**

**Mónica** tem 38 anos de idade. É natural de Porto Alegre. Tem o 9.º ano de escolaridade. É casada. Vive no Seixal e tem dois filhos. Vive sozinha, mas já viveu com o marido e com as filhas. Trabalha em Lisboa numa empresa de limpezas. Ganha 245€ por mês, porque só faz 3 horas por semana, por vezes faz limpezas a particulares. É evangélica. Não tem clube desportivo e ocupa os seus tempos em caminhadas, vai à igreja e está em casa.

Portugal foi a primeira escolha para o projeto migratório, foi o marido que escolheu vir para Portugal, teve muitas dificuldades em deixar os pais no Brasil. No Brasil não trabalhava, só o marido, cuidava dos filhos e da casa. O ambiente familiar não era bom e não se sentia segura no Brasil.

O marido escolheu Portugal como país de destino por questões de trabalho e para melhorar as condições de vida. Portugal era mais seguro, tinha mais oportunidades de trabalho e iriam ter uma vida melhor a nível financeiro ...*mas não resultou por causa da recessão em Portugal*. Está em Portugal desde 2009 e tem nacionalidade portuguesa desde dezembro de 2014, antes estava ilegal. Quando chegou a Portugal ficou numa casa alugada e depois comprou uma casa com o marido ... *estamos ainda a pagar ao banco*. Não tinha nenhuma ligação a Portugal e só conhecia a filha de um português. Em 2008 o marido veio para Portugal e um ano mais tarde veio com os dois filhos e uma sobrinha para Portugal. Sente-se feliz por ter

imigrado, porque os filhos estão bem integrados em Portugal ... *no Brasil corriam mais riscos...* e não está arrependida de ter vindo para Portugal.

Vê os portugueses como pessoas normais e simpáticas, mas por vezes são fechados e não comunicativos ... *no meu prédio não falo com ninguém, nem os conheço.* Os brasileiros são mais violentos do que os portugueses e os portugueses não gostam dos brasileiros ... *alguns portugueses dizem que os brasileiros vêm para Portugal para tirar o trabalho aos portugueses, as mulheres brasileiras vem para Portugal para tirar as mulheres aos homens portugueses.* O facto de ter sido vítima de violência doméstica por um brasileiro não alterou a sua imagem da maioria dos brasileiros... *não coloco tudo no mesmo saco, divido as coisas, os homens não são todos iguais.* Considera que ser brasileira não a tornou mais vulnerável do que se fosse uma mulher portuguesa. Em Portugal existe tolerância para com este tipo de crime.

Sofreu de violência física e psicológica. A primeira agressão aconteceu quando estava grávida de 7 meses. As agressões ocorriam sempre ... *que eu não concordava com qualquer coisa, ele batia-me.* Não vive com medo, mas ... *ele disse-me onde eu tiver, ele encontra-me e se eu tiver outro homem, ele mata-nos a todos.* Sente-se perseguida. A principal causa das agressões estava relacionada com o facto de ... *ver sempre as coisas erradas, e a seguir agredi-me.* Existia afeto por parte do agressor após as agressões e ... *sempre pensei que ele ia mudar, íamos passear, jantar fora....* Foi sempre uma pessoa muito calada e teve conhecimento que o pai também era violento para com as mulheres. Manteve o relacionamento porque...*achei que ele ia mudar, eu não queria acabar com o nosso casamento.* Considera ser impossível conviver novamente com o agressor, mas perdoa-lhe. Atualmente, considera ser possível confiar noutra relação com outra pessoa... *não posso colocar todos os homens no mesmo saco.*

Como projeto de vida pretende arranjar um trabalho melhor, comprar uma casa, tirar a carta de condução, viajar, ir ver os pais ao Brasil... *chegar às estrelas, não estou perdida.* Gosta de trabalhar em grupo e individual. Não pretende regressar ao Brasil... *quero ter morada fixa em Portugal.* No futuro pensa estar a trabalhar, ser feliz, ter uma casa...*sou otimista.*

### Entrevista 3 (E3) – Ivone Ramos

**Ivone** tem 41 anos de idade, é natural do Rio de Janeiro. Tem o 12.º ano de escolaridade. É divorciada e vive na Torre da Marinha. Tem duas filhas e vive com elas. É vendedora de móveis e tem uma loja de cosméticos no Feijó. Ganha 600€ por mês mais comissões. É católica. Não tem clube desportivo e não tem tempos livres, porque trabalha muito.

Não tinha um projeto migratório e Portugal foi a sua primeira escolha mas *...foi uma decisão precipitada*. No Brasil trabalhava na área do comércio, principalmente em supermercados e nas vendas, sendo que a remuneração é idêntica há que recebe atualmente em Portugal. No Brasil não sentia insegurança, mas tinha uma vida precária e um trabalho precário.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino foi o querer fazer coisas diferentes, ter ficado viúva muito cedo e com uma filha, estar deprimida... *quis mudar de vida*. Está em Portugal desde 1998 e tem nacionalidade portuguesa. Quando chegou a Portugal ficou numa pensão e mais tarde foi viver para a casa da sogra. Não tinha nenhuma ligação a Portugal. Veio para Portugal com duas amigas brasileiras e os pais só souberem que tinha vindo para Portugal mais tarde. Sente-se infeliz e arrependida por ter imigrado... *foi difícil a adaptação, passei muita coisa... fui rejeitada pela minha sogra, pelos colegas de trabalho...mal tratada, a cabeça do português é muito fechada principalmente a dos idosos*.

Vê os portugueses como pessoas *mesquinhas... não estão interessados no próximo*, são introvertidos e conservadores. Os brasileiros são *... mais soltos, tem mais tempo para dar o bom dia*. Refere que a *... violência está no ser humano...* e que não existem diferenças entre os brasileiros e os portugueses, e vice-versa, em termos de violência. Pensa que o português rejeita os imigrantes e a *... mulher brasileira não presta e tem carácter duvidoso*. O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português não alterou a imagem perante os portugueses. Considera que ser brasileira não a tornou mais vulnerável, mas refere que se *... fosse portuguesa tinha levado mais porrada...* Em Portugal existe tolerância para com este tipo de crime,

porque...*a mulher portuguesa está habituada a levar porrada e em Portugal em algumas situações ficam contra a vítima.*

Sofreu de violência física e psicológica sendo que a maioria das vezes era diária. As primeiras agressões ocorreram na casa da sogra, porque estava vulnerável e sozinha com a filha em Portugal. Vive com medo e sente-se perseguida. A principal causa das agressões estava relacionada com a rejeição da família do marido... *afastava-me da família dele.* Existia afeto depois da agressão ... *e voltava a estar tudo bem, nada aconteceu, usava a filha para me atingir.* O agressor é uma pessoa instável. Tentou divorciar-se do marido, mas teve que manter a relação por causa da filha... *ele pegou a minha filha e fugiu com ela, o meu grande medo era a minha filha.* Considera ser impossível conviver novamente com o agressor e não lhe perdoa, porque ... *fez coisas muito más...abusou da minha filha.* Atualmente considera ser impossível confiar noutra relação.

Pretende viver um dia de cada vez... *já planei muita coisa e não correu bem.* Tem apoiado as filhas para que tenham uma vida normal e estável. Gosta de trabalhar em grupo e individual, mas não é ...*muito boa em relações...* Não tenciona continuar a viver em Portugal, mas as filhas não pretendem ir para o Brasil. Não deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa estar a trabalhar e .... *não vou ter grandes mudanças.*

#### **Entrevista 4 (E4) - Marlene Silva**

**Marlene** tem 70 anos de idade. É natural de S. Paulo. Tem o 12.º ano de escolaridade. É divorciada. Vive no Monte de Caparica. Tem 1 filho e vive com ele. É reformada e trabalhou em Portugal em lojas, restaurantes e hotéis. Ganhou sempre mais do que ordenado mínimo. É católica. Não tem clube desportivo e gosta de pintura.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório. Os familiares do marido estão todos em Portugal e veio para Portugal porque o Brasil atravessava uma crise económica e financeira. No Brasil trabalhou na área da costura, numa fábrica de

cigarros e num escritório. O vencimento no Brasil era superior ao de Portugal. No Brasil não sentia insegurança e tinha uma vida razoável.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino foi o facto da família do marido estar em Portugal, mas refere que ... *agora estou sozinha em Portugal*. Está em Portugal desde 1993 e tem nacionalidade portuguesa. Quando chegou a Portugal ficou numa vivenda de um amigo do marido. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Primeiro veio o marido e depois veio com o filho para Portugal. Teve apoio ao ter imigrado por parte dos familiares do marido. Sente-se feliz, porque está com o filho em Portugal e não se sente arrependida por ter vindo para Portugal.

Vê os portugueses como pessoas normais. Acha que os brasileiros são mais amigos, enquanto os portugueses são mais fechados... *mas quando são amigos são mesmo...* Não julga que os portugueses e os brasileiros sejam violentos, mas os brasileiros são mais comunicativos. Considera que ser brasileira, não a tornou mais vulnerável, porque .... *ele tanto agredia uma brasileira como uma portuguesa*. Refere que a maioria das pessoas não sabe que sofre de violência doméstica. Considera que em Portugal existe tolerância para com este tipo de crime, porque... *nós somos agredidas e nós é que temos de sair de casa; eles continuam como nada se tivesse acontecido, eles ficam sempre melhor que nós*.

Sofreu de violência física e refere que o marido... *queria matar-me se não fosse a mãe dele estava morta...* As primeiras agressões ocorreram antes do casamento com uma frequência não diária... *pedia perdão e depois voltavam as agressões*. Vive com medo e sente-se perseguida quando vai ao Brasil, porque o marido encontra-se no Brasil. A principal causa das agressões estava relacionada com os ciúmes. Existia afeto depois das agressões e por norma pedia sempre perdão, mas acha que... *ele gostava de mim, por vezes pensava que ele era doente*. Refere que ... *era agressivo só com ela*. Manteve a relação com o marido, porque gostava do marido e tinha melhores condições económicas para sustentar o filho. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor e não lhe perdoa. Atualmente, considera ser impossível

confiar noutra relação e refere que ... *os homens na minha vida só o meu filho e os netos.*

Pretende aproveitar a vida, fazer coisas que ainda não fez e conhecer outros países. Sempre gostou de trabalhar em grupo, porque gosta de conviver com as pessoas. Não tenciona regressar ao Brasil, mas gostava de ir ao Brasil só em passeio. Não deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa estar definitivamente divorciada e ... *o resto Deus é que sabe.*

### **Entrevista 5 (E5) - Rita Castro**

**Rita** tem 40 anos de idade. É natural de Campinas. Tem o 12.º ano de escolaridade. É divorciada. Vive no Monte de Caparica. Tem 4 filhos e vive com eles. Trabalha numa pastelaria no Pragal em Almada. Ganha o ordenado mínimo. É católica. Não tem clube desportivo e os seus tempos livres são passados com os filhos.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório, porque tem duas primas na Costa Caparica. No Brasil estava desempregada há 5 anos e decidiu vir para Portugal. O vencimento no Brasil era superior. No Brasil vivia em casa própria, tinha o apoio da mãe, o ambiente familiar era normal, havia muita insegurança e vivia num bairro muito precário, onde havia tráfico de droga.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino foi principalmente pela prima estar em Portugal, mas refere... *se não conhecesse ninguém não tinha vindo para Portugal.* Está em Portugal desde 2005 e tem nacionalidade portuguesa. Quando chegou a Portugal viveu na Costa da Caparica em casa da prima, no Laranjeiro em casa do ex-marido e no Monte de Caparica em casas alugadas. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou sozinha e os filhos vieram dois anos depois para Portugal. Teve apoio ao ter imigrado por parte dos pais. Atualmente, não se sente feliz em Portugal e sente-se culpada e arrependida ... *de não ter dado apoio a minha mãe que faleceu há pouco tempo.*

Vê os portugueses como pessoas normais, no entanto refere que alguns portugueses ... *discriminam os imigrantes e outros não.* Vê os Portugueses como

peessoas sem afetos e fechados, enquanto que os brasileiros são comunicativos e alegres. Pensa que os portugueses e os brasileiros, ambos são violentos e refere que *...são todos iguais*. Considera que a imagem que os portugueses têm dos brasileiros é uma imagem de exagero, sendo estes mais comunicativos. Julga que ficou mais vulnerável, porque estava sozinha em Portugal, não tinha apoio de ninguém, nem apoio financeiro para sustentar os filhos. Considera que em Portugal não existe tolerância para com este tipo de crime, porque *... se a pessoa for capaz de se expor e não ter vergonha tudo é superado*.

Sofreu de violência física e psicológica. As primeiras agressões ocorreram a meio do casamento, quando os filhos vieram para Portugal. As agressões psicológicas eram diárias e as físicas esporádicas. Quando conheceu o ex-marido era calmo, mas refere que *... não sabe conviver em grupo... quando se via com muitas pessoas em casa, ele transformava-se, nada para ele estava bem, implicava com tudo até com os filhos, mas com as outras pessoas não*. Atualmente não vive com medo, mas já viveu. Sente-se perseguida. A principal causa das agressões eram por *... qualquer motivo... tudo servia para a agressão*. Existia afeto depois das agressões e teve conhecimento que o ex-marido também foi violento para com as ex-namoradas. Manteve a relação com o ex-marido, porque gostava dele *... fiz tudo para que ele mudasse...* e por questões financeiras, porque tem 4 filhos, muitas pessoas *... diziam-me para não o deixar, muitas pessoas pensavam que a culpa era minha e não dele*. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor e não lhe perdoa. Atualmente, considera ser impossível confiar noutra relação.

Pretende fazer um curso na área da saúde, porque tem um filho com diabetes e pretende dar-lhe todo o apoio. Pretende ficar em Portugal, porque o que ganha não lhe permite ter grandes projetos *... e as escolas são melhores do que no Brasil*. Pretende ter um trabalho fixo. Gosta de trabalhar em grupo. Não tenciona regressar ao Brasil. Não deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa estar como agora.

### Entrevista 6 (E6) – Kelly Ribeiro

**Kelly** tem 32 anos de idade. É natural de Brasília. Tem o 12.º ano de escolaridade. É solteira. Vive em Almada. Tem 2 filhos e vive numa instituição da UMAR com os filhos. Está desempregada. Ganhava o ordenado mínimo. É evangélica. Não tem clube desportivo e os seus tempos livres são ocupados a resolver problemas.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório, veio para passear e ficou em Portugal, mas refere que ... *não gosto de cá estar*. No Brasil trabalhava na Hotelaria, mas não gostava do que fazia. O vencimento no Brasil era igual ao de Portugal. No Brasil tinha boas condições de trabalho, de vida, bom ambiente familiar, estava bem integrada na sociedade e tinha segurança.

As razões que a levaram a escolher Portugal, como país de destino foi principalmente a língua e de ser ... *um dos lugares mais fáceis de entrar*. Desde 2006 que está em Portugal e tem nacionalidade portuguesa. Quando chegou a Portugal viveu na Cruz de Pau em casa de amigos. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou com dois amigos, mas quando chegou a Portugal separaram-se. Teve apoio dos pais para emigrar. Atualmente, não se sente feliz em Portugal e quando chegou a Portugal ... *só tive problemas de relacionamento, quando cheguei a Portugal, engravidei logo, o meu marido foi preso e depois comecei a namorar com o pai da minha filha, o primeiro namorado é de São Tomé, o segundo é de Angola*. Sente-se arrependida por ter vindo para Portugal.

Vê os portugueses como pessoas ...*carrancudas, reservadas e solitários*. Em comparação com os brasileiros, estes são mais comunicativos. Os portugueses e os brasileiros, ambos são violentos e os portugueses são mais ...*rudes ao falar...*, enquanto os brasileiros têm uma educação diferente. Considera que a imagem que os portugueses têm dos brasileiros é uma imagem não muito positiva e que na maioria das vezes os brasileiros são malandros. Julga que ficou mais vulnerável, por estar sozinha em Portugal e por não ter apoio de ninguém. Considera que os portugueses a veem como uma prostituta.

Considera que em Portugal existe tolerância face a este tipo de crime, porque no Brasil a lei (Lei Pena) é mais rigorosa e... *se tivesse no Brasil ele não podia chegar perto de mim.*

Sofreu de violência física e psicológica. As primeiras agressões ocorreram quando estava grávida e eram cíclicas. Atualmente não vive com medo, mas já viveu, porque ... *ele dizia-me que cortava a cara toda.* Sentiu-se perseguida, porque o ex-marido *esperava por mim na rua e no trabalho.* A principal causa das agressões estavam relacionados com ciúmes e eram por ... *qualquer motivo.*

Existia afeto depois das agressões, porque ... *colocava a máscara de bom depois da agressão.* Teve conhecimento que o ex-marido era violento para com as ex-namoradas... *ele partiu um braço da irmã por causa de uma chave.* Manteve a relação com o marido, porque gostava dele e por questões económicas, porque permitia sustentar os filhos. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor, mas perdoa-lhe. Atualmente, considera ser possível confiar noutra relação.

Pretende voltar para o Brasil, seguir os estudos, na Faculdade e juntar algum dinheiro. Não gosta de trabalhar em grupo. Não tenciona ficar em Portugal. Não deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa estar a estudar e junto da família.

### **Entrevista 7 (E7) - Divina Rodrigues**

**Divina** tem 37 anos de idade. É natural de Goiânia. Tem o 6.º ano de escolaridade. É solteira. Vive no Monte de Caparica. Tem 4 filhos e vive só com dois filhos, porque os outros dois estão no Brasil. É ajudante de cozinha. Ganha o ordenado mínimo. Trabalha em Lisboa. É evangélica. Não tem clube desportivo. Ocupa os tempos livres em casa, a descansar e a passear com os filhos.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório devido à língua e por ter a irmã em Portugal. No Brasil trabalhava na Hotelaria e era doméstica. O ordenado no Brasil era maior do que em Portugal. No Brasil tinha um bom trabalho, uma vida normal, vivia melhor no Brasil do que em Portugal, tinha bom ambiente familiar, tinha muitos amigos, havia muita criminalidade, mas sentia-se segura.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino, foram a língua e a irmã. Está em Portugal desde 2006 e tem título de residência temporária. Viveu no Algarve, Lisboa, Santarém e Monte de Caparica. Quando chegou a Portugal ficou em casa da irmã em Alpiarça. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou sozinha e teve apoio da irmã, a mãe desapareceu e o pai morreu quando tinha apenas 5 anos. Atualmente não se sente feliz em Portugal... *falta-me sempre qualquer coisa, porque tenho os meus filhos no Brasil. Sente-se arrependida por ter vindo para Portugal... não me vejo a morar mais em Portugal.*

Vê os portugueses como carinhosos e calmos e os brasileiros extrovertidos. Em comparação com os brasileiros, estes são mais atrevidos, simpáticos e fazem amizades com mais facilidade. Considera que os portugueses são mais violentos. Considera que as brasileiras são mal vistas perante os portugueses e são discriminadas, sendo que os brasileiros em Portugal, não são bem-vindos. O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português não alterou a sua imagem dos portugueses, porque ... *nem todas as pessoas são iguais... cada pessoa é diferente.* Julga que ficou mais vulnerável, porque as mulheres estrangeiras são mais vulneráveis, estão sozinhas e sem apoio familiar. Considera que os portugueses confiaram nela ... *acreditam em mim e deram-lhe ajuda.* Pensa que em Portugal existe tolerância face a este tipo de crime, porque o agressor sente-se sempre impune.

As primeiras agressões ocorreram quando começou a viver com o marido e quando engravidou do filho, sendo as agressões físicas esporádicas, mas as agressões psicológicas diárias. Atualmente, vive com medo ... *quando saio do trabalho estou sempre a olhar para trás.* Sente-se perseguida. A principal causa das agressões estavam relacionadas com o álcool, o ex-marido era uma pessoa muito nervosa e quando bebia ficava muito agressivo. Não existia afeto depois das agressões, porque o ex-marido era uma pessoa muito fria, mas no começo da relação não o era. Teve conhecimento que o ex-marido agrediu a mãe e o pai e até alguns amigos. Manteve a relação com o ex-marido, na esperança que mudasse, por amor aos filhos, por não querer falhar como mãe, para sustentar a família e para ter a família unida. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor, mas perdoa-lhe porque tem muita

fé, e ... *entrego-lhe na mão de Deus aquilo que fez, como pai dos meus filhos desejo toda a sorte*. Não sabe se voltaria a ter uma outra relação mas está sozinha há um ano.

Pretende voltar para o Brasil com os filhos e ter o apoio da família para reconstruir a sua vida. Gosta de trabalhar em grupo. Não deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa ter os filhos com um curso superior, ter um trabalho fixo e uma vida normal.

### **Entrevista 8 (E8) - Adriana Vieira**

**Adriana** tem 34 anos de idade. É natural de Campinas. Tem frequência universitária. É divorciada. Vive na Charneca da Caparica. Tem um filho e vive com ele. Esta desempregada, mas trabalhou sempre com o marido na Trafaria, em Almada. Ganhava 600€. É cristã. Não tem clube desportivo. Ocupa os tempos livres a falar com os amigos que estão no Brasil pelo *Skype* e vai ao cinema.

Portugal não foi o primeiro país para o projeto migratório, veio para Portugal porque conheceu o marido no Brasil, que é português, e tinha mais facilidade em arranjar trabalho. No Brasil trabalhava na área da contabilidade. Ganhava mais no Brasil. No Brasil tinha um bom trabalho, trabalhava num colégio, tinha uma vida normal, sem grandes luxos, o ambiente familiar era bom, estava bem integrada na sociedade, sentia-se segura, mas refere que a segurança ... *não era tão boa como em Portugal*.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino foi principalmente pelo marido ser português. Está em Portugal desde 2004 e tem nacionalidade portuguesa. Viveu em Palmela, na Quinta do Anjo, na Charneca da Caparica, na Trafaria e na Aroeira. Quando chegou a Portugal ficou em casa do ex-marido. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou sozinha e teve apoio do ex-marido e dos pais. Atualmente, sente-se feliz em Portugal por causa da filha, mas sente-se arrependida por ter imigrado.

Vê os portugueses como hipócritas e falsos moralistas. Em comparação com os brasileiros, estes são mais diretos, são mais humanos e os portugueses mais fechados,

*retrogradas e egoístas. Considera que os portugueses são mais violentos, rudes, agressivos enquanto os brasileiros são mais afáveis e mais sensíveis. Considera que os portugueses vêem as brasileiras como pessoas sem futuro ... só querem festas, são ignorantes, miseráveis e índios. O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português alterou a sua imagem dos portugueses, porque ... nós ficamos receosas e acabo por generalizar. Julga que ficou mais vulnerável, por ter ficado sozinha em Portugal. Considera que os portugueses a veem como coitada e que ...demos uma razão para que isso acontecesse. Pensa que em Portugal existe tolerância para com este tipo de crime, porque o ex-marido foi a julgamento e ficou privado durante 8 meses de falar comigo, mas ... a justiça não agiu bem, foi tolerante, porque depois pode fazer tudo de novo após os 8 meses.*

Sofreu de violência física e psicológica... *o físico não dói tanto como o psicológico. As primeiras agressões ocorreram no início do namoro, a psicológica era diária... deixou-me sem telemóvel e telefone, cortou a internet e fiquei isolada. Atualmente vive com medo... ao início não saía de casa... estava sempre a olhar para todos os lados, havia uma pessoa que me perseguia constantemente. Sentiu-se perseguida, mas atualmente não. A principal causa das agressões estavam relacionadas com os ciúmes, e por querer separar-se do ex-marido. Não existia afeto depois das agressões. Teve conhecimento que o ex-marido agrediu a ex-namorada. Manteve a relação com o ex-marido, por amor e também pela minha filha. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor. Perdoa o ex-marido mas refere que ...quero justiça, o meu ex-marido tem que ser castigado. Refere que confia em outra relação.*

Pretende acabar um curso superior, arranjar trabalho na área da contabilidade e tirar um doutoramento, no entanto refere que ... *tem sido muito difícil por estar sozinha, cuidar da minha filha, procurar trabalho, e estudar. É-lhe indiferente o facto de trabalhar em grupo ou individual. Gostava de ficar em Portugal. Atualmente, não deseja emigrar para outro país, mas gostava. Num futuro próximo pensa ter a vida organizada, estar bem financeiramente, casada e ... faço de tudo para não afetar a minha filha.*

### Entrevista 9 (E9) - Alice Brás

**Alice** tem 48 anos de idade. É natural de Salvador. Tem o 12.º ano. É solteira. Vive na Charneca da Caparica. Tem uma filha e vive com ela. Esta desempregada. Ganhava entre 500€ e 600€. É evangélica. Não tem clube desportivo e ocupa os tempos livres a ouvir música.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório, porque fugiu da violência e do desemprego no Brasil. Trabalhava no Brasil na área administrativa, numa receção e no atendimento ao público. Ganhava mais no Brasil. No Brasil tinha um bom trabalho, mas não tinha boas condições de vida, porque tinha que ajudar os pais, vivia numa casa alugada e a renda era elevada, tinha bom ambiente familiar, estava bem integrada na sociedade, mas sentia-se insegura no Brasil.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino foi principalmente por ter uma amiga no Algarve. Está em Portugal desde 2000. Viveu em Albufeira e depois emigrou para a Suíça. Quando chegou a Portugal ficou em casa do namorado, na Charneca da Caparica, com os pais dele. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou com o pai da filha que era brasileiro. Ao emigrar teve apoio de uma amiga e moralmente dos pais. Não se sente feliz, nem arrependida em ter imigrado para Portugal, mas tem saudades do Brasil e da família.

Vê os portugueses como pessoas reservadas, muito observadoras, desconfiadas. Os brasileiros têm sempre um sorriso, são mais alegres, comunicativos; os portugueses, mais reservados e não sabem cativar, mas não considera que os portugueses sejam mais violentos. Pensa que os portugueses veem as brasileiras como prostitutas e que vêm para Portugal para se prostituírem. O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português não alterou a sua imagem dos portugueses. Julga que não ficou vulnerável por ser brasileira. Pensa que em Portugal existe tolerância face a este tipo de crime, porque o agressor... *ainda vê a mulher como um objeto*.

Sofreu de violência física e psicológica. As primeiras agressões ocorreram em Março de 2014, no fim da relação e em junho saiu de casa. As agressões eram semanais e diárias, por vezes pensa que o ex-companheiro era bipolar. Atualmente

vive com medo e sente-se perseguida. A principal causa das agressões está relacionada com o ex-companheiro querer ter um filho. Após as agressões não existia afeto e por vezes tentava-a manipular. Não teve conhecimento que o ex-companheiro tivesse agredido ninguém, mas a nível profissional achava-o muito agressivo. Não manteve a relação por amor e era *...eu quem pagava tudo*. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor, era muito infantil e imaturo. Não lhe perdoa o que fez. Confia em outra relação mas refere... *sempre com os olhos muito abertos*.

Pretende fazer um curso superior, ser feliz, poder visitar a família no Brasil, tem muitas saudades do Brasil. Atualmente, já solicitou uma bolsa de estudo para ingressar no ensino superior. Gosta de trabalhar em grupo, porque adora comunicar. Não tenciona continuar a viver em Portugal, mas refere que *... aqui é sempre melhor no que no Brasil*. Atualmente, deseja emigrar para a Suíça. Num futuro próximo pensa estar licenciada e fazer uma grande viagem pela Europa.

#### **Entrevista 10 (E10) - Sandra Aguiar**

**Sandra** tem 40 anos de idade. É natural de Minas Gerais. Tem o 12.º ano. É divorciada. Vive no Monte de Caparica. Tem uma filha e vive com ela. Atualmente está desempregada mas ganhava o ordenado mínimo. É evangélica. Não tem clube desportivo e ocupa os tempos livres a passear.

Portugal foi o primeiro país para o projeto migratório devido à língua e por ter o irmão em Portugal. No Brasil era escriturária. O ordenado no Brasil era maior do que em Portugal. No Brasil tinha um bom trabalho, uma vida normal, tinha bom ambiente familiar, muitos amigos mas havia muita criminalidade.

As razões que levaram a escolher Portugal como país de destino, foram a língua e o irmão estar em Portugal. Está em Portugal desde 2002 e tem nacionalidade portuguesa. Viveu em Lisboa, no Seixal e no Monte de Caparica. Quando chegou a Portugal ficou em casa do irmão no Seixal. Não tinha nenhuma ligação a Portugal antes de ter imigrado. Emigrou sozinha e teve apoio do irmão. Atualmente, não se sente feliz em Portugal. Sente-se muito arrependida por ter vindo para Portugal.

Vê os portugueses como pessoas tranquilas e os brasileiros muito extrovertidos. Na comparação entre os portugueses e os brasileiros, os brasileiros são mais simpáticos e amigos, mas considera que os portugueses são mais violentos. Pensa que as brasileiras em Portugal são discriminadas. O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português não alterou a sua imagem dos portugueses. Julga que ficou mais vulnerável, por não ter a família em Portugal. Pensa que em Portugal existe tolerância face a este tipo de crime, porque os agressores ficam na maioria das vezes impunes.

As primeiras agressões ocorreram no início da relação sendo que as agressões físicas eram semanais e as psicológicas diárias. Atualmente, vive com medo. Sente-se perseguida pelo ex-marido.

A principal causa das agressões estava relacionada com o consumo de droga por parte do ex-marido. Não existia afeto depois das agressões, porque o ex-marido era uma pessoa muito fria. Teve conhecimento que o ex-marido agrediu algumas ex-namoradas. Manteve a relação na esperança que o ex-marido alterasse o seu comportamento, por amor e por questões económicas, porque não queria que faltasse nada à filha. Considera ser impossível conviver novamente com o agressor e não lhe perdoa. Atualmente, não pretende ter outra relação, e quer estar sozinha por algum tempo.

Pretende voltar para o Brasil com a filha. Gosta de trabalhar em grupo. Deseja emigrar para outro país. Num futuro próximo pensa ter uma vida mais tranquila e organizada.

Em suma, podemos concluir que a maioria das mulheres brasileiras possui o 12.º ano de escolaridade, conforme é referido nas estatísticas dos Censos 2010 efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil que revela que o nível educacional das mulheres brasileiras é elevado, apesar de ainda existir uma taxa considerável de analfabetismo, com cerca de 10%.

Parece-nos evidente que o local de residência da maioria das mulheres se situa na Margem Sul do Tejo, conforme é referido pelo Instituto Nacional de Estatística e pelos Censos de 2011 realizado em Portugal, o qual refere ao nível da distribuição

geográfica da população estrangeira, em Portugal, por Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) é na zona da grande Lisboa que a maioria da população estrangeira reside. Importa referir que algumas mulheres vivem em Casas de Abrigo, situadas no Monte de Caparica e na Charneca da Caparica com os seus filhos, e que por privacidade e segurança não quiseram referir este facto durante as entrevistas.

A maioria das mulheres trabalha e ganha o ordenado mínimo em Portugal à exceção da Marlene que está reformada, da Kelly, da Alice e da Adriana que estão desempregadas, o que poderá revelar que algumas das mulheres possam ter poucos recursos financeiros e que necessitam de apoio de algumas instituições. No Brasil, a maioria das mulheres tinham uma remuneração superior, à exceção da Ivone e da Kelly que é igual à de Portugal, só duas das mulheres, a Mónica e a Rita não trabalhavam no Brasil, o que poderá revelar que para a maioria das mulheres a emigração poderá, não ter representado uma oportunidade de melhoria significativa da situação económica.

Conforme é referido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil a maior nação católica do mundo é a brasileira, mas tem existido uma tendência de redução dos católicos e uma expansão de correntes evangélicas. É o que se verifica neste estudo, uma vez que a maioria das mulheres são evangélicas (5 mulheres) e católicas (4 mulheres), sendo uma cristã.

Constata-se que para a maioria das mulheres brasileiras, Portugal foi a primeira escolha para o projeto migratório, essencialmente, por causa da língua, dos laços familiares, pelas culturas comuns, pela possibilidade de obtenção de nacionalidade por via do parentesco e por existir um bom acolhimento, o que poderá estar relacionado com o facto de Portugal ser o 2.º país de acordo com o IV Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) em políticas de integração de migrantes.

Os resultados demonstram que a Marlene veio para Portugal em 1993 e a Ivone em 1998, no entanto, as restantes mulheres vieram para Portugal entre os anos de 2000 e 2006, o que poderá estar relacionado com o grande movimento migratório dos últimos 15 anos para Portugal por parte da comunidade brasileira, conforme é referido

no ranking das nacionalidades mais representativas em Portugal pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em 2014.

Um dado importante a salientar é o facto de estas mulheres atribuírem grande importância à data de chegada a Portugal, uma vez que são genericamente recordadas com muita exatidão, o que poderá estar relacionado com o facto do dia da chegada ao país de destino ter sido um dia muito importante para as suas vidas, ter um enorme significado e uma elevada carga emocional.

Os resultados são indicadores de que a maior parte destas mulheres se encontram legalizadas, situação que poderá estar relacionada diretamente com o esforço que o Estado português tem efetuado em legalizar os imigrantes, conforme é referido no IV Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX), como sendo o 2º país com melhores políticas de integração de migrantes.

Importa contextualizar que muitas destas mulheres ultrapassaram muitas dificuldades iniciais e tiveram melhores condições de vida, o que poderá estar associado aos processos de legalização e de aquisição de residência, sendo que a regularização lhes facultou um acesso amplo de direitos e deveres, que antes, lhes estavam impedidos.

Verifica-se que a maioria das mulheres que emigraram têm um suporte social constituído por familiares, amigos e apoio externo de algumas instituições. Assim sendo, o suporte social possibilita a estas mulheres o bem-estar, a felicidade e a valorização da vida emocional e afetiva. Este apoio tem um papel importante no momento da chegada a Portugal.

Conforme é demonstrado, este estudo revela que as mulheres objetivam a violência sofrida como incompreensível e humilhante, aniquilando a harmonia do casal e a união familiar.

As consequências da violência doméstica nas mulheres são o trauma, o desamor e a insensibilidade, diminuindo os seus índices de qualidade de vida e de inserção social.

A mulher vê o agressor como uma pessoa doente com dupla personalidade, ciumento, pessoa insegura, não controlando os seus impulsos e com determinados

vícios, o do álcool (*E1: Ele era alcoólico*) e o das substâncias psicotrópicas (*E1: Ele fumava haxixe*) o que provoca um descontrole e agressividade, incorrigível ou digno de pena.

Conforme os resultados demonstram e de acordo com Machado & Gonçalves (2003) o agressor, na maioria das vezes, manifesta ser uma pessoa agressiva (*E1: Agredia e depois estava tudo bem*), (*E2: Eu vejo sempre as coisas erradas e a seguir agredia-me*), (*E1: Ele partiu um braço à irmã*), sendo ao mesmo tempo um companheiro carinhoso e cumpridor das leis, não pressupondo ter um comportamento violento, mas revela bipolaridade.

As aparências na maioria das vezes são um disfarce, porque efetivamente o comportamento do agressor é de ameaça, agressividade, perseguição e machista, tendo uma percepção inexorável da realidade, de insegurança e uma imagem negativa de si próprio, sendo que a maioria dos atos violentos advêm do ciúme, da insegurança, do poder e da história familiar, apontando ancoragens sociais no poder masculino e submissão feminina construída ao longo do tempo que se situam nos valores, hábitos e crenças ligadas por vezes à desigualdade sexual.

Apesar de alguns projetos de vida das mulheres brasileiras, serem o empreendedorismo nos países de destino (Padilla, 2010), os resultados são indicadores que o empreendedorismo não teve grande ênfase por parte das mulheres brasileiras, no entanto, evidencia-se que os grandes projetos de vida destas mulheres são os desígnios de viver o dia-a-dia, regressar ao seu país de origem (*E1: Viver o dia-a-dia*), (*E1: Ir para o Brasil, pretendo ir para o Brasil*) para seguirem outros rumos nas suas vidas e o de permanecerem em Portugal.

Importa referir que algumas destas mulheres possuíam a esperança de encontrarem perspectivas de mudança no agressor, esperavam ter realização pessoal, sair do ciclo de violência e dedicarem-se aos filhos.

Os resultados demonstram e de acordo com (Xavier, 2007) que as representações sociais têm como pressupostos categorias de pensamento social. Assim sendo, evidencia-se que as mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica possuem uma imagem muito positiva dos brasileiros provenientes da interação social,

sendo *extrovertidos, humanos, alegres, unidos*, apesar dos homens brasileiros serem violentos (E2: *Os brasileiros são mais violentos e preguiçosos*). As mulheres ao revelarem que os brasileiros são humanos e amigos, constata-se que existe uma ambivalência, uma vez que a maioria das mulheres foram vítimas de violência doméstica por parte de homens brasileiros, evidenciando representações maioritárias sobre os brasileiros ligados à extroversão, união e alegria.

Ao invés, este estudo demonstra que as mulheres brasileiras possuem uma imagem negativa dos portugueses (E1: *(...) são rudes a falar, mesquinhas*), (E2: *(...) fechados, menos comunicativos, stressados*), (E3: *O português já tem o efeito de rejeitar os imigrantes... em Portugal existe muita violência... se fosse portuguesa tinha sido agredida com mais frequência... a mulher portuguesa está habituada e levar porrada*). Deste modo, os resultados indicam que as mulheres evidenciam representações associadas às emoções, comportamentos e atitudes acerca dos portugueses.

Os resultados são indicadores que as agressões são predominantemente físicas (E1: *Fiquei quase cega de um olho, Ele disse-me onde eu estiver, ele encontra-me e se eu estiver com outro homem, ele mata-nos a todos*), (E6: *Ele dizia-me que cortava a cara toda*), diárias e cíclicas (E1: *Por qualquer motivo, implicava com tudo e as agressões eram diárias*). Os resultados demonstram que a violência psicológica é igualmente referida pelas vítimas (E6: *Vejo sempre as coisas erradas*) tornando a mulher vulnerável, dependente economicamente e com sentimentos de vergonha. Importa referir, que apesar das mulheres referirem que as agressões são predominantemente físicas, as agressões psicológicas estão presentes de variadas formas no dia-a-dia destas mulheres.

Os resultados são indicadores de que a violência contra a mulher existe onde há desigualdade económica (E2: *Não trabalhava, só o meu marido é que trabalhava*) e social, maior autoridade masculina e menos poder da mulher, isto é, as concepções do poder masculino e a inferioridade feminina, provocam uma construção social de género desigual. Verifica-se também que os portugueses e os brasileiros para as

mulheres, ambos são violentos, e que na sua maioria as mulheres não contam os atos de violência ocorridos (*E4: (...) são poucas as pessoas que sabem*).

Os resultados demonstram que as mulheres brasileiras perante a violência doméstica manifestam reações de passividade, sentimentos de tristeza, de impotência, medo, preocupação, vergonha, decepção, culpa e sofrimento, e por vezes, até de perdão (*E2: Posso perdoar mas não quero voltar a viver com ele*), o que poderá estar relacionado e de acordo com (Lisboa *et al.*, 2002) que as mulheres adotam esta estratégia para diminuir e eliminar o alívio da tensão e do stress do sofrimento diário, sendo que estão dependentes de certas crenças, habilidades e um determinado apoio social, como por exemplo, a religião e a esperança que o agressor altere as suas atitudes e comportamentos.

Os resultados são indicadores de que o medo de retaliações (*E7: Vivo com medo*) e o amor (*E1: (...) gostava dele*), (*E2: (...) sempre pensei que ele ia mudar, íamos passear, jantar fora e depois agredia-me, ....eu não queria acabar com o casamento*), o receio de perder os filhos e a vulnerabilidade (*E3: Usava a filha para me atingir*), (*E6: (...) o que torna vulnerável é que ele sabia que eu não tinha cá ninguém*), (*E7: As mulheres estrangeiras são mais vulneráveis, porque não têm a família por perto e têm falta de apoio*) contribuem para a continuação da violência doméstica no seio familiar e da relação conjugal.

Os resultados demonstram que as mulheres vítimas de violência doméstica possuem uma baixa auto estima e problemas de relacionamento interpessoal (*E3: Não sou boa em relações*). Ao invés, os resultados demonstram e de acordo com (Hotaling & Sugarman, 1986), que para o agressor, a capacidade de controlar, de agredir e de ser amado assumem-se como forma de auto estima, e por vezes, sente-se bem-sucedido, o que poderá estar relacionado com o facto de a maioria das mulheres referenciar que por questões financeiras, não se separam do agressor (*E5: Por questões financeiras não me separei, porque tenho quatro filhos*), (*E6: Gosto muito dele, mas o salário não dava para sustentar os dois filhos*), o que revela uma total dependência económica junto do próprio.

Os resultados são indicadores do que as mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica referem da justiça portuguesa, como uma enorme tolerância e inoperância face a este tipo de crime, justificando que estão subjugadas muito tempo aos seus companheiros e agressores e a coabitar com o agressor, uma vez que a probabilidade de o agressor ser preso é relativamente baixa (E4: *Por vezes que o agressor é que é a vítima; Nós somos agredidas e nós é que temos de sair de casa, eles continuam como nada se tivesse acontecido, eles ficam sempre melhor que nós*), (E6: *A lei no Brasil é mais rigorosa e se tivesse no Brasil ele não podia chegar perto de mim*), (E7: *(...) eles sentem-se impunes*), (E8: *(...) no meu caso o meu ex-marido já foi a julgamento e durante 8 meses não pode falar comigo, mas a justiça não agiu bem, foi tolerante. Porque depois pode fazer tudo de novo após os 8 meses*), (E9: *Existe tolerância, o agressor ainda vê a mulher como um objeto*).

No entanto, importa referir que de acordo com (Duarte & Oliveira, 2012) o estatuto legal da mulher imigrante está na maioria das vezes dependente do agressor, sendo que a probabilidade da mulher permitir determinados tipos de violência doméstica e de continuar a coabitar com o agressor é maior, bem como, poderão não estar preparadas para um estratégia com base na criminalização, porque suspeitam da justiça, e até por vezes, pretendem proteger o agressor (Duarte & Oliveira, 2012).

Em suma, importa destacar que o objetivo principal proposto para este estudo foi atingido, porque permitiu analisar e compreender as representações sociais das mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica. Os resultados obtidos confirmam a pergunta inicial da investigação.

## 6. Limitações do estudo

O facto de o investigador ser do género masculino, dificultou o aprofundamento de certas questões relacionadas com as perguntas do guião da entrevista. As mulheres foram, por vezes, pouco recetivas a falar sobre a violência doméstica. A inexperiência do investigador em estudos qualitativos também dificultou

a tarefa. O estudo apresenta limitações relacionadas com a amostra, não devendo os resultados ser generalizados.

Importa salientar que a análise dos dados por vezes subjetiva em estudos qualitativos é muitas vezes percebida como problemática e o investigador deve ser experiente ao ponto de poder criticar a possibilidade de seu próprio viés de observação.

## 7. Conclusões

Neste estudo pretendeu-se compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica à própria situação vivenciada, compreendendo as suas linguagens, imagens, representações e as teorias práticas, para desta forma aprofundar neste universo comum, que é o feminino, ligado ao fenómeno social, bem como um crime público, que é a violência doméstica.

As mulheres migrantes estão sujeitas, no país de destino, a diferentes formas de violência, tais como, a violência no seio familiar, o assédio, a violação, entre outras variadas, e não particulares, formas de violência.

Os discursos das mulheres brasileiras migrantes que estiveram e estão numa situação de violência doméstica em Portugal e que foram entrevistadas, são demonstrativos de que os trajetos que estas mulheres percorrem para se libertarem de uma situação de violência adotam especificidades que não devem ser descuradas.

Apesar da violência ser considerada um crime público, muitas mulheres preferem restringi-la ao meio familiar e não exteriorizar a dor vivida, ao nível físico, psicológico e comportamental, sendo que muitas das vítimas negam a agressão com medo de serem repreendidas ou de serem vítimas de agressões mais profundas.

Consideramos que a crescente evidência do fenómeno da violência doméstica e os mais variados estudos sobre esta temática conduziram, conseqüentemente, a transformações sociais e familiares.

Só conferindo o fenómeno no terreno é que torna exequível observar diretamente as diversas situações da violência doméstica, porque até então a natureza privada deste crime público não possibilitava que este fosse estudado e mediatizado.

Sabe-se que este fenómeno social não é novo e que atravessa todas as classes sociais, mas com a criação de uma opinião pública e política assiste-se a um desenvolvimento da consciência de que este fenómeno pode abranger proporções graves.

Deste modo é pertinente o desenvolvimento de estratégias como forma de dinamização do tema da violência doméstica, tais como: novas pesquisas para que

consiga atuar sobre os problemas da violência doméstica, realizar discussões acerca da temática, abrangendo instituições, grupos e meios de comunicação para o conhecimento e sensibilização sobre o fenômeno, alargar a discussão à sociedade civil e não se focalizar nos problemas unicamente femininos ou masculinos, porque não se resolvem situações de gênero aludindo apenas ao sofrimento da mulher.

Como sugestão para futuras investigações seria interessante aprofundar a investigação multicultural como sendo uma oportunidade para concentrar a atenção na dinâmica da não-violência e permitir um olhar atento para a multiplicidade de comportamentos humanos que a violência doméstica inclui podendo reconhecer a natureza da violência doméstica em todas as fases da vida, bem como as suas causas.

Consideramos que este tipo de investigação multicultural poderá permitir testar teorias e comparar várias estratégias de intervenção e de prevenção relacionadas com a violência doméstica, porque poderá apelar ao uso de estudos de caso específicos de determinadas culturas, estudos longitudinais de famílias em contextos culturais específicos e a comparação entre diferentes grupos culturais existentes numa mesma sociedade.

Ao nível de futuras investigações relacionadas com a temática deste estudo seria importante e interessante realizar um estudo ao nível de todo o país, para uma maior representatividade da amostra. Uma vez que as atitudes, crenças e imagens exercem influência sobre o comportamento dos sujeitos, e através do tipo de socialização seria também interessante alargar este estudo às famílias destas mulheres brasileiras que sofrem ou sofreram de violência doméstica, bem como perceber como as mulheres migrantes vítimas de violência doméstica transmitem significado aos atos violentos, e tentar compreender qual a relação entre a violência doméstica e os contextos sociais e culturais.

Deste modo, mais investigações sobre esta temática certamente vão permitir à comunidade científica e académica produzir melhores conhecimentos sobre a subjetivação do fenómeno da violência doméstica contra a mulher fornecendo novas possibilidades de intervenção.

Estudar esta problemática é importante não apenas no nível de conhecimento e exploração do fenômeno, mas também no que os seus resultados e intervenções possam contribuir para minimizar o sofrimento psíquico da mulher.

Para fazer realmente face à violência doméstica é inevitável dar continuidade à divulgação nos meios de comunicação com o intuito de prevenir a violência e promover a saúde da mulher, para que a mesma se sinta apoiada e encontre equipas multidisciplinares competentes e integradas que a ajudem a sair do ciclo de violência.

Neste contexto, pretende-se que este estudo possa ter uma contribuição profícua para o alargamento dos conhecimentos nas áreas das representações sociais e da violência doméstica, bem como, que promova a consciencialização e sensibilização para esta problemática.

## 8. Bibliografia

- ABRIC, J. (1994). *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- ALBARELLO, L., et al., (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ALMEIDA, N., ANDRÉ, I., ALMEIDA, H. (1999). Sombras e marcas: os maus - tratos às crianças na família. *Análise Social vol. XXXIV (150)*, p. 91-121.
- ANDERSON, K. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles*, 52, p. 853-865.
- ANTUNES, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In MACHADO, C., GONÇALVES, R. (Coords.). (2002). *Violência e vítimas de crimes* (vol. I – Adultos). Coimbra: Quarteto.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAYLE, F., MARTINET, S. (2008). *Perturbações da parentalidade*. Lisboa: Climepsi Editores.
- BEALL, A., STERNBERG, R. (1995). The Social Construction of Love. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12, p. 417-438.
- CARIDADE, S. (2011). *Vivências Íntimas Violentas, Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Edições Almedina.
- CARMO, H., FERREIRA, M. (2008). *Metodologia da investigação. Guia para autoaprendizagem*. (2.ª edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA (2004). *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa.
- CIDM (1999). *A abordagem integrada da igualdade de género "mainstreaming"*. “Relatório Final de Atividades do Grupo de Especialistas para uma Abordagem Integrada da Igualdade”. Agenda Global n.º 3. Lisboa: Edição Conselho da Europa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Gabinete da Ministra para a Igualdade. Presidência do Conselho de Ministros.

- COHEN, S., MACKAY, G. (1984). Social Support, Stress and Buffering Hypothesis: A Theoretical Analysis. In BAUM, A., TAYLOR, S., SINGER, J. (Eds.). *Handbook of Psychology and Health Hillsdale*, p. 253-267.
- CORSI, J. (Org.). (2003). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- COSTA, J. (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Edições Colibri.
- DIAS, I. (2004). *Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- DOISE, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, 45, p. 243-253.
- DUTTON, D. (1995). *The batterer: a psychological profile*. New York: Basic Books.
- ENANDER, V., HOLMBER, C. (2008). "Why does she leave? The leaving process(es) of battered women". *Health Care for Women International*, 29, p. 200-226.
- FARR, R. (1992). La représentation sociale: la théorie et ses critiques. *Bulletin de Psychologie*, 405, p. 183-188.
- GELLES, R., STRAUS, M. (1988). *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Touchstone.
- JODELET, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In. JODELET, D. (Ed.). *As representações sociais*, p. 17-44. Rio de Janeiro: UERJ.
- JOVCHELOVITCH, S. (1998). Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia & Sociedade*, 10 (1), p. 54-68.
- KASHANI, J., ALLAN, W. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- LEONARD, K. (1999). Alcohol use and husband marital aggression among newlywed couples. In. ARRIAGA, B., OSKAMP, S. (Eds.). *Violence in intimate relationships*, p. 113-135. London: Sage Publications.
- LISBOA, M. (2008). *Inquérito Nacional Violência de Género. Apresentação de resultados*. Lisboa: SociNova/CesNova-FCSH-UNL.
- LOBMANN, R., GREVE, W., WETZELS, P., BOLSOLD, C. (2003). Violence against women: Conditions, consequences, and coping. *Psychology, Crime & Law*, 9 (4), p. 309-331.

- LOURENÇO N., LISBOA, M., PAIS, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MACHADO, C., DIAS, A. (2007). Cultura e violência: Uma revisão crítica da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 64, p. 43-74.
- MACHADO, C., GONÇALVES, R. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- MESSNER, M. (1998). The limits of the “male sex role”: An analysis of men’s liberation and men’s rights movements’ discourse. *Gender and Society*, 12, p. 255-276.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. DIRECÇÃO GERAL DA SAÚDE (2005). *Saúde e violência contra as mulheres: um estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*. Lisboa: Direcção Geral da Saúde.
- MOSCOVICI, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, p. 211-250.
- MOSCOVICI, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NARVAZ, M. (2002). Abusos sexuais e violências de gênero. In NUNES, M. (org.). *O direito humano das mulheres e das meninas: enfoques feministas*. Assembléia Legislativa do RS: Porto Alegre.
- NARVAZ, M. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Porto Alegre. Tese de mestrado não-publicada.
- NOGUEIRA, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Braga. Tese de Doutorado.
- NOGUEIRA, C. (2001). A análise do discurso. In ALMEIDA, L., FERNANDES, E. (Eds), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP.
- NOGUEIRA, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero – Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PARKER, G., LEE, C. (2007). Relationships among abuse characteristics, coping strategies, and abused women’s psychological health: A path model. *Journal of interpersonal violence*, 22 (9), p. 1184-1198.

- PEREIRA, A., MATOS, M., MACHADO, C. (2006). Violência sexual na conjugalidade: um estudo exploratório sobre as narrativas da vítima. *Psychologica*, 41, p. 119-150.
- PERISTA, H., SILVA, A. (2005). Impacto em função do género. Avaliação de Medidas de Política. *Coleção "Bem me quer"*, 10. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- PORTUGAL, S. (2003). De que falamos quando falamos de violência doméstica? In LÍGIA, F., SOARES, C., VAZ, J. (2003). *A Sexologia – perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto editora.
- QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAMOS, N. (2004). *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- RAVAZZOLA, M. (1999). *Historias infames: Los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- REBELO, G. (2002). *Trabalho e Igualdade. Mulheres, Teletrabalho e Trabalho a Tempo Parcial*. Lisboa: Editora Celta.
- REDESÁUDE (2001). *Saúde da mulher e direitos reprodutivos*. São Paulo, Brasil: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- RIBEIRO, J. (1999). Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). *Análise Psicológica*, 3, XVII. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa.
- RYAN-WENGER, N. (1992). A taxonomy of children's coping strategies: A step toward theory development. *American Journal of Orthopsychiatry*, 62, p. 256-263.
- SEGALEN, M. (1992). *Antropología histórica de la familia*. (4.ª ed). Madrid, Espanha: Grupo Santillana de Ediciones, S.A.
- SERTÓRIO, E., PEREIRA, F. (2004). *Mulheres Imigrantes*. Lisboa: Ela por Ela.
- SILVA, L. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. Celorico de Basto: à Bolina Editores Livreiros, Lda.
- TOTTEN, M. (2003). Girlfriend abuse as a form of masculinity construction among violent, marginal male youth. *Men and Masculinities*, 6, p. 70-92.
- URRY, J. (1999). *Mobile Cultures*. Department of Sociology, Lancaster University.

VALA, J. (1986). Sobre as Representações Sociais – para uma Epistemologia do Senso Comum”. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, Porto: Afrontamento.

VALA, J. (1996). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In VALA, J., MONTEIRO, M. (Eds.). *Psicologia social*. (2.ª Ed), p. 353-384. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

VALA, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do pensamento quotidiano. In VALA, J., MONTEIRO, M. (Eds.) *Psicologia Social*. (4.ª ed.), p. 475-502. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VICENTE, L. (2003). Custos com a Saúde Psicológica. In LISBOA, M., CARMO, I., VICENTE, L., NÓVOA, A. (2003). *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, p. 67-76. Lisboa, Portugal: CIDM.

WERBA, G. C., STREY, M. (2001). Longe dos olhos, longe do coração: Ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In GROSS, P., WERBA, G. (Orgs.). *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber*, p. 71-82. Porto Alegre, Brasil: Edipucrs.

## 9. Webgrafia

ALBUQUERQUE, R. (2005). Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade. In. SOS RACISMO (ed.) (2005). *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, p. 37-49. Lisboa, SOS Racismo. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1314> [26 de abril de 2015].

ALMEIDA, A. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24 (3), p. 713-737. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf> [30 de outubro de 2014].

AMÂNCIO, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38, (168), p. 687-714. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf> [30 de novembro de 2014].

AMNISTIA INTERNACIONAL (2006). *Mulheres (In) visíveis: relatório da campanha acabar com a violência sobre as mulheres*. Lisboa, Portugal: Amnistia Internacional. Disponível em <http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio das Mulheres.pdf> [28 de novembro de 2014].

ANDERSON, K. L., UMBERSON, D. (2001). Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. *Gender and Society*, 15, p. 358-380. Disponível em <http://people.stfx.ca/accamero/gender%20and%20health/violence/Gendering%20violence.pdf> [10 de novembro de 2014].

APAV (2013). *Estatísticas - Relatório Anual*. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2013.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf) [20 de abril de 2015].

APAV (2013). *Estatísticas da UVIDRE*. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_UVIDRE\\_2013.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_UVIDRE_2013.pdf) [30 de maio de 2015].

APAV (2014). *Estatísticas APAV – Relatório Anual*. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2014.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2014.pdf) [25 de março de 2015].

ARCHER, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126, p. 651-680. Disponível em <http://www.batteredmen.com/ArcherSexDifferencesMeta-AnalyticReviewf2000.pdf> [10 de novembro de 2014].

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2003). *Relatório Penélope sobre violência doméstica no sul da Europa*. Disponível em [http://www.apav.pt/pdf/relatorio\\_penelope.pdf](http://www.apav.pt/pdf/relatorio_penelope.pdf) [10 de janeiro de 2014].

BABCOCK, J., WALTZ, J., JACOBSON, N., GOTTMAN, J. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, p. 40-50. Disponível em <http://www.johngottman.net/wp-content/uploads/2011/05/Power-and-violence-The-relation-between-communication-patterns-power-discrepancies-and-domestic-violence.pdf> [10 de novembro de 2014].

BÓGUS, L. (2007). Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro. In. MALHEIROS, M. (Coords.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*, p. 39-58, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.). Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) [18 de agosto de 2015].

BROWN, S. (2006). *Understanding youth and crime: Listening to youth?* 2nd Edition, Berkshire: Open University Press. Disponível em [http://www.foresee.hu/uploads/tx\\_abdownloads/files/SheilaBrown\\_BorbalaFellegi\\_review.pdf](http://www.foresee.hu/uploads/tx_abdownloads/files/SheilaBrown_BorbalaFellegi_review.pdf) [10 de novembro de 2014].

CABECINHAS, R. (2009) Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise, p. 51-66. In BATISTA, M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa, Portugal. Disponível em

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9644/1/rosacabecinhas-cultura2009.pdf> [3 de outubro de 2014].

CABECINHAS, R., ÉVORA, S. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo verdianos face à história. In MARTINS, M., PINTO, M. (Org.) Comunicação e Cidadania. *Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga, Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9222/1/Cabecinhas-%C3%89vora-2008-Cabo%20Verde.pdf> [3 de outubro de 2014].

CALVINHO, M. (2007). *Violência conjugal contra a mulher: Histórias vividas e narradas no feminino*. Lisboa. Tese de Mestrado. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/736> [27 de novembro de 2014].

CALVINHO, S. (2013). *Violência conjugal contra a mulher. Representações sociais dos profissionais de saúde face às mulheres vítimas*. Lisboa. Tese de Doutoramento. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3302> [2 de outubro de 2014].

CARVALHO, I., ALMEIDA, P. (2003). Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, 17 (2), p. 109-122. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf> [27 de novembro de 2014].

CASIMIRO, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, Vol. XXXVII, p. 603-630. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733193N7ILR3rn1Yd68RN0.pdf> [20 de junho de 2015].

CASTRO, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37 (164), p. 949-979. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218735660J7vJF3sv2Ck99QR5.pdf> [2 de outubro de 2014].

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW) (1979). Disponível em <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf> [30 de novembro de 2014].

COSTA, L. (2009). *A rede de apoio social de jovens em situações de vulnerabilidade social e o uso de drogas*. Brasil. Tese de Mestrado. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16339/000699006.pdf?sequence=1> [20 de junho de 2015].

COUNCIL OF EUROPE CONVENTION ON PREVENTING AND COMBATING VIOLENCE AGAINST WOMEN AND DOMESTIC VIOLENCE (2011). Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/210.htm> [30 de novembro de 2014].

COUTINHO, M., RAMOS, N., FRANKEN, I. (2008). Mulheres Migrantes: representação social da qualidade de vida de mulheres brasileiras migrantes. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, Brasil. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Coutinho-Ramos-Franken\\_29.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Coutinho-Ramos-Franken_29.pdf) [2 de outubro de 2014].

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER – PEQUIM (1995). Disponível em [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf) [30 de novembro de 2014].

DECLARAÇÃO PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (1993). Disponível em [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_4/IIIPAG3\\_4\\_7.htm#](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm#) [10 de outubro de 2014].

DELL'AGLIO, D., HUTZ, C. (2002). Estratégias de *coping* e estilo atribucional de crianças em eventos estressantes. *Estudos de Psicologia*, 7 (1), p. 5-13. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23127/000331633.pdf?sequence=1> [16 de abril de 2015].

DIAS, A., MACHADO, C. (2008). Gênero e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4 (26), p. 571-586. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v26n4/v26n4a04.pdf> [10 de outubro de 2014].

DIAS, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n180/n180a14.pdf> [16 de abril de 2015].

DIRECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2011). *Violência Doméstica - 2011. Relatório anual de monitorização. Ocorrências participadas às Forças de Segurança (FS); Estruturas especializadas- FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processos-crime. Ministério da Administração Interna. Direção-Geral de Administração Interna. Disponível em [http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatprio%20VD%202011\\_%20Participacoes%20as%20FS.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatprio%20VD%202011_%20Participacoes%20as%20FS.pdf) [29 de novembro de 2014].*

DUARTE, M. (2010). *Para um Direito Sem Margens: A defesa dos direitos das mulheres contra a violência. Coimbra. Tese de Doutoramento. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/investigacao/posters/Madalena%20Duarte.pdf> [3 de outubro de 2014].*

DUARTE, M., OLIVEIRA, A. (2012). Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 23, p. 223-237. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10303.pdf> [3 de outubro de 2014].

DUVEN, G., ROSA, A. (1992). Social representations and the genesis of social knowledge. *Papers on Social Representations*, 1, p. 94-108. Disponível em [http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR1992/1\\_1992Duvee.pdf](http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR1992/1_1992Duvee.pdf) [24 de novembro de 2014].

FELDMAN-BIANCO, B. (2001). Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. *Identities, Global Studies in Culture and Power*, 8 (4), p. 607-650. Disponível em [http://www.vibrant.org.br/downloads/a1v1\\_csd.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/a1v1_csd.pdf) [20 de abril de 2015].

FERNANDES, G. (2008). *Viver Além-Mar: Estrutura e Experiência de Brasileiras Imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa. Lisboa. Tese de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/291> [30 de abril de 2015].*

FERNANDES, J. (2013). *As Crenças dos profissionais das Forças de Segurança sobre a violência doméstica. Viseu. Tese de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/2266> [08 de maio de 2015].*

- FONSECA, P., LUCAS T. (2006). *Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas*. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador da Baía, Brasil. Disponível em <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf> [3 de outubro de 2014].
- GELLES, R., STRAUSS, M. (1988). *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Touchstone. Disponível em <http://pubpages.unh.edu/~mas2/Straus-Intimate%20Partner%20Violence-Book.pdf> [16 de abril de 2015].
- HARE-MUSTIN, R., MARECEK, J. (1994). Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4, p. 531- 537. Disponível em [http://www.researchgate.net/publication/232525124\\_Asking\\_the\\_right\\_questions\\_Feminist\\_psychology\\_and\\_sex\\_differences](http://www.researchgate.net/publication/232525124_Asking_the_right_questions_Feminist_psychology_and_sex_differences) [20 de fevereiro de 2015].
- HEISE, L. (1994). Violência e gênero: uma epidemia global. *Caderno de Saúde Pública*, 10 (1), p. 135-145. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a09.pdf> [27 de novembro de 2014].
- HOTALING, G., SUGARMAN, D. (1986). An analysis of risk makers in husband to wife violence. The current state of knowledge. *Violence and victims*, 1 (2), p. 101-124. Disponível em [http://www.researchgate.net/publication/20002433\\_An\\_Analysis\\_of\\_Risk\\_Markers\\_in\\_Husband\\_to\\_Wife\\_Violence\\_The\\_Current\\_State\\_of\\_Knowledge](http://www.researchgate.net/publication/20002433_An_Analysis_of_Risk_Markers_in_Husband_to_Wife_Violence_The_Current_State_of_Knowledge) [13 de abril de 2015].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2014). Estatísticas de Gênero – Uma Análise dos Resultados do Censo Demográfico 2010. *Estudos & Pesquisas*, 33. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> [4 de novembro de 2015].
- JODELET, D. (1985). *La representación social: Fenómenos, concepto y teoría*. Disponível em <https://sociopsicologia.files.wordpress.com/2010/05/rsociales-djodelet.pdf> [20 de novembro de 2014].
- KANTOR, G., JASINSKI, J. (1998). Dynamics and risk factors in partner violence. In JASINSKI, J., WILLIAMS, L. (Eds.) (1998). *Partner violence: a comprehensive review of 20 years of research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Disponível em

<https://mainweb-v.musc.edu/vawprevention/research/dynamics.shtml> [16 de junho de 2015].

LARANJEIRA, R., DUAILIBI, S., PINSKY, I. (2005). Álcool e violência: a psiquiatria e a saúde pública. *Revista Brasileira Psiquiatria*, (27) 3, p. 176-177. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v27n3/a04v27n3.pdf> [16 de julho de 2015].

LETTIERE, A., NAKANO, A., RODRIGUES, D. (2008). Violência Contra a Mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Revista da Escola da Enfermagem da Universidade de S. Paulo*, 42 (3), p. 467-473. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a07.pdf> [30 de novembro de 2014].

LISBOA, C., KOLLER, S., RIBAS, F., BITTENCOURT, K., OLIVEIRA, L., *et al.*, (2002). Estratégias de Coping de Crianças Vítimas e Não Vítimas de Violência Doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (2), p. 345-362. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n2/14358.pdf> [16 de agosto de 2015].

LOPEZ, D., LITTLE, T. (1996). Children's action-control beliefs and emotional regulation in the social domain. *Developmental Psychology*, 32 (2), p. 299-312. Disponível em [http://www.researchgate.net/publication/232498085\\_Children's\\_action-control\\_beliefs\\_and\\_emotional\\_regulation\\_in\\_the\\_social\\_domain](http://www.researchgate.net/publication/232498085_Children's_action-control_beliefs_and_emotional_regulation_in_the_social_domain) [16 de abril de 2015].

LUSSIER, Y., LEMELIN, C. (2002). *Profil des hommes à comportements violents ayant fait une demande d'aide à un organisme de traitement en violence masculine*. Rapport de recherche soumis aux Centres de traitement pour hommes à comportements violents. Laboratoire de psychologie du couple: Université du Québec à Trois-Rivières. Disponível em [https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/docs/GSC150/F408162463\\_RaphviolentFinal.pdf](https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/docs/GSC150/F408162463_RaphviolentFinal.pdf) [16 de maio de 2015].

MACEDO, R. (1994). A família do ponto de vista psicológico. Lugar seguro para crescer? *Caderno Pesquisa*, 91, p. 62-68. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/877/883> [20 de agosto de 2015].

- MACHADO, C., GONÇALVES, M., MATOS, M. (2004). Práticas educativas parentais e violência: Um estudo na região Norte. *Actas dos Ateliers do 5.º Congresso Português de Sociologia*. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30939/1/Puni%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20de%20Machado%20e%20Mgon%C3%A7alves-c%C3%B3pia.pdf> [20 de setembro de 2015].
- MACHADO, F., AZEVEDO J. (2009). A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. *Revista Migrações*, 4, p. 7-31. Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_4/Migr4\\_Art1.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_4/Migr4_Art1.pdf) [12 de novembro de 2014].
- MACHADO, I. (2003). *Cárcere Público – Processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Campinas. Tese de Doutoramento. Disponível em <http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2009/1956/pdf/Machado.pdf> [30 de setembro de 2015].
- MALHEIROS, J. (2007). Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos. In MALHEIROS, M. (Coords.). *Imigração Brasileira em Portugal*, p. 11-38. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.). Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) [23 de abril de 2015].
- MANITA, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: Intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar Integrar – Revista de inserção social e prova*. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64477> [5 de abril de 2015].
- MARTINS, C., FERRIANI, M., SILVA, M., ZAHR, N., ARONE, K., ROQUE, E. (2007). Family Dynamics from the perspective of parents and children involved in domestic violence against children and adolescents. *Revista Latino Americana Enfermagem*, 15 (5), p. 889-894. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n5/v15n5a01.pdf> [10 de abril de 2015].
- MIGRANT INTEGRATION POLICY INDEX (2015). IV Índice de Políticas de Integração de Migrantes. Disponível em <http://www.mipex.eu/> [4 de novembro de 2015].

- MINAYO, M. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, p. 7-18. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf> [23 de novembro de 2014].
- MIRANDA, J. (2009). Mulheres imigrantes em Portugal. Memórias, dificuldades de integração e projetos de vida. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACID). Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3111> [05 de novembro de 2015].
- MONTEIRO, M., CABRAL, M., JODELET, D. (1999). As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4 (1), p. 161-170. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7139.pdf> [3 de outubro de 2014].
- MOSCOVICI, S. (1989). Preconditions for explanation in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19, p. 407-430. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/229699583> *Preconditions for explanation in social psychology* [2 de março de 2015].
- MOTA-RIBEIRO, S. (2005). Retratos de mulher. Construções sociais e representações visuais do feminino. *ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume III*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mota-ribeiro-silvana-retratos-de-mulher-um-estudo-das-imagens-visuais-e-sociais-do-feminino.pdf> [20 de fevereiro de 2015].
- NEVES, A., ROMANELLI, G. (2006). A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 23 (3), p. 299-306. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n3/v23n3a09.pdf> [08 de setembro de 2015].
- OIT E A IGUALDADE DE GÉNERO NO MUNDO DO TRABALHO (2011). *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 16. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa. Disponível em <http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/sociedade16.pdf> [30 de novembro de 2014].
- OLIVEIRA, M. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (55), p. 180-186. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a14v1955.pdf> [20 de março de 2015].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1994). *Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer*. Organização Das Nações Unidas. Asamblea General A/RES/48/104 23 de Febrero. Disponível em <http://www.servindi.org/pdf/DecEliminacionViolenciaMujer.pdf> [27 de novembro de 2014].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2003). *Estratégias de combate à violência doméstica. Manual de recursos*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde. Disponível em <http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/estrategias%20v%20d.pdf> [3 de outubro de 2014].

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (2005). *Estudio multipaís sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer. Primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia. Resumen del informe*. Organización Mundial de la Salud, Departamento Género, Mujer y Salud, Ginebra. Disponível em [http://whqlibdoc.who.int/publications/2005/924359351X\\_spa.pdf?ua=1](http://whqlibdoc.who.int/publications/2005/924359351X_spa.pdf?ua=1) [27 de novembro de 2014].

PADILLA, B. (2001). *Women's Organizing in a Global Context: Activism in Salvador Brazil, at the Crossroad of Race, Class and Gender*. Illinois Urbana-Champaign. Tese de Doutoramento. Disponível em [http://www.academia.edu/4669569/Womens\\_Organizing\\_Global\\_Context](http://www.academia.edu/4669569/Womens_Organizing_Global_Context) [14 de abril de 2015].

PADILLA, B. (2006). Brazilian migration to Portugal: social networks and ethnic solidarity. *CIES e-Working Paper*, 12. Disponível em <http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP12.pdf> [20 de novembro de 2014].

PADILLA, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In MALHEIROS, M. (Coords.). *Imigração Brasileira em Portugal*, p. 113-134. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.). Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) [6 de abril de 2015].

- PORTO, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8 (16), p. 250-273. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16> [30 de novembro de 2014].
- RAVAGNANI, L., DOMINGOS, N., MIYAZAKI, M. (2007). Qualidade de vida e estratégias de enfrentamento em pacientes submetidos a transplante renal. *Estudos de Psicologia*, 12 (2), p. 177-184. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n2/a10v12n2.pdf> [30 de junho de 2015].
- REIS, S., BELLINI, M., (2011). Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Revista Maringá*, 33 (2), p. 149-159. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325341003> [10 de novembro de 2014].
- RIBEIRO, C., COUTINHO, M. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Psicologia e Saúde*, 3 (1), p. 52-59. Disponível em <http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/81/142> [29 de novembro de 2014].
- RISMAN, B. (1998). *Gender vertigo: American families in transition*. London: Yale University. Disponível em <http://ps.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/appi.ps.51.2.256> [15 de abril de 2015].
- ROCHA, G., LALANDA, P., CALDEIRA, S., SOUSA, A., PALOS, A., SOARES, D. (2010). *Estudo sócio-criminal sobre a violência doméstica na Região Autónoma dos Açores*. Cadernos de Administração Interna. Coleção Direitos Humanos e Cidadania. Açores: Corlito, Soluções Gráficas. Disponível em [http://web.cesua.uac.pt/ViolenciaDomestica\\_PT.pdf](http://web.cesua.uac.pt/ViolenciaDomestica_PT.pdf) [30 de abril de 2015].
- RODRIGUES, J., GUERRA, M. (1996). Mujeres de Guadalajara y violencia domestica: Resultados de um estudo piloto. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 12 (3), p. 405-409. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v12n3/0266.pdf> [3 de novembro de 2014].
- ROSE, D., EFRAIM, D., GERVAIS, M., JOFFE, H., JOVCHELOVICH, S., MORANT, N. (1995). Questioning consensus in social representations theory. *Papers on Social Representations*, 4 (2), p. 150-155. Disponível em

[http://eprints.lse.ac.uk/2590/1/Questioning\\_consensus\\_in\\_social\\_representations\\_theory\\_%28LSERO%29.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/2590/1/Questioning_consensus_in_social_representations_theory_%28LSERO%29.pdf) [24 de novembro de 2014].

SAGIM, M., BIASSOLI-ALVES, Z., DELFINO V., VANTURINI, F. (2007). Violência Doméstica: a percepção que as vítimas tem do seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência. *Cogitare Enfermagem*, 12 (1), p. 30-36 Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/8260/5776> [16 de maio de 2015].

SANI, A. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Braga. Tese de Doutoramento. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6958/1/0%20-%20%C3%8Dndice.pdf> [16 de maio de 2015].

SANI, A. (2008). Mulher e Mãe no Contexto de Violência Doméstica, *Ex Aequo*, 18, p. 123-133. Disponível em [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602008000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602008000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) [19 de novembro de 2014].

SANTOS, L., COSTA, L. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), p. 59-72. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/viewFile/1199/895> [16 de agosto de 2015].

SERVICOS DE ESTRANGEROS E FRONTEIRAS (2014). *Relatório De Imigração Fronteiras e Asilo*. Disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2014.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf) [16 de agosto de 2015].

SILVA, I. (2003). Violência contra mulheres: a experiência de usuários de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 19 (2), p. 263-272. Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v19s2/a08v19s2.pdf> [16 de agosto de 2015].

SILVA, S., SCHILTZ, A. (2007). A relação entre os imigrantes brasileiros e os Portugueses – a construção de imagens recíprocas. In MALHEIROS, M. (Coords.). *Imigração Brasileira em Portugal*, p. 155-170. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P. Disponível em

[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col Comunidades/1 ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) [16 de abril de 2015].

SOARES, M., CLÁUDIO, V. (2010). Crenças e Atitudes Sobre a Violência Doméstica e Satisfação com o Suporte Social em Sujeitos Adictos e Não-Adictos. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Portugal*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1540> [28 de abril de 2015].

SPINK, M. (1995). O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, p. 85-108. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/51624572/RS-M-J-Spink-Introducao-e-Capitulo-01#scribd> [28 de abril de 2015].

UMAR (2013). *Observatório de mulheres assassinadas*. Disponível em <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2013/OMA%202013%20Jan%20a%20Nov%201.pdf> [29 de novembro de 2014].

WACHELKE, J., CAMARGO, B. (2007). Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. *Revista Interamericana de Psicología*, 41 (3), p. 379-390. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28441313> [10 de junho de 2015].

WORLD HEALTH ORGANIZATION (1996). *Fighting disease, Fostering development*. Geneva. Disponível em [http://www.who.int/whr/1996/en/whr96\\_en.pdf?ua=1](http://www.who.int/whr/1996/en/whr96_en.pdf?ua=1) [30 de novembro de 2014].

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002). *First ever Global Report on Violence and Health released*. New WHO report more complete picture of global violence, Geneva. Disponível em [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/en/introduction.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf) [27 de novembro de 2014].

XAVIER, M. (2007). *Redescobrimo o Brasil - Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.

P.). Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Teses/10\\_MX.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/10_MX.pdf) [16 de abril de 2015].

## **10. Anexos**

### **Guião da Entrevista**

**Guião de Entrevista para o estudo sobre as “Representações sociais das mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica”**

**Tempo previsto – 65 minutos**

<b>Número de Bloco</b>	<b>Designação do bloco</b>	<b>Questões</b>	<b>Tempo Previsto (minutos)</b>
<b>I</b>	<b>Identificação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nome</li> <li>✓ Idade</li> <li>✓ Cidade</li> <li>✓ Estado Civil</li> <li>✓ Escolaridade</li> <li>✓ Local de Residência</li> <li>✓ Número de filhos</li> <li>✓ Pessoas com quem vive</li> <li>✓ Ocupação profissional</li> <li>✓ Local de Trabalho</li> <li>✓ Remuneração Mensal</li> <li>✓ Religião</li> <li>✓ Clube desportivo</li> <li>✓ Tempos livres</li> </ul>	5´
<b>II</b>	<b>Situação antecedente ao projeto migratório para Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Portugal foi a primeira escolha para o projeto migratório? Se sim, o porquê da escolha?</li> <li>✓ Caso não seja, qual foi o país? O porquê da escolha?</li> <li>✓ O que fazia profissionalmente?</li> <li>✓ Qual a remuneração em comparação com a atual?</li> <li>✓ Quais eram as suas condições de trabalho/vida/familiar/social/cultural e de segurança?</li> </ul>	5´
<b>III</b>	<b>Projeto Migratório em Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quais foram as razões para escolher Portugal como país de destino?</li> <li>✓ Está em Portugal desde quando? (ano/mês/dia)</li> <li>✓ Está legalizada? Que autorização possui? De permanência ou de residência?</li> <li>✓ Em que zona vive/viveu?</li> <li>✓ Ficou em casa de alguém quando chegou a Portugal?</li> <li>✓ Tem alguma ligação familiar a</li> </ul>	10´

		<p>Portugal?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emigrou sozinha ou com outras pessoas? Se sim, com quem?</li> <li>✓ Ao emigrar teve apoio de alguém? Se sim, de quem?</li> <li>✓ Sente-se feliz com a decisão de imigrar?</li> <li>✓ Ficou arrependida?</li> </ul>	
IV	<b>Representações sociais dos portugueses</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Como vê os portugueses?</li> <li>✓ Comparativamente aos brasileiros o que os diferencia?</li> <li>✓ Pensa que os portugueses e os brasileiros são violentos?</li> <li>✓ Que imagens pensa que os portugueses têm dos brasileiros?</li> <li>✓ O facto de ter sido vítima de violência doméstica de um português ou brasileiro altera a sua imagem dos portugueses ou dos brasileiros?</li> <li>✓ Pensa que o facto de ser brasileira a tornou mais vulnerável do que se fosse uma mulher portuguesa?</li> <li>✓ Como pensa que os portugueses a vêem como vítima de violência doméstica?</li> <li>✓ Pensa que existe tolerância em Portugal face a estes tipos de crime?</li> </ul>	20'
V	<b>História da violência doméstica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Que tipo de agressão sofre/sofreu? Física, sexual, ameaça, psicológica, emocional?</li> <li>✓ Quando ocorreu a primeira agressão?</li> <li>✓ Com que frequência, ocorre/ocorreu?</li> <li>✓ Vive com medo?</li> <li>✓ Sente-se perseguida?</li> <li>✓ Qual era a causa da agressão?</li> <li>✓ Existia afeto por parte do agressor após a agressão?</li> <li>✓ Teve conhecimento que o agressor</li> </ul>	20'

		<p>é violento com outras pessoas?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Caso tenha mantido a relação, manteve-a por amor ao agressor ou por questões económicas? Porquê?</li> <li>✓ Considera ser possível conviver novamente com o agressor?</li> <li>✓ Acha que lhe é possível perdoar?</li> <li>✓ Voltaria a confiar numa relação com outra pessoa?</li> </ul>	
<b>VI</b>	<b>Projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quais os projetos de vida?</li> <li>✓ Que tipo de ações tem vindo a implementar?</li> <li>✓ Gosta ou gostaria mais de trabalhar em grupo ou individualmente?</li> <li>✓ No futuro, tenciona ficar a viver em Portugal? Tenciona regressar ao seu país de origem? Quando?</li> <li>✓ Pensa emigrar para outro país?</li> <li>✓ Como se vê daqui a 5 ou 10 anos?</li> </ul>	5'